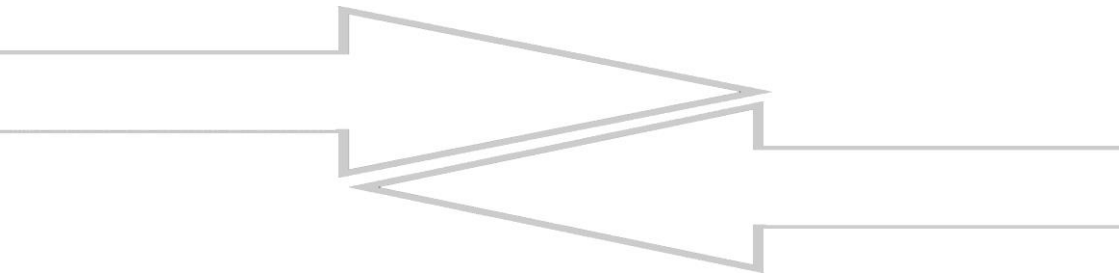


Revolução Russa: passado e presente



Michel Goulart da Silva
(Org.)

Revolução Russa: passado e presente

1ª EDIÇÃO
SÃO PAULO
TODAS AS MUSAS
2017

Supervisão Editorial: Fernanda Verdasca Botton
Editor: Flavio Felicio Botton
Diagramação e arte de capa: Studio Vintage Br
Michel Goulart da Silva ©

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a prévia autorização do organizador.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Kátia Aguilar CRB – 8/8898

R328

Revolução Russa: passado e presente/ organização de: Michael Goulart da Silva. São Paulo: Todas as Musas, 2017.
212 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-9583-003-5

1. Revolução Russa - História 2. Partido Comunista do Brasil I. Silva, Michael Goulart da.

CDD 947.0841

Catálogo Sistemático

Revolução Russa – História 947.0841; Partido Comunista do Brasil 940.3.

Direitos de edição: Editora Todas as Musas

C.N.P.J. 12.650.462/0001-33

www.todasasmusas.org

todasasmusas@gmail.com

Sumário

Apresentação, Michel Goulart da Silva 3

1. Porque devemos estudar a Revolução Russa
Michel Goulart da Silva 5

2. Paz, pão e terra! As mulheres na Revolução Russa
Karen Capelesso 13

3. Apontamentos sobre a relação do partido leninista com as classes
Vitor Rollin Prudêncio 31

4. “Uma noiva vermelha!”
Clara de Freitas Figueiredo 51

5. Os primeiros passos do comunismo no Brasil
Michel Goulart da Silva 83

6. “Meu Brasil é brasileiro, — Comunista — não senhor!”
Daniela Sobierai e Mateus Gamba Torres 103

7. Apontamentos sobre a influência de Lenin e da Revolução Russa na
obra de Florestan Fernandes
Ricardo Scopel Velho 137

8. Mészáros e a análise da revolução soviética de 1917
André Ricardo Oliveira 165

9. Sete questões sobre a restauração capitalista no Leste Europeu
Fábio José de Queiroz 181

Sobre os autores 211

Apresentação

O presente livro reúne um conjunto de textos que, de diferentes pontos de vista, discute a Revolução Russa e elementos dos processos políticos posteriores, inclusive seu impacto no Brasil. Os textos discutem temas como a participação das mulheres no processo revolucionário, as particularidades da construção do partido e seu impacto nas organizações comunistas brasileiras. São debatidos também os embates políticos travados na União Soviética posteriormente à revolução e o papel cumprido pelo stalinismo em diferentes âmbitos da sociedade. Discute-se ainda a difusão do discurso anticomunista no século passado e as interpretações da teoria leninista entre pensadores marxistas brasileiros. Por outro lado, analisa-se a Revolução Russa como parte do tempo presente, seja a partir do balanço da obra de teóricos contemporâneos, seja pela interpretação da crise que levou ao fim da União Soviética.

O livro se soma a um conjunto de iniciativas que vêm sendo realizadas em função da comemoração do centenário da Revolução Russa. Por meio dessas iniciativas, vem sendo possível não apenas refletir acerca do processo revolucionário russo, como também relacionar sua experiência a questões políticas e teóricas que se enfrentam no presente.

Os textos aqui reunidos, ainda que expressem preocupações com o rigor científico, assumem uma posição política clara, embora não se limitem a críticas ou elogios mecânicos à Revolução Russa. Busca-se analisar seus diferentes aspectos e, dentro do possível, construir um balanço político e teórico que, apesar de alguma eventual crítica mais dura, não perde de

perspectiva a importância fundamental da tomada do poder pelos trabalhadores da Rússia. São os trabalhadores do mundo justamente os protagonistas dos textos aqui reunidos.

Blumenau, maio de 2017

Michel Goulart da Silva

1. Porque devemos estudar a Revolução Russa

Michel Goulart da Silva

Em 1924, Leon Trotsky chamava a atenção para a escassez de obras produzidas acerca da Revolução de Outubro. Trotsky (1979, p. 7) afirmava que “ainda não dispomos de uma única obra que forneça um quadro geral da Revolução de Outubro, ressaltando os seus principais momentos do ponto de vista político e organizacional”, nem tendo sido editados, inclusive, “os materiais que caracterizaram os diferentes aspectos da preparação da revolução ou a própria revolução”. Depois da vitória da insurreição no campo da prática da luta de classes, parece que havia se decidido nunca mais repeti-la, não se esperando nem mesmo “uma utilidade direta do estudo de Outubro e das condições de sua preparação imediata, quanto às tarefas urgentes de organização posterior” (Trotsky, 1979, p. 7). Seria preciso, contudo,

pôr na ordem do dia, no Partido e em toda a Internacional, o estudo da Revolução de Outubro. É preciso que todo o nosso Partido e particularmente as Juventudes, estudem minuciosamente a experiência de Outubro, que nos forneceu uma verificação incontestável do nosso passado e nos abriu uma ampla porta para o futuro (Trotsky, 1979, p. 10).

Constatadas as limitações no campo dos estudos acerca de Outubro, Trotsky (1979, p. 7-8) aponta que, mesmo que não fosse se repetir na Rússia a experiência da Revolução de Outubro, ela teria que ser estudada, principalmente pelo fato de o proletariado dos demais países ter “que resolver ainda o seu problema de Outubro”. No entanto, para Trotsky, (1979, p. 9-10), isso não significava que a experiência russa devesse ser um modelo a ser seguido mecanicamente pelos demais partidos, afinal “cada povo, cada classe e até cada partido se educam principalmente a partir de sua própria experiência”. Nesse sentido, referindo-se a uma experiência de derrota que havia ocorrido recentemente no âmbito da Internacional Comunista, afirma “que o conhecimento mais profundo do desenvolvimen-

to da Revolução de Outubro não teria sido para o nosso partido alemão uma garantia de vitória” (Trotsky, 1979, p. 10). Para os demais países, como o foi para a Rússia, seria preciso também um conhecimento profundo da situação econômica e política concreta, identificando a dinâmica própria da luta de classes e da revolução, sendo Outubro uma referência de possíveis caminhos e não um modelo a ser seguido cegamente.

Essas reflexões, que se encontram no capítulo “Outubro deve ser estudado”, do livro *As lições de Outubro*, estavam voltadas principalmente para o público de militantes do partido e da Internacional Comunista. Naquele momento, o stalinismo ainda não havia vencido a batalha pelo poder do movimento comunista internacional, embora começasse a se esboçar o processo que levaria à burocratização do poder soviético e às formulações do socialismo em um único país.¹ Portanto, ao apontar para a necessidade de estudar Outubro devido às demandas de luta dos trabalhadores dos demais países, que poderiam tirar algumas lições da experiência russa, Trotsky também está chamando a atenção para a premente necessidade de defesa do internacionalismo.

Os argumentos apontados por Trotsky para destacar a importância de se estudar Outubro estão fortemente relacionados às especificidades do próprio período, baseados principalmente nas necessidades conjunturais da luta de classes e de defesa do internacionalismo proletário. Contudo, apesar de expressar os dilemas e perspectivas de uma época passada, o estudo acerca da experiência de Outubro ainda pode orientar as ações mesmo contemporaneamente, na medida em que seja possível inspirar a luta dos trabalhadores organizados e apontar para a

¹ No ano anterior à publicação do livro de Trotsky, começou a se organizar no interior do Partido Comunista Soviético o setor de oposição que viria a ser conhecido como Oposição de Esquerda, criticando o processo de burocratização e a política econômica levada a cabo por Stalin e seus aliados.

importância de olhar para as possíveis lições na luta pela superação da sociedade capitalista. Nesse sentido, no estudo acerca de Outubro e de seus desdobramentos, é de fundamental importância levar em conta algumas questões metodológicas:

Uma história da revolução, como toda a História, precisa antes de tudo relatar o que aconteceu e como. Isso, contudo, não é suficiente. Da própria narrativa é necessário que se torne claro porque os fatos aconteceram deste e não de outro modo. Os eventos não podem ser considerados uma série de aventuras nem inseridos num fio de moral pré-concebida. Eles precisam obedecer a suas próprias leis. A descoberta destas leis é a tarefa do autor (Trotsky, 2007, p. 9).

Neste ano do centenário de Outubro, pode-se verificar em diferentes sentidos a importância da experiência soviética para os militantes que se colocam na luta pela revolução. Um primeiro sentido passa por localizar Outubro no contexto do século XX, não sendo exagero afirmar que todos os fenômenos políticos posteriores - ascensão do nazismo, Segunda Guerra Mundial, revoltas de libertação nacional, Guerra Fria entre outros - de alguma forma estiveram relacionados direta ou indiretamente com a Revolução Russa ou com seus desdobramentos políticos. No atual contexto, fazer um balanço da Revolução Russa está ligado diretamente a analisar a própria dinâmica social e política da história do século XX.

Por outro lado, para a esquerda, esse olhar sobre o centenário da Revolução Russa, que em grande medida é motivo para celebração, pode também contar alguns riscos. Um primeiro seria o fato de se fazer a comemoração pela comemoração, como se fosse um mero fato heroico e seus personagens fossem quase como algo ficcional. Embora não seja intencional, essa construção narrativa faz com que o processo revolucionário se torne uma mera anedota sobre as quais eventualmente se comenta algo. Essa forma de olhar para a Revolução Russa, como um processo bastante idílico e até mesmo heroico, tira dela o

seu conteúdo político e, principalmente, faz com que suas possíveis influências na atual situação social e histórica sejam colocadas em segundo plano ou mesmo esquecidas.

O segundo risco é o de transformar as reflexões acerca da Revolução Russa em algo excessivamente acadêmico, ou seja, encará-la apenas como um objeto de pesquisas universitárias. Nessa lógica, o dinâmico processo da revolução e seus multifacetados aspectos podem ser resumidos em algumas páginas de um artigo a ser apresentado em algum dos vários seminários organizados por todo o país. Com isso, não se realiza uma reflexão que possa ter um impacto político, fazendo com que a Revolução Russa se torne meramente um conjunto de citações de livros e artigos que pretendem corroborar certa interpretação acadêmica acerca de algum aspecto relacionado àquele processo político e social. O pesquisador não se vê como parte de um processo político ligado à transformação radical da sociedade, mas somente um observador externo. Trotsky (2007, p. 12) afirmava, em relação à suposta imparcialidade na escrita da história da revolução:

O leitor crítico e sério não irá querer uma imparcialidade desleal, que ofereça a ele a taça da conciliação com uma boa dose de ódio reacionário no fundo, mas de uma científica escrupulosidade, que, por suas simpatias e antipatias – abertas e indisfarçadas – procura apoio num estudo honesto dos fatos, na determinação de suas verdadeiras conexões, uma exposição das leis motivadoras e seu momento.

Por fim, o terceiro risco é aquele de as diferentes facções das esquerdas ficarem nas suas disputas vazias de interpretações. Para tanto, de um lado, elas procuram selecionar arbitrariamente quais os heróis que devem ser seguidos pelas esquerdas e quais de suas ideias serão efetivamente consideradas mais importantes. Por outro lado, discutem-se fatos do passado e balanços históricos com a mesma virulência com que são feitas as disputas atuais, como se uma conversa de meia hora

em um bar pudesse impedir a ascensão do stalinismo oitenta anos atrás justamente porque na atualidade algum iluminado consegue fazer uma interpretação pretensamente brilhante desse fato. Não se discute as possibilidades de experiências que podem servir à reflexão, mas os fatos em si, como se ter uma interpretação pretensamente correta do que ocorreu décadas atrás fosse o mais importante para compreender e lutar pela revolução no atual século.

Portanto, os riscos em grande medida podem ser vistos como a possibilidade de esvaziar a riqueza do processo revolucionário russo. Certamente é preciso celebrar a revolução e seus grandes heróis. Certamente é fundamental realizar pesquisas acadêmicas que ajudem a elucidar o processo em toda a sua dinâmica e complexidade. E, certamente, os debates travados nas décadas passadas podem nos ajudar a elucidar nossos próprios dilemas políticos atuais. Contudo, sempre é preciso ter em mente que uma revolução é, “antes de tudo, a história da entrada violenta das massas no domínio de decisão de seu próprio destino” (Trotsky, 2007, p. 9). Portanto, ainda que os fatos ocorridos há cem anos possam inspirar muitas das ações e reflexões no presente, são os próprios trabalhadores em carne e osso que farão a revolução na contemporaneidade.

Qualquer reflexão que seja feita precisa levar em conta quais são os problemas da revolução socialista na contemporaneidade. A vida dos militantes que viveram no passado pode nos trazer alguma inspiração? As pesquisas científicas podem nos elucidar fenômenos complexos relacionados à revolução? E o que os debates passados nos ajudam hoje em nossas tarefas para organizar partidos revolucionários e encabeçar as principais lutas dos trabalhadores?

Enfim, ao olharmos para a Revolução Russa, precisamos encará-la não como um passado cheio de histórias desprovidas de interesse para o presente, mas como parte das lutas que

travamos ainda hoje. O processo revolucionário russo ainda permanece de alguma forma nas diferentes manifestações de cultura política ou na forma de organização dos trabalhadores, e é isso o que torna importante as reflexões que estão sendo feitas em seu centenário. Os trabalhadores em âmbito internacional ainda não derrotaram o sistema econômico que produz somente miséria. Por isso, ao olharmos para as lutas dos revolucionários russos das décadas passadas, precisamos buscar entender quais são as tarefas que ainda hoje persistem para as pessoas que queiram derrubar o capitalismo e transformar a sociedade com vistas à construção do socialismo.

Referências

TROTSKY, Leon. **História da revolução russa**. São Paulo: Sundermann, 2007.

TROTSKY, Leon. **As lições de outubro**. São Paulo: Global, 1979.

2. Paz, pão e terra! As mulheres na Revolução Russa

Karen Capelesso

Introdução

Em razão das comemorações do centenário da Revolução Russa, este artigo procura pontuar alguns elementos da participação e do protagonismo das mulheres no processo revolucionário. Encontrando as razões da eclosão da revolução socialista que abalou o mundo na contradição do desenvolvimento do processo histórico russo, em que o atraso convivia com o moderno, formando uma classe trabalhadora inexperiente e, ao mesmo tempo, muito abnegada, que tinha como seu elemento mais radicalizado as mulheres trabalhadoras.

Este artigo passa por uma análise da situação da Rússia antes da revolução, posteriormente recupera os acontecimentos iniciados com as comemorações do Dia Internacional da Mulher que passa a ser o estopim da insurreição de Fevereiro, e vê na Revolução de Outubro o processo mais avançado no que diz respeito à igualdade de gênero na história. Ao mesmo tempo, busca entender o impacto do stalinismo, a partir da década de 1930, nos direitos das mulheres conquistados pela revolução.

Situação da Rússia pré-revolucionária

A Rússia pré-revolucionária tem como uma das suas principais características um profundo atraso no desenvolvimento político, econômico, social e cultural. Até o início de 1917, a Rússia era ainda uma monarquia da família Romanov. No entanto, é na história russa, um país de dimensões continentais, que a lei do desenvolvimento desigual e combinado se expressa de forma contundente.

Ao lado dos seus traços feudais, vemos o florescer da indústria com uma rapidez extraordinária. Entre a Revolução de 1905 e a Primeira Guerra Mundial, a Rússia dobrou sua produção industrial. Para termos uma comparação, em 1914 as in-

dústrias com menos de 100 operários representavam 35% do total nos Estados Unidos. Na Rússia, eram apenas cerca de 17%, enquanto as indústrias com mais de mil operários representavam 41,4% do percentual industrial russo, podendo ser comparado seu parque fabril com os dos países mais industrializados do mundo, a Alemanha e a Inglaterra. No entanto, essa forte indústria russa era dominada pelo capital estrangeiro que representava cerca de 40% dos investimentos nos principais setores da economia, o que demonstra, assim, um país fortemente dependente do capitalismo ocidental (TROTSKY, 2007).

Esse desenvolvimento a saltos do capitalismo na Rússia também determinou o desenvolvimento e a dinâmicas de suas classes sociais. Temos uma burguesia muito abastada, pequena, fruto da concentração extrema dos meios de produção e da forte presença estrangeira, camadas intermediárias muito débeis e uma classe trabalhadora formada também às pressas, ao calor da necessidade da industrialização russa, deixando a vida no campo e o trabalho agrícola para ser arrastada para dentro das fábricas.

É nesse contexto que as mulheres trabalhadoras estão inseridas. Uma feminização da força de trabalho russa é intensificada com a entrada do país na Primeira Guerra Mundial. Em fevereiro de 1917, as mulheres representavam 47% da classe operária russa. Eram elas a maioria na indústria têxtil, na de couro e de borracha, e também representavam parte expressiva dos trabalhadores nos transportes, indústria gráfica e metalúrgica, trabalhos que até então eram proibidos para as mulheres.

Portanto, é justamente essa combinação, entre o retrógrado e o moderno, entre um gigante feudal e monárquico ao mesmo tempo com uma industrialização que rapidamente pode ser comparada com a dos países mais avançados do mundo, uma burguesia sujeita ao liberalismo estrangeiro, uma classe traba-

lhadora inexperiente, retirada de forma abrupta de sua vida campesina e empurrada para fábricas gigantescas, que fez com que fosse a Rússia o solo mais fértil para as ideias revolucionárias.

O Dia Internacional da Mulher e a insurreição de Fevereiro

No Dia Internacional da Mulher, celebrado em 23 de fevereiro, devido à diferença entre o calendário juliano adotado na Rússia e o calendário ocidental, ao que tudo indicava, não estava previsto nenhuma grande manifestação. Nenhuma organização sequer chamou uma greve para aquele dia, incluindo os bolcheviques, que achavam melhor postergar qualquer tipo de ação mais radicalizada nesse momento e se preparar para futuramente organizar uma ação revolucionária. Era impossível prever que, justamente nesse dia, as mulheres trabalhadoras acenderiam a chama que se tornaria o primeiro dia da Revolução de Fevereiro de 1917.

A situação das mulheres pobres na Rússia se agravou muito durante a Primeira Guerra. Com a guerra, o preço do carvão praticamente quintuplicou e o dos alimentos aumentou cerca de sete vezes mais. Em meados do mês de janeiro, começou a faltar pão, que havia se convertido em basicamente o único alimento acessível para as famílias pobres. Em fevereiro, a cidade de Petrogrado recebeu cerca de metade dos provimentos que havia recebido em dezembro do ano anterior. As mulheres, além de trabalharem exaustivamente, encarregavam-se do cuidado dos filhos e da casa e enfrentavam mais de 40 horas semanais de filas para receber algum alimento, tendo que acampar durante a noite, em pleno inverno russo. A situação estava insuportável.

Contrariando as previsões do comitê bolchevique do bairro operário Vyborg, as trabalhadoras da indústria têxtil deste

mesmo bairro decidem deflagrar greve no Dia Internacional da Mulher. Por volta das 10 horas da manhã, já se somavam à greve cerca de 20 mil trabalhadoras. A partir daí, convocam-se todos os trabalhadores a parar. Operárias e operários marcham pelas ruas de Petrogrado em direção à Duma Municipal com palavras de ordem de “Abaixo a carestia! Abaixo a fome! Pão para os trabalhadores!”. Estima-se que 90 mil trabalhadoras e trabalhadores tenham participado da greve neste dia.

O Dia Internacional da Mulher foi vitorioso, no entanto, ainda era um mistério mesmo para os círculos socialdemocratas da época, devido ao fato de não conseguirem calcularem seu impacto. Bolcheviques, mencheviques, socialistas-revolucionários são arrastados pelo movimento de massas de que essas mulheres foram vanguarda. Se não haviam conseguido sequer vislumbrar a greve, muito menos haviam conseguido perceber que nesse dia começava uma insurreição que marcaria a história. Na percepção de Trosky, sobre o início da Revolução de Fevereiro:

Ninguém, positivamente ninguém – podemos afirmar categoricamente isso em base a todos os dados – pensava que o 23 de fevereiro iria marcar o início de um assalto decisivo contra o absolutismo. Tratava-se de uma manifestação que tinha perspectivas indefinidas, mas em qualquer caso, ilimitadas. O fato é que a Revolução de Fevereiro iria começar por baixo, ultrapassando a resistência de suas próprias organizações revolucionárias, a iniciativa sendo tomada de acordo com os setores mais oprimidos e explorados do proletariado: as trabalhadoras têxteis, e entre elas, sem dúvida, muitas esposas de soldados (TROTSKY, 2007).

No dia seguinte, o movimento se fortificou. Em 24 de fevereiro, metade dos operários fabris de Petrogrado estava em greve. Além das fábricas, novos bairros aderiram às manifestações rumo ao centro da cidade. Junto com a exigência por pão, acrescentaram-se as consignas de “abaixo a guerra” e “abaixo o Czar”. Na tentativa de frear a chegada dos manifestantes, os

policiais levantaram as pontes que separavam os bairros pobres do centro da cidade. No entanto, os milhares de trabalhadores cruzaram os rios congelados devido às baixas temperaturas. Os estudantes somaram-se aos contínuos atos na Avenida Nevsky, umas das principais avenidas da cidade.

As mulheres trabalhadoras passaram a fazer uma firme agitação entre os policiais e principalmente entre os cossacos, formando um verdadeiro cordão humano e argumentando “nós suportamos a fome, a carga de trabalho, os insultos, as humilhações e os abusos. Vocês também têm mães, esposas, irmãs e filhos. Exigimos pão e o fim da guerra” (SALAS, 2017). A eficácia da agitação delas foi tanta que, por mais que os cossacos atacassem o povo com seus cavalos, eles não atiraram contra os insurgentes. Para cada recuo dos soldados e dos cossacos, a população saudava com um “hurra” animado. Cabe dizer que as forças repressivas russas se diferenciavam de 1905: uma parcela significativa conhecia os horrores da guerra e a fome. A vitória sobre o exército fez o ânimo e a confiança das massas aumentarem.

No dia 25 de fevereiro a greve se generalizou. Mais de 240 mil operários estavam em greve. A fábrica Putilov, com cerca de 30 mil operários, aderiu à greve e às manifestações. Não havia mais bondes funcionando na cidade de Petrogrado. A polícia abriu fogo contra os manifestantes e, perto do monumento de Alexandre III, os cossacos responderam atirando na polícia. Os estudantes universitários aderiram em peso ao movimento. Novamente, as mulheres entraram em cena e passaram a fazer agitação contra a infantaria deslocada pela ordem do Czar, “larguem as baionetas, unam-se a nós” elas dizem. Mais uma vez, são vitoriosas (TROTSKY, 2007).

Analisando o curso do desenvolvimento do movimento entre os dias 23 a 25 de fevereiro, Trotsky aponta:

Deixe-nos tentar dar uma ideia clara da lógica interna do movimento. Em 23 de fevereiro, sob a bandeira do “Dia da Mulher”, começa a revolta, há muito madura e há muito negada, das massas operárias de Petrogrado. O primeiro passo da insurreição foi a greve. No curso de três dias, ela se ampliou e se tornou praticamente geral. Apenas isso dá confiança às massas e leva-as adiante (TROTSKY, 2007).

No dia 26, o Czar Nicolau II envia uma ordem para acabar com os motins até o dia seguinte. No entanto, longe de o movimento recuar, ele está confiante e crescente. A repressão aumenta e militantes de várias correntes políticas são presos. O bairro Vyborg, onde tudo começou, passa a ser o centro da direção política do movimento. Os bairros operários estão sobre as mãos da insurreição e a polícia passa para a ofensiva.

No dia 27, o dia decisivo para a queda do czarismo, os quartéis se rebelaram. A 4ª Companhia do Regimento Pavlovsky deixou o quartel sobre o comando de um suboficial em um ato revolucionário. O regimento Volynski é ordenado a marchar contra os manifestantes e se nega. Chegam mais notícias de deserção do exército. As armas passam para o lado dos trabalhadores. O clima de Petrogrado chega a Moscou de forma avassaladora. Da greve geral em razão do Dia Internacional da Mulher com as operárias têxteis na linha de frente, passa-se para um levante armado e conclui-se com a queda do czarismo em apenas 5 dias.

As conquistas das mulheres na Revolução Russa

Na linha de frente, as mulheres arrancaram conquistas com a Revolução Russa em 1917 no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres sem precedentes na história e mesmo na atualidade nos países burgueses mais avançados. Em parte, obra de grandes dirigentes como Clara Zetkin, militante socialista abnegada na tarefa de organizar as mulheres trabalhadoras, Rosa Luxemburgo, Inessa Armand, Alexandra Kol-

lontai e Nadiéjda Krúpskaia, sendo que as três últimas ocuparam um papel de destaque na condução dos rumos da Revolução Russa, mas também pela força e disposição de luta das mulheres trabalhadoras russas, que levaram consigo a massa de operários a tomarem o poder.

Um dos principais pontos que podemos observar é o atraso da sociedade russa em sua legislação no que tange às mulheres. As leis czaristas relegavam o papel da mulher a ser subordinada ao seu pai e futuramente ao seu marido e a condição jurídica de praticamente escrava para a trabalhadora camponesa. Segundo a lei russa, as mulheres não podiam ter autorização para trabalhar sem o consentimento de seu cônjuge, não havia nenhum tipo de seguridade, nem mesmo para a mulher grávida e o filho ilegítimo não era reconhecido. O divórcio basicamente não existia, já que quem estabelecia as regras para ele não era o Estado, mas sim a Igreja Ortodoxa e, como para a Igreja o casamento era sagrado, seria praticamente impossível se divorciar. Até o ano de 1914, quando houve uma reforma bastante limitada por juristas liberais, a mulher sequer tinha acesso à educação.

Wendy Goldman, em sua obra *Mulher, estado e revolução*, em que estuda o impacto da Revolução Russa na vida das mulheres, ao estabelecer um comparativo sobre as leis russas do período pré e pós revolução, analisa que:

Juristas a favor das reformas haviam tentado atualizar as leis russas por mais de meio século antes da Revolução de Outubro, mas obtiveram pouco sucesso. Em dois decretos breves, publicados em dezembro de 1917, os bolcheviques conquistaram mais do que o ministro da Justiça, os jornalistas progressistas, as feministas, a Duma e o Conselho de Estado jamais haviam tentado: substituíram o casamento religioso pelo civil e estabeleceram o divórcio a pedido de qualquer um dos cônjuges (GOLDMAN, 2014).

Ainda comungando das ideias de Goldman, engana-se quem acredita que a burguesia, como classe dominante, se

propôs a estabelecer ao menos no aspecto jurídico a igualdade de gênero. Ao analisar a Revolução Francesa, a mais importante revolução burguesa, Goldman conclui que:

Em última instância, a Revolução Francesa conquistou pouco para as mulheres em geral e menos ainda para as mulheres pobres. O governo fechou os clubes independentes de mulheres em 1793 e em seguida baniu a admissão de mulheres às assembleias populares. Diversas novas liberdades legais obtidas com a revolução, incluindo a simplificação do divórcio, direitos para filhos ilegítimos e expansão do direito de propriedade para as mulheres, foram varridas pelo Código Civil de Napoleão, de 1804. Em nenhum momento, a revolução emancipou as mulheres politicamente ou lhes garantiu direitos civis (GOLDMAN, 2014).

Imediatamente após a tomada do poder, os bolcheviques tomam a tarefa de reformular as leis que colocavam a mulher em papel de subalternidade perante o homem, com o objetivo de garantir a igualdade social, jurídica e política para a mulher. Um dos principais exemplos das alterações da legislação russa é o Código de Leis de 1918. Em pouco tempo, vemos um avanço que possibilitou para as mulheres o direito de votar e ser votada, igualdade salarial, licença maternidade. Além disso, legalizou-se o aborto, o direito ao divórcio pedido por qualquer um dos cônjuges e a qualquer momento, a igualdade entre marido e mulher e a criminalização da homofobia.

Basicamente, é possível perceber que a visão bolchevique a respeito da igualdade da mulher estava baseada em quatro pilares: a união livre, a emancipação das mulheres por meio do trabalho assalariado, a socialização do trabalho doméstico e o definhamento da família. Esses pontos estavam ancorados na visão expressa por Karl Marx e Friedrich Engels em a *Ideologia Alemanha* e de uma forma mais programática no *Manifesto do Partido Comunista*, em que pontuavam que a emancipação da mulher dependia do fim da propriedade privada e da criação da economia socialista (GOLDMAN, 2007).

Com a intenção da socialização do trabalho doméstico e do desenvolvimento do processo de definhamento da família, muitas polêmicas e obstáculos se colocaram a frente. As polêmicas foram desenvolvidas de forma livre em diversos panfletos, livros e artigos que discutiam a nova vida sobre o socialismo. Para os elaboradores do Código da Família de 1918, as medidas jurídicas eram um meio de transição até o desenvolvimento pleno do comunismo. No entanto, a alternativa colocada foi o aumento do poder do Estado em prol da diminuição do papel da família como reprodutora da força de trabalho e instituição de aprisionamento da mulher.

Algumas opções foram feitas pelos bolcheviques. Em relação ao trabalho doméstico, por exemplo, diferente de uma campanha de redistribuição das tarefas entre os gêneros dentro de casa, essas deveriam ser socializadas, desde a limpeza, alimentação e até o cuidado com os filhos. Vladimir I. Lenin, o principal dirigente bolchevique da Revolução de Outubro, era enfático no objetivo de tirar do jugo individual o trabalho doméstico, como condição essencial para emancipação da mulher e sua participação ativa na vida política e na construção do socialismo:

Lenin falou e escreveu repetidas vezes sobre a necessidade de socializar o trabalho doméstico, descrevendo-o como “o mais improdutivo, o mais selvagem e o mais árduo trabalho que a mulher pode fazer”. Sem poupar adjetivos duros, escreveu que “o trabalho doméstico banal esmaga” e “degrada” a mulher, “a amarra à cozinha e ao berçário” onde “ela desperdiça seu trabalho em um azáfama barbaramente improdutivo, banal, torturante e atrofiante”. Lenin obviamente desprezava o trabalho doméstico. Argumentava que “a verdadeira emancipação das mulheres” deve incluir não somente igualdade legal mas também “a transformação integral” do trabalho doméstico em trabalho socializado (GOLDMAN, 2007).

Corroborando com a visão de Lenin, Evgeni Preobrazhenski, um dos mais destacados economistas da época, declarou

que “nossa tarefa não consiste lutar por justiça na divisão do trabalho entre os sexos (...) nossa tarefa é libertar homens e mulheres do trabalho doméstico trivial” (GOLDMAN, 2007). Para Alexandra Kollontai, uma das mais destacadas militantes pelos direitos das mulheres, “A família, segundo estimou Kollontai, constituía um uso ineficiente de trabalho, comida e combustível (...) Da perspectiva da economia socializada” a família era “não somente inútil, como nociva”. (GOLDMAN, 2007).

Outra característica marcante da política bolchevique, no que tange à necessidade de socialização do trabalho doméstico e definhamento da família, era a iniciativa do cuidado coletivo das crianças. Por mais polêmica que essa questão causasse, um dos pontos em que havia convergência é que em algum momento todas as crianças seriam cuidadas pelo Estado em creches, centros de cuidado, escolas públicas. Sobre esta questão, Zinaida Tattenborn, uma especialista em direitos da criança, declara: “A criação será igual, a mesma para todas as crianças, e nenhuma criança se encontrará em posição inferior a outra”. Ou seja, a criação pelo estado e não pelos pais era o único meio de desenvolver o potencial da criança, sua autonomia e a igualdade entre elas. (GOLDMAN, 2007).

Ainda segundo Goldman, o objetivo bolchevique era que, na medida em que o Estado assumisse de forma socializada as tarefas que historicamente foram direcionadas as mulheres, a família iria acabar, pois perderia sua função histórica e social, as mulheres poderiam ser incorporadas ao trabalho coletivo e a vida pública sem o peso da dupla/tripla jornada. No entanto, algumas limitações foram impostas à política bolchevique. As principais seriam: a falta da importância e a reconsideração do valor que deveria ser dado ao trabalho doméstico, o menosprezo aos poderosos laços entre pais e filhos que a sociedade historicamente construiu e, principalmente, o alargamento da

função do Estado no imediato pós-revolução, onde os recursos econômicos e sociais ainda não estavam preparados para suportar tamanhas mudanças.

Um dos elementos que a autora aponta como problemático, no ponto de vista do impacto para as mulheres trabalhadoras, foi a NEP. A Nova Política Econômica, promulgada em 1921, como uma medida de exceção para a recuperação econômica da Rússia significou o fechamento de creches e lavanderias públicas, entre outras medidas que tinham a ver com os direitos das mulheres. Para Goldman, contudo, no que tange às dificuldades dos anos 1920, o signo é de tentativa de defesa e luta pelas garantias dos direitos conquistados. Mas é a partir dos anos 1930, com a ascensão do stalinismo, que os direitos das mulheres, dos mais oprimidos e explorados, passam a sofrer ataques e retrocessos, uma reação termodinâmica, como caracterizou Leon Trotsky.

O stalinismo e a mulheres na URSS

Um dos elementos que Trotsky analisou em uma das suas mais importantes obras, *A Revolução Traída*, e que também faz parte de objeto de estudo de Goldman para entender o significado do stalinismo para a vida das mulheres trabalhadoras, são os retrocessos da legislação russa em comparação com as leis do imediato pós-revolução.

Segundo Trotsky, o avanço jurídico e as intenções políticas do Partido Bolchevique não correspondiam aos recursos disponíveis pela URSS. Infelizmente, é impossível socializar o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e a família sem o desenvolvimento da economia socialista e, portanto, a emancipação da mulher seria impossível na dinâmica da “miséria socializada” que correspondia à situação da Rússia após a vitória da Revolução (TROTSKY, 2005). De acordo com sua ideia, era

impossível convencer uma trabalhadora das benesses do socialismo, se a lavanderia pública estragasse a roupa ao invés de lavá-la, se a comida servida pelos restaurantes públicos fosse pouca e ruim, se as creches públicas não tivessem estrutura adequada para o cuidado dos filhos. No entanto, essas dificuldades não tinham a ver com a falência do sistema socialista, que ainda não havia sido posto à prova.

Porém, esses retrocessos, que acabam sendo cada vez mais presentes a partir da década de 1930 e da subida do stalinismo ao poder, acabam por trazer impactos na formação de uma camada dirigente e burocrática na URSS. Na medida em que essa casta dirigente se afasta das condições de vida da classe trabalhadora pauperizada, os direitos conquistados pela revolução passam a se tornar um privilégio para alguns setores da sociedade. No entanto, o elemento principal são as conclusões das ações políticas a partir daí. Diferentemente do período da NEP, quando mesmo com as dificuldades econômicas se lutava para manter os direitos conquistados, a política stalinista opta pelas proibições. De acordo com Trotsky:

Tendo demonstrado a sua incapacidade em fornecer às mulheres, que se veem obrigadas ao aborto, necessária assistência médica e instalações higiênicas, o Estado muda bruscamente de rumo e opta pela das proibições. Como em outros casos, a burocracia faz da pobreza uma virtude. Um dos membros do Supremo Tribunal Soviético, Solz, especialista em questões referentes ao casamento, justifica a próxima proibição ao aborto dizendo que a sociedade socialista, não conhecendo o desemprego, ela, a mulher, não pode ter o direito de rejeitar as “alegrias da maternidade” (TROTSKY, 2005).

Portanto, ao invés de construir as condições para o exercício pleno dos direitos conquistados pela Revolução, o stalinismo recupera medidas que atuam contra as mulheres como, por exemplo, a proibição do aborto, em junho de 1936. Há medidas que visavam dificultar o acesso ao divórcio, recuperando ideologias como a defesa da família operária, construindo argu-

mentações que, devido ao triunfo do socialismo, as mulheres não tinham mais razões para realizar o abortamento ou deixar de gozar as “alegrias da maternidade”.

Eles esqueceram visivelmente que o socialismo deveria eliminar as causas que levam a mulher ao aborto e não fazer intervir a política na sua vida íntima para lhe impor as “alegrias da maternidade” (...) Na verdade, uma lei dirigida contra a mulher, mas que institui para as “madames” um regime de exceção, é um dos frutos legítimos da reação *termidoriana* (...). Os moralistas soviéticos só precisam renovar ligeiramente a fraseologia. Inicia-se uma campanha contra os divórcios demasiados fáceis e frequentes. A imaginação criadora do legislador já anuncia uma outra medida “socialista” que consiste em fazer pagar o registro do divórcio e aumentar a taxa em caso de repetição. Não nos enganamos quando predissemos que a família renasce, ao mesmo tempo em que se firma de novo o papel educativo do rublo. Esse imposto obviamente dificultará os divórcios dos que tiverem que pagar. Esperamos que a taxa não seja um incômodo para os meios dirigentes (TROTSKY, 2007).

Ou seja, argumentos que antes eram utilizados para defender medidas para a emancipação da mulher, defesa da maternidade, entre outros, passam a valer justamente para proibir os avanços mais progressivos das medidas socialistas russas. Para Trotsky, esse retrocesso tem a ver com a formação de uma classe dirigente burocrática e que tinha interesse em manter seus privilégios por meio do aprofundamento e do retorno ao direito burguês e não fruto em si das difíceis condições econômicas da URSS.

Para Wendy Goldman, a política stalinista não foi somente negativa no sentido do impacto que teve no que diz respeito ao imediato ataque aos direitos das mulheres, como o retorno ao lar, fechamento de lavanderias, restaurantes e instituições de educação públicas, proibição do aborto e maior dificuldade para se divorciar. O impacto que o stalinismo teve na consciência de milhares de mulheres trabalhadoras foi ainda maior.

Rechaçaram seu objetivo principal, concretamente o de promover a extinção da família, e sancionaram a destruição de seus autores, mas seguiram declarando uma continuidade entre a legislação das décadas de 1920, 1930 e 1940. E ainda sustentavam orgulhosamente que o socialismo havia liberado “milhões de mães trabalhadoras para sua participação”. A tragédia da reversão no campo da ideologia não foi simplesmente a de ter destruído a possibilidade de uma nova ordem revolucionária, ainda que milhões tenham sofrido e morrido por esse motivo. A tragédia foi que o Partido continuou apresentando como herdeiro genuíno da visão socialista original. Mascarando seu enfoque restrito à produção com a retórica vazia da emancipação feminina, abandonou sua promessa de socializar o trabalho doméstico e fomentar relações mais livres e iguais entre homens e mulheres. E a maior tragédia de todas é que as gerações subsequentes de mulheres soviéticas, desconectadas dos pensadores, das ideias e das experiências geradas pela sua própria revolução, aprenderam a chamar isso de “socialismo” e “libertação” (GOLDMAN, 2007).

Algumas conclusões

No centenário da Revolução Russa ainda é possível dizer que sua memória e seu significado são passíveis de disputa. Este breve artigo tem o objetivo de instigar o debate em quatro pontos principais. Pontuo instigar, pois não é intenção fechar uma discussão que precisa ser feita entre aqueles que acreditam em um mundo sem opressão e exploração e acreditam no horizonte do socialismo. O primeiro é recuperar o papel protagonista das mulheres na revolução. Isso desde a greve proclamada pelas trabalhadoras da indústria têxtil do bairro Vyborg, bem como o papel de mulheres como Clara Zetkin, o maior símbolo e a pioneira na discussão sobre a necessidade de organizar as mulheres trabalhadoras. Além de Rosa Luxemburgo, dirigente destacada e renomada militante na disputa teórico-política e de suas contemporâneas que tiveram papel central na Revolução Russa, como Alexandra Kollontai, Inessa Armand e Nadiéjda Krúpskaia. Pode-se assim, em parte, saldar uma dívida e começar a se construir um tipo de história que não contemple somente as personalidades masculinas.

O segundo, em um momento em que um posicionamento feminista pode ser visto em círculos burgueses e até virar mercadoria, é demonstrar que não é entre a burguesia que as mulheres trabalhadoras encontrarão a sua emancipação e que foi por meio da luta socialista que ocorreram os avanços mais significativos em relação aos direitos das mulheres, o que não pode ser verificado, mesmo em países com as legislações mais democráticas ainda nos dias de hoje.

O terceiro é recuperar o papel importante que os principais dirigentes davam para as pautas que contemplam a vida da mulher trabalhadora, que podem ser vistas como alvo de preocupação desde Karl Marx e Friedrich Engels e são muitas vezes esquecidas na militância cotidiana.

Finalmente, o quarto ponto é um dos debates mais espinhosos para o campo dos lutadores: o balanço do stalinismo no que diz respeito aos direitos das mulheres. A revolução será feminista, ou não será.

Referências

BROUÉ, Pierre. **O Partido Bolchevique**. São Paulo: Sundermann, 2014.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e revolução**. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2014.

SALAS, Miguel. **Febrero de 1917**: Las mujeres inician la revolución. Disponível em <<http://www.sinpermiso.info/textos/febrero-1917-las-mujeres-inician-la-revolucion>>. Acesso em: 22/04/2017.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. São Paulo: Sundermann, 2007.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**: o que é e para onde vai a URSS. São Paulo: Sundermann, 2005.

3. Apontamentos sobre a relação do partido leninista com as classes

Vitor Rollin Prudêncio

O centenário da Revolução Russa está levando a vanguarda revolucionária e as diversas organizações de esquerda a promover diversos debates, estudos, edições de livros e eventos acadêmicos. Parte das perguntas que originam os diversos dilemas da esquerda são relacionados aos balanços de nossos erros, porque retrocedemos nos nossos níveis de organização e mobilização. O objetivo deste artigo é mais modesto que responder a todas estas questões.

Temos por objetivo discutir elementos da concepção de partido na obra de Lenin, suas contradições e mudanças, bem como elementos de concepção de partido na obra do trotskista argentino Nahuel Moreno¹ e as críticas feitas por Martín Hernández, dirigente da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), organização internacional com a qual o Partido Socialista dos Trabalhadores – Unificado (PSTU) é solidário. Não temos por objetivo aprofundarmo-nos nos diversos detalhes da história do Partido Bolchevique ou do Movimento ao Socialismo (MAS)², partido fundado por Moreno na Argentina, em 1982. Queremos discutir como estes importantes dirigentes refletiam sobre o papel do partido.

¹ Hugo Miguel Bressano Capacete, também conhecido como Nahuel Moreno, nasceu em 24 de abril de 1924 em Buenos Aires e morreu em 1987. Teve grande destaque no movimento trotskista internacional por meio de sua intensa participação nas lutas políticas a partir do Segundo Congresso da IV Internacional em 1948. Em 1982, fundou a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI).

² O Movimento al Socialismo foi sucessor do Partido Socialista de los Trabajadores, proibido pela ditadura. Após o retorno à democracia, em pouco tempo o partido conquistou relevante expressão. O partido chegou a alcançar a liderança sindical de cerca de 150 fábricas, além dos 400 mil votos nas eleições de 1989 quando o partido se tornou a quinta maior força política do país. Depois da morte de Moreno, em 1987, o partido começou o processo de fragmentação.

A Concepção de Nahuel Moreno

Escrito em 1973, tendo como título original *Um documento escandaloso*, o livro *O Partido e a Revolução* é considerado a principal obra de Nahuel Moreno. Também chamado de *Morenazo*, foi escrito como parte dos debates do X Congresso Internacional do Secretariado Unificado da IV Internacional (SU). Seu centro são as polêmicas com o trotskista belga Ernest Mandel³ e seus desvios ultraesquerdistas. Não teremos como desenvolver todos os temas de polêmica deste documento, nem de apresentar a concepção de Mandel, por isto optamos por apresentar apenas a concepção defendida por Nahuel Moreno.

No capítulo mais importante do documento, “Partido Mandelista ou Partido Leninista?”, Moreno defende que, segundo a concepção dos bolcheviques, o partido deve conquistar a hegemonia na classe operária e no movimento de massas por meio do trabalho político partidário com o objetivo de fazer com que a classe e as massas assumam a política do partido.

O partido tem seu início na consciência histórica e universal, não na consciência fragmentada, parcial e imediata. Utiliza-se do marxismo para elevar essa consciência histórica e universal a um programa político marxista. As massas não chegam a essa consciência de forma automática.

Podemos dizer que o movimento de massas aproxima-se dela assintoticamente, isso é, em cada etapa está mais próximo dela, porém, nunca a alcança por seus próprios meios. O partido é o único que pode fazer com que essas duas linhas, cada vez mais próximas uma da outra, deixem de ser assíntotas; que o movimento de massas confunda-se com a consciência política de classe (MORENO, 2008, p. 259).

³ De nacionalidade Belga, Mandel era na época o principal dirigente do SU da IV Internacional além de um dos principais marxistas do Século XX.

O que caracteriza, portanto, um partido de tipo bolchevique é que sua atividade principal é a agitação sobre toda a população explorada e não apenas sobre um de seus setores.

A política do partido dirige-se a todo movimento de massas, com todos os seus setores, ainda que reflita os interesses da classe operária e promova esta como caudilho da revolução. A atividade partidária concentra-se no movimento de massas e não na vanguarda. O objetivo é mobilizar as massas e não a vanguarda (ibidem, p. 335).

Esta concepção apresentada de forma extremamente resumida foi a que guiou até poucos anos a atuação da LIT-QI e de seus partidos nacionais.

A crítica de Martín Hernández

Entre os dias 22 e 26 de janeiro de 2014, foi organizado pela Fundação José Luis e Rosa Sundermann e pela revista *Marxismo Vivo* o “Seminário Internacional sobre Organização e Estrutura Partidária”, em São Paulo. Entre os temas debatidos estava “a estratégia de construir um partido com influência de massas” (pág. 7, 2014). Durante o evento foram estudados textos de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e Moreno, além de documentos do velho MAS da Argentina. Neste seminário, Martín Hernández apresentou conclusões divergentes das que sua organização trabalhou por muitos anos, ao questionar a validade do conceito de “partido com influência de massas” defendido e utilizado por Nahuel Moreno, fundador da LIT-QI.

Segundo Hernández a estratégia leninista é a de construir um partido que dirija a classe operária e que ganhe simpatia do povo e dos camponeses. E pontua

Para mim, são coisas diferentes. O que é influenciar? Não sou contra dizer que queremos influenciar as massas, mas na minha opinião a

estratégia não pode ser a de construir um partido com influência de massas porque, só com isto, não se pode tomar o poder. A estratégia é a que disse Lenin: um partido que dirija a classe operária e ganhe a simpatia da maioria dos outros setores, que é algo bem diferente (HERNÁNDEZ, 2014, p. 68).

Hernández afirma que é possível ter um partido com influência de massas sem dirigir a classe operária. Caracteriza a concepção de Moreno como perigosa, porque os setores mais mobilizados são os setores que mais dão possibilidades às organizações revolucionárias de se tornarem de massas. Ou seja, se os camponeses são os que mais se mobilizam, é lá que deve estar a atuação central do partido revolucionário se a estratégia central for a de construir um partido com influência de massas, ao invés de um partido que dirija a classe operária. Contraditoriamente, normalmente a classe que mais se mobiliza não é a operária. Hernández argumenta que, mesmo diante de um campesinato que protagonizava lutas radicalizadas e violentas, os bolcheviques não fizeram trabalho entre os camponeses, só o fizeram perto da revolução e por isto tiveram que fazer um acordo com os Socialistas Revolucionários de esquerda para tomar o poder. E conclui sua primeira intervenção afirmando que

A concepção bolchevique é dirigir a classe operária e, a partir da classe operária, dirigir as massas. E agrego mais: quando Lenin disse que, com um partido pequeno, pode-se tomar o poder, ele alerta: “não basta dirigir só a classe operária, o partido tem que ganhar a simpatia (não a influência!) das massas camponesas e populares; do contrário, o poder não se sustenta” (ibidem, p. 69).

Em sua intervenção no dia seguinte do seminário, Hernández deixa nítido que não defende um partido pequeno e nem é contrário a que o partido se torne de massas, mas entende que a fórmula de Lenin não ajuda na compreensão de qual tarefa é estratégica. Segundo Hernández, Lenin afirma

que um partido, para tomar o poder, deve dirigir a maioria da classe e ter, no mínimo, simpatia dos outros setores. Lenin deixa nítida qual é a tarefa do partido.

Ele disse “Não basta dirigir a classe operária”. Não se enganem. Se não conseguirmos a simpatia de amplos setores populares, podemos tomar o poder, mas não vamos mantê-lo (idem, 2015, p. 134).

Hernandez afirma que a definição de Moreno não acrescenta nada à concepção exposta por Lenin e que, na prática, é um retrocesso, pois ter muitos votos, dirigir diversos sindicatos e várias lutas pode significar que o partido seja de massas sem que dirija a classe operária. Hernández termina sua segunda intervenção afirmando que

Na Rússia, os SRs foram para o campo e se tornaram de massas. Os bolcheviques não foram ao campo. Aprendamos com esta lição histórica. Não foram porque seu objetivo central não era ganhar influência de massas. Queriam dirigir a classe operária e, a partir daí, chegar aos outros setores (ibidem, p. 135).

Estas duas intervenções do atual dirigente da LIT nos parecem contraditórias em alguns momentos. Concordamos quando afirma que a concepção de Moreno confunde o debate. Hernández diz que não é contrário a um partido de massas, mas, na conclusão de sua segunda intervenção, o dirigente argentino parece contrapor a construção de um partido que dirija a classe operária com a construção de um partido de massas. Além desta confusão, Hernández é pouco preciso e inclusive comete alguns erros sobre a concepção do partido em Lenin.

O trabalho dos Bolcheviques entre as classes

Concordamos com Hernández que o centro, para Lenin, sempre foi a construção partidária na classe operária. O que queremos discutir nesta parte do artigo é o trabalho dos Bolcheviques entre as outras classes e de sua importância para a vitória da revolução socialista naquele país.

Em dezembro de 1901, aparece em Stuttgart o primeiro exemplar do jornal *Iskra*. Seu objetivo era oferecer às organizações clandestinas russas consignas políticas, plano de ação e diretrizes para a construção da organização socialista na Rússia. O objetivo central colocado pelo jornal era de “contribuir para o desenvolvimento e organização da classe operária” (BROUÉ, 2014, p. 32). Mas isso não significa que a construção do partido se deu única e exclusivamente em torno desta classe e nem que Lenin defendia isso. Isso se dá pela própria estrutura social russa. Uma grande quantidade de homens oscila entre o trabalho industrial e o trabalho no campo. Estamos falando de uma força de trabalho flutuante composta por cerca de 3 milhões de pessoas que passam alguns anos, meses ou semanas trabalhando na cidade⁴. Se comparado ao número de operários propriamente ditos, este número representa metade ou mais da metade da classe operária russa. Em 1900, os operários propriamente ditos eram 1 milhão e meio e, em 1912, eram

⁴ Entre 1860 e 1914, a população urbana se elevou a aproximadamente o triplo; mas a *proporção* da produção citadina total aumentou apenas de 11,6% para 14,6%. Isso resultou não apenas da contínua importância das atividades agrárias, mas também da criação de empresas em áreas rurais fora da cidade, nas quais a indústria se desenvolveu a indústria se desenvolveu mais rápido do que nos centros urbanos. Uns 70% de todos os operários eram empregados em tais locais. Essa tendência era, naturalmente, mais marcante nas indústrias extrativas, mas se aplicava também a, alto grau à metalurgia e aos têxteis” (KOCHAN, 1966, p. 32, grifos do original).

3 milhões. Talvez com exceção de São Petersburgo raros são os que não são filhos de camponeses ou que não possuem familiares próximos a quem recorrem em momentos de desemprego (ibidem, p. 23). Mas o trabalho sobre os camponeses não se dava apenas de forma indireta, como consequência do trabalho operário. Em março de 1905, após o Domingo Sangrento, Lenin defende que

Temos assinalado mais de uma vez, em linhas gerais, quais as novas tarefas que temos pela frente: levar a agitação a novos setores pobres da cidade e do campo; criar uma organização mais ampla, dinâmica e forte; preparar a insurreição e o armamento do povo e conseguir para estes fins entendimento com a democracia revolucionária (LENIN, 1979, p. 20).

A revolução de 1905 foi feita quase que integralmente pela classe operária, com seus métodos de luta como passeatas, greves e com a insurreição de Moscou. Isso não significa que soldados e camponeses não se mobilizaram, mas os motins e revoltas camponesas em geral não se massificaram. O czarismo manteve seu controle sobre estes setores da sociedade e esmagou o movimento operário nas cidades

Depois da derrota, ambas as frações [mencheviques e bolcheviques] voltam a se colocar de acordo quanto à análise básica e à explicação do fracasso: a burguesia retrocedeu por medo das massas operárias e a passividade dos camponeses foi o principal obstáculo à vitória e a arma mais importante da contrarrevolução (BROUÉ, 2014, p. 71).

Essa situação parece ter influenciando nas ações defendidas por Lenin. Segundo Krupskaja, em 1907, após a derrota da revolução de 1905, Lenin defendeu que

É preciso decuplicar o nosso trabalho de agitação e organização entre os camponeses, entre os que nas aldeias passam fome e entre os que no outono passado mandaram os seus filhos para o exército e viveram aí o grande ano da revolução (LENIN apud KRUPSKAIA, 1939).

Não nos parece razoável caracterizar que Lenin apenas aspirava à influência sobre os camponeses sendo que, na citação acima, defende um trabalho político ativo do partido. Na prática, a defesa política que Lenin faz nesta citação é que a tarefa política de agitação e organização é a mesma que é feita sobre os trabalhadores das cidades, partindo de sua necessidade e experiência concretas como a fome e a guerra.

Lenin fala, conforme foi exposto por Hernández, que a classe operária deve dirigir as outras classes no processo revolucionário, mas não nos parece que seja suficiente a mera simpatia pela revolução. Isto é incompatível com o próprio fato de que os camponeses lutaram durante 1917 e organizaram seus sovietes. Lenin fala, na verdade, de simpatia e apoio, ou seja, apoio político ao projeto implantado pela República dos Sovietes, não uma simples simpatia passiva. Se a não entrada em cena dos camponeses em 1905 foi o principal motivo de derrota da revolução, podemos dizer que sua entrada em cena em 1917 foi decisiva para o sucesso da Revolução de Outubro.

Em 1919, dois anos após a revolução, em polêmica com os setores da Internacional Comunista que eram contra a participação nos sindicatos e parlamentos reacionários, Lenin afirma que

na Rússia, onde no momento da revolução proletária a situação foi excepcionalmente favorável e onde imediatamente se conseguiu uma excelente unidade de todo o proletariado, de todo o exército e de todo o campesinato, também na Rússia a luta do proletariado, que exerce sua ditadura, a luta do proletariado por conquistar as simpatias e apoio da maioria dos trabalhadores exigiu meses e anos inteiros. No fim de dois anos, esta luta quase terminou, porém ainda não terminou de todo em favor do proletariado. Somente no fim de dois anos conquistamos definitivamente as simpatias e o apoio da maioria esmagadora dos operários e dos camponeses trabalhadores da Rússia (LENIN, 1979, p. 114-5).

Os Bolcheviques ganharam a maioria da classe operária poucos meses antes da revolução. O Partido Socialista Revolucionário não dirigia apenas o campesinato e soldados. Os operários e todos os setores das massas populares em geral votavam neste partido. Segundo Trotsky, o partido “dominava todos os terrenos da vida política” (TROTSKY, 2007, p. 63). Não entraremos em detalhes sobre a perda da força política deste partido, o que queremos argumentar é que é errada a caracterização de que os Socialistas Revolucionários atuavam no campo e os Social-Democratas nas cidades⁵. Os Bolcheviques ganharam maioria nas cidades antes do campo porque o centro de sua atividade sempre foi nas cidades e porque mesmo sendo menor que o campesinato, o proletariado era uma força social muito mais potente por sua concentração e unidade em torno dos níveis de vida (salários, carga horária). Isso nada tem a ver com uma concepção de que o partido não deve atuar entre as classes não operárias. Os Bolcheviques não dirigiram os camponeses antes da revolução porque não conseguiram, só conseguiram a maioria da classe operária e das cidades poucos meses antes da revolução. As condições para a tomada do poder amadureceram antes deste partido conseguir ser hegemônico entre os camponeses. Longe de ser manifestação da força desta organização, é uma demonstração de sua fraqueza. Por não dirigir os camponeses, o Partido Bolchevique teve que

⁵ O crescimento da influência dos bolcheviques e a diminuição dos demais partidos podem ser avaliados pelos resultados eleitorais de 1917. Nas eleições locais em Moscou, “o voto bolchevique, em contraste com as eleições de junho, saltou de 75 mil para 198 mil (51% do total); o dos mencheviques declinou de 76 mil para 16 mil (4%); o dos socialistas-revolucionários, de 375 mil para 54 mil (14%), e o dos Kadets, de 109 mil para 101 mil (26%)” (KOCHAN, 1966, p. 288). Em Petrogrado, as eleições locais mostraram a mesma tendência. “Entre agosto e novembro o voto bolchevique aumentou de 184 mil para 424 mil, o voto socialista-revolucionário caiu de 206 mil para 152 mil, o Kadet aumentou de 114 mil para 247 mil, e o menchevique de 24 mil para 29 mil” (KOCHAN, 1966, p. 289).

abrir mão de seu programa agrário e adotar o da ala esquerda do Partido Socialista Revolucionário. Caso não o fizesse, não conseguiriam o apoio da maioria do campesinato e, portanto, não conseguiriam manter a revolução.

O partido e as massas

Parece-nos que a formulação “partido de massas” de Nahuel Moreno é realmente pouco precisa. Isto não a torna errada, apenas não deixa clara qual é a hierarquia das atividades do partido e sobre quais setores da sociedade de classes é mais estratégica a sua atuação. Encontramos a discussão da relação do partido com as massas também na obra de Lenin. Uma delas, em 1909, no texto *Uma vez mais sobre o partidarismo e o apartidarismo*, texto em que Lenin debate a respeito das candidaturas nas eleições à Duma.

Para aqueles que desejem defender nas eleições os interesses de massas realmente amplas, das mais amplas massas da população, surge em primeiro plano a tarefa de desenvolver a consciência política (LENIN, 1979, p. 89).

Entre as tarefas que deveriam ser cumpridas pelo proletariado, Lenin defendia que o partido deveria atrair e conduzir a maioria esmagadora das massas trabalhadoras. Em 1920, durante o processo de consolidação do poder soviético, Lenin, em aporte ao II Congresso da Internacional Comunista, defende que a vitória do socialismo exige do proletariado

atrair e conduzir atrás da vanguarda revolucionária do proletariado, atrás de seu Partido Comunista, não só todo o proletariado ou a imensa e esmagadora maioria deste, mas a todas as massas de trabalhadores e de explorados pelo capital; instruí-los, organizá-los, educá-los e discipliná-los no curso de uma luta irredutível, audaz, firme e impiedosa contra os exploradores; arrancar da dependência da burguesia esta maioria esmagadora da população em todos os países ca-

pitalistas, inculcar-lhes através da experiência prática confiança no papel dirigente do proletariado e de sua vanguarda revolucionária (ibidem, p. 147).

Lenin, mais uma vez, defende que a tarefa de organizar, disciplinar, educar, que o partido deve cumprir com o proletariado, seja cumprida também com as mais amplas massas trabalhadoras. É importante pontuar que este texto não era referente apenas à Rússia, mas uma recomendação aos partidos da IC. Em parte seguinte do texto continua

Todos os partidos subordinados à III Internacional devem pôr em prática a todo custo esta palavra de ordem: “Laços mais profundos com as massas!”, “Uma ligação mais estreita com as massas!”, compreendendo por massas todo o conjunto dos trabalhadores e explorados pelo capital, principalmente os menos organizados e esclarecidos, os mais oprimidos e os mais refratários à organização (ibidem, p. 158).

E posteriormente argumenta em defesa desta recomendação

O proletariado se faz revolucionário unicamente na medida em que não se enclausura nos estreitos marcos gremiais, na medida em que atua em todas as manifestações e em todos os campos da vida social, como chefe de todas as massas trabalhadoras e exploradas (ibidem).

Em debate com os comunistas austríacos, Lenin defende que estes setores inclusive sejam um termômetro para a localização política do partido. Os austríacos renunciaram a participar do parlamento por dispor do Soviete de Deputados Operários para fazer agitação e disputa política. Lenin afirma que a política deste partido é errada e que

Enquanto não tenhamos força para dissolver o parlamento burguês, devemos atuar contra ele de fora e de dentro. Enquanto um número considerável de trabalhadores – não só os proletários, mas também semiproletários e pequenos camponeses – tenham fé nos instrumentos democrático-burgueses de que se serve a burguesia para enganar os operários, devemos denunciar esse engano *precisamente da tribu-*

na que as camadas atrasadas de operários e, em particular, das massas trabalhadoras não proletárias consideram como tribuna mais importante e mais autorizada (ibidem, p. 184 e 185).

Lenin defende que o partido adapte sua tática e localização para melhor fazer o trabalho político sobre as massas trabalhadoras, inclusive não operárias. Estas recomendações nada têm a ver com simplesmente ganhar a simpatia passiva das outras classes. O Lenin maduro se preocupa com o trabalho do partido nos setores mais oprimidos, menos educados e menos organizados. Defende um trabalho ativo do partido sobre estes setores, inclusive adaptando sua política a setores expressivos (note-se que Lenin não fala em majoritário) das massas trabalhadoras não operárias.

As contradições da elaboração de Lenin

Em 1907, no texto *Revolução e contrarrevolução*, Lenin concluiu que

A revolução ensinou ao proletariado a luta de massas. A revolução demonstrou que o proletariado pode arrastar na sua esteira as massas camponesas, na luta pela democracia. A revolução fez do partido um partido puramente proletário, mais estreitamente unido e afastou dele os elementos pequeno-burgueses. A contrarrevolução fez perder à democracia pequeno-burguesa o hábito de procurar chefes e aliados no liberalismo, que receia a luta das massas mais do que o fogo. Fortalecidos com a lição dos acontecimentos, podemos dizer audaciosamente ao governo dos proprietários Cem-Negros: Prossigam nesse caminho, Srs. Stolypine e Cia. Seremos nós a colher os frutos que semeais! (LENIN, 1907).

Note-se que Lenin fala em partido **puramente** operário. Não fica claro se sua defesa é no sentido programático ou se é referente à composição. Esta defesa é incompatível com a própria composição da classe operária russa e sua relação umbilical com os camponeses, tema que vimos anteriormente.

Lenin mantém, desde o início de suas elaborações sobre a relação do partido e as classes, a defesa de que a classe operária deve dirigir as outras classes no momento revolucionário. O que parece amadurecer na concepção de Lenin é justamente a importância que o autor dá ao trabalho do partido sobre as outras classes em seus escritos pós 1917. Esta mudança se deu, em nossa opinião, pela importância que os camponeses tiveram na Revolução de Outubro e como esta estava ameaçada caso os Bolcheviques não tivessem conseguido a aproximação com esta classe.

Um partido operário, popular e de massas

O mundo de hoje, em sua forma e organização, pouco tem a ver com o de 100 anos atrás, ainda mais no caso específico da Rússia. A migração do campo e o inchaço das cidades fez com que a oposição entre o campo e a cidade se manifeste de forma diferente. Este processo veio acompanhado com a transformação social de diversos setores profissionais. Os que antes eram majoritariamente compostos por “profissionais liberais”, atualmente e cada vez mais rapidamente passam por um processo de assalariamento, como médicos, advogados e jornalistas. A população assalariada no mundo é de 3 bilhões de pessoas. O número de assalariados somado ao número dos semiproletários, pela primeira vez na história, constitui a maioria da população mundial (AGUENA, 2016, p. 41).

Mesmo quando o proletariado era minoria e quando as cidades eram menos populosas que o campo, este sempre foi o centro da intervenção dos revolucionários. Os motivos que levam a essa centralidade ser o proletariado já foram expostos em outro momento do texto e as cidades eram o centro porque esta é o centro do poder político do país. Com o crescimento da população das cidades, a aproximação física e geográfica do

proletariado com seus aliados históricos fez com que seus dilemas e suas contradições se aproximassem.

Vejamos alguns dados sobre o Brasil. Nosso país concentra em suas cidades 85% da população economicamente ativa (ARCARY, 2017). O proletariado brasileiro é um gigante social em todos os sentidos. Em 2014, os assalariados com contrato de trabalho eram 60,5 milhões de pessoas, 61,3% do total da população ocupada do país.

Esse é o setor do proletariado brasileiro com maior tradição de organização e que foi decisivo para os momentos políticos mais importantes do país nos últimos 40 anos. Particularmente, seu núcleo mais estratégico, a classe operária industrial. Conquistar a maioria dentro do proletariado é estratégico para a revolução brasileira. Para triunfar, ela terá de ser uma revolução de maioria, ou seja, deverá conquistar maioria política. A hegemonia política deverá ser conquistada nas cidades. Sendo assim, é preciso desenvolver alianças de classe estratégicas para o proletariado. Como também unir os interesses dos trabalhadores da cidade com os do campo. A principal delas é com o semi-proletariado e a pequena burguesia empobrecida (BOCÃO, 2017).

Além destes, havia 21,1 milhões de empregados por conta própria, 6,4 milhões de trabalhadores domésticos e 6,9 milhões de ocupações não remuneradas. Se somados estes dados, chegaremos ao número de 94,91 milhões de homens e mulheres que vivem de seu trabalho, 96,2% das pessoas ocupadas em 2014 (ibidem).

Outro dado que nos deixa surpreso é também a quantidade expressiva do semiproletariado brasileiro. Este setor da classe é formado por trabalhadoras e trabalhadores empobrecidos que não foram incorporados às relações formais de trabalho assalariado. Este enorme contingente de pessoas contribui para o rebaixamento do salário médio via produção de bens e serviços baratos.

Esse cenário de acentuada precariedade, herdado do passado, ainda não foi superado. A situação de informalidade se reduziu de modo expressivo ao longo da urbanização do último meio século. Mas esse as-

pecto da nossa formação econômico-social segue presente. É um traço distintivo da realidade social do país. Nas metrópoles brasileiras, nos dias atuais, ele se manifesta por meio da crescente segregação da população trabalhadora mais pobre e oprimida que vive nas favelas das cidades. Ela obedece à lógica de especulação e espoliação relacionada ao espaço urbano (CASONI, 2017).

Esta informação nos coloca diante de uma grande contradição que deve fazer parte das elaborações do partido revolucionário na atualidade. Os setores mais oprimidos da sociedade, que são os setores que tendem à maior radicalidade em momentos revolucionários, não são os setores que tradicionalmente se organizam produtivamente nas fábricas. Esta contradição não é recente na história do capitalismo. A chave para a organização revolucionária está justamente em saber conciliar o trabalho sobre os setores estratégicos da classe operária com o trabalho nas massas em geral, nos setores mais oprimidos. As contradições colocadas pela vida nas cidades aproximam cada vez mais o proletariado em geral das massas. O inchaço das cidades, a precarização dos serviços públicos e o aumento do desemprego fazem com que, cada vez mais, os dilemas e problemas colocados para a classe operária sejam os mesmos da população em geral e de seus setores mais explorados e oprimidos. Isso faz com que a possibilidade do movimento operário se coloque como dirigente das outras classes em geral seja maior hoje em dia que quando o proletariado era isolado geograficamente de seus aliados estratégicos. Parece-nos que a proximidade geográfica também aumenta a necessidade da atuação política do partido sobre estes setores. Se estes setores, que vivem atualmente nas cidades, ou seja, no centro do poder político da sociedade capitalista, não forem ganhos para o programa revolucionário, podem ser ganhos para o programa contrarrevolucionário.

Cem anos depois, a atualidade da Revolução Russa consiste no fato de que o capitalismo não diminuiu suas contradições,

não acabou com a miséria, a pobreza, a exploração do trabalho e as guerras. Mas é inegável que o elemento subjetivo de reverberação política das ideias de esquerda retrocedeu a ponto de nos encontrarmos em níveis inferiores que os revolucionários russos. A chave da superação desta contradição está na discussão do partido revolucionário e sua atuação sobre as classes, na construção de um partido operário, popular e de massas.

Referências

AGUENA, Paulo. **Crítica ao texto “Sobre o caráter do nosso programa”**. São Paulo. Editora Sundermann, 2016.

ARCARY, Valério. Uma nota sobre a desigualdade social no Brasil. **Blog Convergência**, 2017. Acessado em 1 de maio de 2017. Link disponível no site:

<http://blog.esquerdaonline.com/?p=7925>

BOCÃO, Rodrigo. Uma nota sobre a estratégia. **Blog Convergência**, 2017. Acessado em 1 de maio de 2017. Link disponível no site: <http://blog.esquerdaonline.com/?p=7925>

CASONI, Gabriel. Uma nota sobre a classe trabalhadora brasileira. **Blog Convergência**, 2017. Acessado em 1 de maio de 2017. Link disponível no site:

<http://blog.esquerdaonline.com/?p=7925>

HERNÁNDEZ, Martín. **O partido com influência de massas**. São Paulo. Editora Sundermann, 2014.

_____. **Fechamento**. São Paulo. Editora Sundermann, 2015.

KOCHAN, Lionel. **Origens da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

KRUPSKAIA, Nadejda. **Lênin, Propagandista e Agitador**. 1939. Acessado no dia 1 de maio de 2017. Disponível no link: <https://www.marxists.org/portugues/krupskiaia/1939/mes/lenin.htm>

LENIN, V. I. Novas tarefas e novas forças. In: **O trabalho do partido entre as massas**. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. Uma vez mais sobre o partidarismo e o apartidarismo. In: **O trabalho do partido entre as massas**. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. Saudação aos Comunistas Italianos, Franceses e Alemães. In: **O trabalho do partido entre as massas**. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. Tese sobre as tarefas fundamentais do II Congresso da Internacional Comunista. In: **O trabalho do partido entre as massas**. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. Discurso em defesa da tática da Internacional Comunista no III Congresso da Internacional Comunista. In: **O trabalho do partido entre as massas**. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1979.

MORENO, Nahuel. **O Partido e a Revolução**. São Paulo. Editora Sundermann, 2008.

4. “Uma noiva vermelha!”

A produção artística durante a NEP (1921-1928), à luz da noção de “encomenda social” do LEF (1922-1928) e da conferência “O autor como produtor” (1934), de Benjamin.¹

Clara Freitas Figueiredo

¹ A expressão “Uma noiva vermelha!” foi retirada do livro *O Percevejo* (1928), uma comédia fantástica escrita por Maiakovski em 1928. No momento inicial de *O Percevejo*, Maiakovski retrata um proletário que abandona os ideais revolucionários e tenta se transformar numa espécie de burguês. O personagem principal, Prissípkin (o ex-operário), após a revolução, rompe com a sua classe planejando um casamento com a filha do dono do salão de beleza. Com o intuito de adquirir bons modos e se refinar, o ex-proletário faz-se aconselhar por Baian (ex-proprietário e autodidata). No decorrer do primeiro ato da comédia, enquanto planejam o casamento, Baian explica a Prissípkin como deveria ser o casamento: “Vejo também um casamento com consciência de classe! A noiva desce da carruagem, ela está toda vestida de vermelho! Uma noiva vermelha!” Nesta comédia, Maiakovski, por meio do cômico e do sarcasmo, zomba e critica o aburguesamento e a kitschização suscitadas pela adoção da Nova Política Econômica (NEP: 1922-1928). A NEP e os gostos e modos de vida burgueses reintroduzidos com tal política econômica será discutido no decorrer do presente texto.

Introdução

Conhecemos o tratamento reservado por Platão aos poetas em sua República. No interesse da comunidade, ele os exclui do Estado. Platão tinha um alto conceito do poder da poesia. Porém, julgava-a prejudicial, supérflua numa comunidade perfeita.

(...)

O Estado soviético não expulsará os poetas, como o platônico, mas lhes atribuirá tarefas².

Em 27 de abril de 1934, Walter Benjamin (1892-1940) deu uma conferência no Instituto para o Estudo do Fascismo de Paris para uma pequena audiência de trabalhadores e intelectuais, ligados ao partido comunista francês. A conferência foi publicada, posteriormente, com o título “O autor como produtor”³.

Em sua conferência, o marxista alemão, exilado em Paris havia um ano devido à ascensão de Hitler, discute a politização da arte a partir da compreensão do artista como trabalhador – do autor como produtor. Benjamin recusa a autonomia da arte e busca compreender o papel da mesma ao lado do proletariado na luta contra o fascismo e contra o capital.

Segundo Benjamin, poucas vezes na história questionou-se a existência do poeta (do artista como um todo). Na *República* de Platão, conforme Benjamin, ela foi negada e, naquele momento histórico, a sua negação retornava em outros termos; na negação de sua autonomia. Frente ao fascismo galopante, a ascensão do nazismo e os rumos do stalinismo, haveria razão de ser para a poesia? Em sua conferência, Benjamin responde

² BENJAMIN, W., “O autor como produtor” (Conferência realizada em 27 de abril de 1934), In: BENJAMIN, W., *Magia e Técnica, Arte e Política/ Ensaios sobre literatura e história da cultura/ Obras Escolhidas*, Brasiliense, 1994, pp. 120-137, p. 120.

³ *Idem*.

afirmativamente – e associando a necessidade da poesia ao papel por ela desempenhado na luta de classes: “É o fim de sua [do poeta, do artista] autonomia. Sua atividade é orientada em função do que for útil ao proletariado, na luta de classes”⁴. Não sendo possível, para Benjamin, a existência de um poeta autônomo, pois, “sem o admitir, ele [o poeta autônomo, o escritor burguês] trabalha a serviço de certos interesses de classe”⁵.

Benjamin partiu da pergunta acerca da abordagem dialética da relação entre tendência (ou seja, orientação política)⁶ e qualidade (técnica e artística) – algo análogo à própria relação forma e conteúdo – para, por meio da análise de experiências artísticas de sua época, defender a reflexão sobre o papel da arte dentro das relações de produção.

Parti do debate estéril sobre a relação entre a tendência e a qualidade de uma obra literária. Poderia ter partido do debate ainda mais antigo e não menos estéril sobre a relação entre forma e conteúdo, sobretudo na literatura política. Essa problemática não tem hoje boa reputação, e com toda justiça. Ela é considerada o caso exemplar da tentativa de abordar fenômenos literários de modo antidialético, através de estereótipos. Bem. Mas qual seria o tratamento dialético da mesma questão?⁷

O autor então desenvolve sua reflexão em torno da proposta da politização da arte por meio da explicitação do artista como produtor, inscrito nos processos políticos, artísticos e produtivos de seu tempo.

⁴ BENJAMIN, W., “O autor... *op. cit.*”, p. 120.

⁵ BENJAMIN, W., “O autor ... *op. cit.*”, p. 120.

⁶ Para Benjamin, tendência corresponderia a orientação política (e, num segundo momento, qualidade artística) de uma obra. “O escritor progressista conhece essa alternativa. Sua decisão se dá no campo da luta de classes, na qual se coloca ao lado do proletariado. [...] Sua atividade é orientada em função daquilo que for útil ao proletariado, na luta de classes. Costuma-se dizer que ele obedece a uma tendência”. BENJAMIN, W., “O autor... *op. cit.*”, p. 120. Argumentaremos, a seguir que a noção de tendência utilizada por Benjamin se aproxima muito da noção de “encomenda social” do grupo LEF.

⁷ BENJAMIN, W., “O autor ... *op. cit.*”, pp. 121-122

Benjamin, usando como exemplo o texto literário, propôs a reelaboração do binômio forma-conteúdo dentro do próprio conceito de “tendência” (ou seja, a orientação política de uma produção) – o qual, ao ser pensado dentro das esferas de produção, passaria a abarcar também a tendência literária [qualidade artística e técnica] de uma obra em função do papel por ela desempenhado no âmbito da própria produção artística. Se o tratamento dialético da relação entre forma e conteúdo passaria pela inserção deste artista dentro dos processos políticos e produtivos de seu tempo – no campo da luta de classes⁸, passaria também pela inserção do artista dentro dos processos de produção artística de sua época.

Para Benjamin, “a tendência de uma obra literária [e artística] só pode ser correta do ponto de vista político quando for também correta do ponto de vista literário”⁹. Em outras palavras, não basta que a obra tenha um conteúdo crítico ou progressista (a “tendência política correta”). É necessário também que ela tenha uma forma que expresse tais características. Do mesmo modo, do ponto de vista revolucionário apresentado por Benjamin, não basta ao artista refletir apenas externamente sobre os processos de produção da vida. Seria então necessário refletir criticamente sobre os modos de inserção da arte (de sua obra) nesse processo de produção.

⁸ “O escritor burguês, que produz obras destinadas à diversão, não reconhece essa alternativa [vinculação artística aos interesses da luta de classes]. Vós lhe demonstrais que, sem o admitir, ele trabalha a serviço de certos interesses de classe. O escritor progressista conhece essa alternativa. Sua decisão se dá no campo de luta de classes, na qual se coloca ao lado do proletariado. É o fim de sua autonomia. Sua atividade é orientada em função do que for útil ao proletariado, na luta de classes. Costuma-se dizer que obedece a uma tendência”. BENJAMIN, W., “O autor... *op. cit.* p. 120.

⁹ BENJAMIN, W., “O autor... *op. cit.*, p. 120.

“Encomenda social”

Acho difícil considerar-me o autor desta comédia [o *Percevejo*]. O material elaborado e introduzido na comédia é um amontoado de fatos pequeno-burgueses, que me chegavam às mãos e à cabeça por todos os lados, durante o tempo de meu trabalho jornalístico e publicitário no *Komsomolskaia Pravda*. Esses fatos, insignificantes quando considerados separadamente, foram reagrupados e fundidos por mim nas duas figuras centrais da comédia: Prissípkin, que por uma questão de elegância mudou seu nome para o de Pierre Skrípkin, um ex-operário e atualmente noivo, e Oleg Baian, um bajulador, talentoso por natureza, membro dos antigos proprietários.

O trabalho jornalístico tomou forma nesta minha comédia, que é publicitária, tendenciosa e dedicada a um problema.

O problema: o desmascaramento da burguesia atual¹⁰.

Em 1929, cinco anos antes da conferência supracitada e dois anos após a estadia de Benjamin em Moscou (1926-1927), o teórico e escritor russo Osip Brik (1888-1945) publicou o texto “Não uma teoria, mas uma palavra de ordem”¹¹. Brik era membro do grupo Frente de Esquerdas das Artes (LEF; 1922-1928), um grupo interdisciplinar (composto por pintores, cineastas, fotógrafos, poetas e teóricos de diversas correntes de vanguarda, como: futuristas, construtivistas e produtivistas) que bus-

¹⁰ MAIAKOVSKI, V., “Sobre o Percevejo” (1929), in MAIAKOVSKI, V., *O Percevejo* (1928), trad. Luis A. M.Corrêa, posf. Boris Schnaiderman, editora 34, São Paulo, 2009, pp.78-79.

¹¹ BRIK, O., “Non una teoria, ma solo un slogan”, *Péchat'i Revolutsia*, Moscou, 1929; trad. Italiana in MAGAROTTO, L.; SCALIA, G. (a cura di), *L'avanguardia dopo la rivoluzione. Le riviste degli anni Venti nell'URSS: «Il giornale dei futuristi», «L'arte della Comune», «Il Lef», «Il nuovo Lef»*, Edizioni Immanenza, pp.293-299, 1976. A tradução literal do título do artigo de Brik do italiano (língua do texto consultado para a produção do presente escrito) para o português seria “Não uma teoria, mas um slogan”. No entanto, em “Eisenstein e o construtivismo russo” (Albera, 2002) o mesmo artigo de Brik é citado e seu título traduzido do francês para o português como “Não uma teoria, mas uma palavra de ordem”. Por acharmos mais condizente o termo “palavra de ordem” que o termo “slogan” (diretamente associado a publicidade e propaganda de bens de consumo) optamos por adotar a tradução do título já existente em português.

cava desenvolver uma arte cuja gramática estivesse ligada aos princípios da Revolução¹².

“Não uma teoria, mas uma palavra de ordem” consistia em um esforço de sistematização da noção de “encomenda social” desenvolvida no interior do grupo LEF, como parte dos muitos debates, ocorridos na Rússia após 1917, sobre os rumos da literatura (e da arte como um todo) no estado proletário e da produção artística na luta de classes.

Essa noção de “encomenda social” partia do pressuposto de que não existiria uma arte universal (descolada do substrato histórico), mas, assim como em um fronte de guerra (de classes), a obra de arte deveria ser pensada de acordo com os interesses e finalidades de sua classe. A criação artística seria, então, “regulada pelas mesmas relações que existem em todos os outros setores da produção”¹³. Nas palavras de Brik: “Nós *le-fistas* nos atemos ao ponto de vista marxista ortodoxo, segundo o qual seja a temática, seja a estética são determinadas pela cultura de uma certa classe”¹⁴.

Isto é, a noção de “encomenda social” não determinaria apenas o conteúdo, a temática de uma obra, mas todos os aspectos desta, da escolha de materiais a circulação. Os artistas deveriam então, pautar sua produção em função do papel que a mesma desempenharia na luta de classes – reestruturação do

¹² Entre outros, foram integrantes do LEF: Vladimir Maiakovski (1893-1930), Boris Arvatov (1896-1940), Boris Kushner (1888-1937), Serguei Tretiakov (1892- 1937), Viktor Chklovsky (1893-1984), Aleksandr Rodchenko (1891-1956) e Varvara Stepanova (1894- 1952). Na órbita do LEF, encontravam-se também Serguei Tarabukin (1899-1956), Vladimir Tatlin (1885-1953), Gustav Klutis (1895-1938), Serguei Eisenstein (1898- 1948) e Dziga Vertov (1896-1954).

¹³ BRIK, O., “Non una... *op. cit.*”, p. 294.

¹⁴ BRIK, O., “Non una... *op. cit.*”, p. 293.

psiquismo e da “cultura material” (formas materiais produzidas pelo homem e a produção e consumo destas) e construção de um novo *byt* (modo de vida cotidiano), *psiquismo* e auto-organização política do campesinato e proletariado¹⁵.

Brik sistematizou em três pontos a noção de “encomenda social”:

1) Não existem nem obras nem escritores “universais”. A produção de um autor, um escritor, um artista é uma atividade em prol de uma determinada classe. Os escritores e artistas, para realizar suas finalidades sociais, devem perceber claramente a encomenda social da classe, com a qual e para a qual trabalham.

2) Não há inovação em geral. Em literatura e em arte, cada progresso é determinado pelo fato de que uma nova classe, com novas necessidades artísticas, entra em luta contra o gosto estético dominante. Apenas os inovadores que se encontram ligados a essa nova classe possuem validade social. Enquanto os inovadores que não são ligados a essa nova classe, permanecem anarquistas excêntricos, a serviço da classe dominante.

3) A produção artístico-literária não se distingue em nada, pela sua natureza, de qualquer outra produção e a sua autonomia é a autonomia de produtores no interior da luta de classes. As relações recíprocas entre produção e consumo de valores artísticos literários, nos limites dessa classe, não se distinguem das relações de produção e consumo que regem os outros produtos na vida dos homens¹⁶.

¹⁵ A “cultura material” de sociedade seria “o sistema universal de objetos, as formas materiais socialmente úteis criadas pela humanidade através da transformação das assim chamadas formas naturais. A cultura material é tanto a produção quanto o consumo de valores materiais”. Conforme o *leflista* Boris Arvatov, *byt* (modo de vida cotidiano) assim como o *psiquismo* de uma pessoa seria formado pela totalidade do ambiente material (“cultura material”) que a cerca. Isto é, o aspecto material da cultura seria determinante da constituição de um sujeito e de uma sociedade. Deste modo, a questão da “cultura material” (assim como a do *byt* e do *psiquismo*) seria imprescindível para superação do modo de vida capitalista – pautado na cisão entre trabalho intelectual e manual; circulação e produção. Ao enfatizar o caráter material da cultura, os *leflistas* evidenciarium, retomariam e atualizariam a relação entre a cultura e o cultivo (trabalho). Para o grupo LEF, a relação do indivíduo e do coletivo com o objeto (a “cultura material”) seria um fundamento determinante das relações sociais de uma sociedade. ARVATOV, Boris, “Everyday Life and the Culture of the Thing”, trad. Christina Kiar, *October 81*, Cambridge, MA, MIT Press, pp. 119-128, Summer 1997, p. 120.

¹⁶ BRIK, O., “Non una... *op. cit.*”, p. 298.

É importante ressaltar que, de forma alguma, a noção de “encomenda social” corresponderia à “submissão a diretivas exteriores – políticas – ou encomenda formal de uma instituição, partido ou de um organismo de Estado”¹⁷. Segundo Brik, a noção de “encomenda social” seria pautada por uma compreensão autônoma desta ordenação (por parte do grupo de produtores, do artista), que poderia (inclusive) entrar em contradição com a ordenação dos representantes formais desta classe. “Encomenda social” “seria a interlocução (cujo conteúdo é político) entre o produtor da obra artística e o sujeito coletivo a quem se destina (e que “encomenda”) a obra”¹⁸.

“Encomenda social” tampouco seria a opinião pública ou a *vox populi*, visto que, para os *lefstas*, a arte revolucionária deveria precisamente incidir sobre e modificar as mentalidades, atacar as ideias recebidas¹⁹. Como descreve uma resenha crítica de *O Encouraçado Potemkin* (1925) de Sergei Eisenstein, publicada na *Kino Gazeta*, em 1926, a “encomenda” do filme não surge “no gabinete de um diretor de estúdio, nem em uma comissão de Estado”²⁰, o artista recebe sua encomenda junto à revolução proletária, no curso da qual ele se tornou um artista. Essa demanda social não chegou até ele na forma de uma resolução ou proposta de [...obra], mas como processo orgânico de evolução da Revolução e da [sua própria] evolução.

Em outras palavras, segundo a noção de “encomenda social”, o artista deveria compreender as demandas de seu mo-

¹⁷ BRIK, O., “Non una... *op. cit.*”, p. 297

¹⁸ VILELLA, T. M., *O Ocaso de Outubro: o Construtivismo Russo, a Oposição de Esquerda e a Reestruturação do Modo de Vida*, dissertação de mestrado (São Paulo, PPGAV-USP, 2014), p.46, disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-02032015-104723/pt-br.php>.

¹⁹ ALBERA, F., *Eisenstein... op. cit.*, p. 180-181.

²⁰ *Kino Gazeta* (1926) *apud* ALBERA, F., *Eisenstein... op. cit.*, p. 260.

mento histórico e de sua classe social (proletariado e campesinato) e, de acordo com tais demandas, programar a obra em função do papel (político) que esta desempenharia na construção da vida material e edificação do novo modo de vida cotidiano (*byt*) e do “psiquismo” revolucionário.

A “morte da pintura” e o “elo-umbilical”

A revolução não teria destruído somente o governo de Kerenski, mas todo o regime social baseado na propriedade privada. Esse regime tinha sua própria cultura e sua literatura oficial. A derrota dele arrastaria, assim, a literatura de antes de outubro²¹.

Até 1917, a produção de vanguarda russa, como costumava ocorrer com os demais países periféricos, caracterizava-se por um rápido processo de absorção e reação aos movimentos artísticos da Europa Central. Com a revolução bolchevique, analogamente ao processo político, houve um rompimento e redirecionamento do campo artístico que conferiu às vanguardas russas um caráter revolucionário no interior do desenvolvimento da arte moderna. “Pela primeira vez”, afirmou Mayakovsky em 1923, “uma palavra nova no campo da arte – construtivismo – veio da Rússia, não da França”²².

²¹ TROTSKY, L., *Literatura e revolução*, trad. Luiz Alberto Moniz Bandeira, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007, p. 39.

²² Apud: ALBERA, F., *Eisenstein e o construtivismo russo*, trad. Heloísa Araújo Ribeiro, São Paulo, Cosac & Naify, 2002, p. 165. O construtivismo russo (1921), à diferença do que se vem estudando pela corrente formalista da história da arte, foi um movimento artístico imbuído de ideais revolucionários e ligado, umbilicalmente, à Revolução Russa, bem como a um processo de revolução da própria concepção de arte. A distinção entre construtivismo e produtivismo (sobre o qual falaremos mais no decorrer do presente texto) não é consensual na historiografia da arte russa. Tendo em vista alguns documentos de época, adotaremos a leitura de que o produtivismo seria uma radicalização crítica do construtivismo na busca de uma arte mais condizente com as necessidades históricas da sociedade revolucionária em construção. Com o surgimento do grupo Frente de Esquerda das Artes (LEF) em 1922, o produtivismo foi adotado como plataforma comum de artistas pro-

Para os *leffistas* (integrantes do grupo LEF), o processo de “decomposição irreversível do organismo pictórico”²³ estava na ordem do dia quando a revolução de 1917 aconteceu. A superação da pintura já estava anunciada, mas tal superação poderia ocorrer de modos variados, sendo a experiência revolucionária russa (Revolução de Outubro e a guerra civil) a proporcionar aos artistas russos e às suas utopias a oportunidade de sair da fase “laboratorial” e intervir diretamente na realidade²⁴.

Aglutinados em torno de Maiakovski, o heterogêneo grupo que formou o LEF se constituiu no calor da guerra civil, a qual teria proporcionado um campo fértil e receptivo a seus anseios revolucionários²⁵. Do mesmo modo, a experiência da guerra

venientes de diferentes correntes de vanguarda (futurismo, construtivismo, formalismo, etc.). O LEF também será melhor discutido na sequência. Sobre o construtivismo e produtivismo, ver: FIGUEIREDO, C. F., *Foto-Grafia/o debate na Frente de Esquerda das Artes*, Universidade de São Paulo, 2012 (disponível em:

[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-05032013-](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-05032013-110221/en.php)

110221/en.php) e ZALAMBANI, M., *L'Arte Nella Produzione: Avanguardia e Rivoluzione nella Russia Sovietica degli anni'20*, Longo Editore, 1998.

²³ TARABUKIN, N., *El ultimo cuadro: del caballete a la maquina* [1923], trad. Andrei B. Nakov, Barcelona, G. Gili, 1977, p.37.

²⁴ Em seu texto *Do Cavalete à Máquina* (1923), o *leffista* e teórico produtivista Nicolai Tarabukin (1889-1956), buscou traçar historicamente, no interior do desenvolvimento das artes os elementos que proporcionado o desenvolvimento do construtivismo e, posteriormente do produtivismo e do LEF. Para Tarabukin, no campo das artes, o construtivismo resultaria de um processo de esgotamento das formas artísticas tradicionais (“decomposição irreversível do organismo pictórico”). Esgotamento este que, anunciado por Cézanne e iniciado com as pinturas de Manet, levaria (devido a experiência da Revolução de Outubro) a “morte da pintura” proclamada pelos construtivistas entre 1921 e ao produtivismo do LEF. Segundo Tarabukin, depois do tríptico monocromático de Rodchenko (“Cor vermelha pura”, “Cor amarela pura” e “Cor azul puro”, 1921) a arte, tal como era entendida pela burguesia, enquanto forma que se justificava no reconhecimento autoral burguês, estava morta. Dessa morte, surgiria uma nova arte, uma arte justificada socialmente (produtivista). TARABUKIN, N., *El último cuadro... op. cit.*

²⁵ De acordo com registros e relatos de época, poucos foram os artistas e intelectuais de vanguarda que ficaram de fora dos acontecimentos sociais políticos entre 1917 e 1921. Durante a guerra civil (1918-1921), os artistas de

civil teria proporcionado, devido à urgência e à necessidade de tomar parte na guerra, uma nova forma de pensar a produção artística. Essa nova forma de pensar a experiência artística a partir de um front de guerra (de classes) estaria na base da noção de “encomenda social” – gerado no seio do construísmo – produtivismo do grupo LEF.

O grupo LEF adotou como plataforma comum o produtivismo – resultado da correlação de três forças principais: 1) a revolução artística que sancionou a passagem da “representação” a “construção”; 2) a Revolução social, que impôs uma reorganização total da vida; 3) e a revolução técnica que introduziu novas formas materiais na vida cotidiana.

O objetivo central da plataforma produtivista era transformar a fábrica em um centro de pesquisas, estimulando a criatividade dos trabalhadores, a fim de reformular as práticas coletivas do setor produtivo²⁶. Conforme os produtivistas, ao se inserir nos processos de produção, os artistas revolucionários (artistas-engenheiros) transformariam, por meio da arte, as relações de produção e as relações sociais decorrente destas. “Ao passar pelo cadinho da criação [...], o trabalho penoso e

vanguarda decoraram praças e ruas para a comemoração de datas revolucionárias – como o primeiro de maio e o aniversário da Revolução de Outubro; fundaram e atuaram em organizações e escolas artísticas estatais (como, a *Proletkult* e a *Vukhutemas*); discutiram e formularam obras de arte revolucionárias (como, *O projeto para Monumento à Terceira Internacional*, de 1919/1920, de Tatlin).

²⁶ Os teóricos produtivistas acreditavam que o modo de produção socialista deveria coordenar a forma dos produtos com a forma ditada pelo consumo funcional e prático dos mesmos. Isto é, o projeto produtivista objetivava “superar o valor de troca da mercadoria, contemplando somente o valor de uso. É um projeto que prevê a abolição do mercado como fase intermediária”. O processo de produção e circulação estaria pautado num novo tipo de “relação simples entre o homem e o seu trabalho, o homem e o seu produto”. Não seria mais o mercado a ditar as regras do processo de produção, mas sim as demandas sociais. ZALAMBANI, M., *L'arte nella produzione... op. cit.*, p. 120-121.

opressivo do operário converte-se em maestria, arte”²⁷. Como já mencionado, a proposta de uma arte inserida na produção (produtivismo) estaria diretamente relacionada à noção de “encomenda social”, “cultura material” e edificação do novo *byt* e do “psiquismo revolucionário”²⁸.

“O autor como produtor”

O tratamento dialético dessa questão [da relação entre tendência e qualidade ou forma e conteúdo], e com isso entro em meu tema, não pode de maneira alguma operar com essa coisa rígida e isolada: obra, romance, livro. Ele deve situar esses objetos nos contextos sociais vivos. [...] Quando a crítica materialista abordava uma obra, costumava perguntar como ela se vinculava as relações sociais de produção da época. [...]

Em vez de perguntar: como se vincula uma obra com as relações de produção da época? É compatível com elas, e portanto reacionária, ou visa sua transformação, e portanto é revolucionária? [...] gostaria de perguntar: como ela (a obra) se situa dentro dessas relações?²⁹

A decisão de iniciarmos um texto sobre o LEF e o debate artístico russo com uma conferência de Benjamin não é motivada

²⁷ Em “Do cavalete à máquina”, Tarabukin explica que “ao passar pelo cadinho da criação [...] o trabalho penoso e opressivo do operário converte-se em maestria, arte”. Isto é, o trabalhador, ao entrar em contato com o trabalho criativo, ao ser “animado pelo desejo de fazer o seu trabalho à perfeição, deixa de ser um operário artesão para converter-se em um mestre-criador”. TARABUKIN, N., *El ultimo... op. cit.*, p. 52. A inserção dos artistas nas fábricas, de acordo com a “Maestria produtivista”, proporcionaria a ligação entre “o trabalho e a liberdade, a criação e a maestria inerente à arte” (*idem*, p. 53). E, de acordo com Tarabukin, “ao vincular a arte ao trabalho, o trabalho à produção, a produção à vida, à existência cotidiana, resolve-se de uma vez um problema social extremamente difícil” (*ibidem*). Ou seja, se estabeleceria um novo processo de produção não alienante.

²⁸ “As formas materiais de cultura, precisamente como formas que são, como formações esqueléticas isoladas, representam uma força extraordinariamente conservadora, conhecida como cotidiano [byt]. Compreender as tendências do desenvolvimento material do *byt* significa estar apto a direcioná-las para transformá-las sistematicamente, i.e., transformar a força conservadora do *byt* em progressista”. ARVATOV, B., “Everyday Life and the Culture of the Thing”, in *October*, 81 (Cambridge, MIT Press, Summer 1997), pp.120-121.

²⁹ BENJAMIN, W., “O autor ... *op. cit.*”, p.122

apenas pelo interesse de frisar os impactos do debate soviético e seus desdobramentos fora da Rússia, mas também porque o escritor alemão dialogava diretamente com a produção russa. A Alemanha funcionava como caixa de ressonância dos debates russos: na época, havia uma troca intensa entre artistas, intelectuais e militantes russos e alemães. Benjamin, inclusive, esteve na Rússia por algumas semanas entre 1926 e 1927 e teve contato direto com integrantes do LEF e suas produções³⁰.

Como apontado por Brik, a bandeira (a “palavra de ordem”³¹) da “encomenda social” teria sido alçada pelo grupo LEF em resposta à Revolução de Outubro (guerra civil e período da Nova Política Econômica – NEP; 1922-1928³²) e ao próprio esgotamento da pintura. No seio de um instituto (ligado ao Comintern – Terceira Internacional; 1919-1943) que se propunha estudar o fascismo, Benjamin, frente ao acirramento da luta de classes e a ascensão do fascismo, propõe um programa

³⁰ BENJAMIN, W., *Diário de Moscou*, (1926-1927), trad. Hildegard Herbold, São Paulo, Cia das Letras, 1989, pp. 70-71.

³¹ Hoje, a oposição entre teoria e “palavra de ordem”, proposta por Osip Brik, pode causar certo estranhamento devido à associação da “palavra de ordem” e do slogan enunciados não reflexivos, de fácil absorção e alienantes. No entanto, tal estranhamento pode ser esclarecido por meio da circunscrição do texto e das reflexões de Osip Brik ao seu referente histórico. Conforme mencionado, o LEF foi gestado no calor da revolução e da subsequente guerra civil russa e sua produção artístico e teórica, tal qual o nome do grupo enunciava, respondia diretamente aos anseios e debates político-artísticos destas. Isto é, a noção de “encomenda social” corresponderia não a uma teoria, mas a um chamado para a ação e atuação no fronte da guerra de classes. Não de uma teoria, mas “uma palavra de ordem” que convocava artistas, trabalhadores e camponeses a lutarem pela construção de uma nova sociedade. A rigor, “encomenda social” não se tratava de uma teoria porque as condições e pesquisas necessárias para tal designação ainda não teriam se realizada. Tratava-se de uma proposição de atuação e reflexão artístico-política. Cabe ainda mencionar que a conotação de panfletária, atribuída a noção de “encomenda social”, passaria longe de uma proposição acrítica, alienante ou dogmática, haja vista todos os pontos já mencionados no decorrer do presente texto e a defesa da autonomia e da criatividade do proletariado por parte dos *leftistas*.

³² A NEP será melhor discutida no tópico seguinte do presente texto.

de atuação e crítica artística convergente ao do grupo LEF e sua noção de “encomenda social”. Sustentamos aqui que essa escolha é um ato político *per se* e não uma mera ilustração historiográfica.

A conferência de Benjamin (abril de 1934) ocorreu dois anos após o decreto do partido bolchevique que proibia a existência de qualquer organização e agrupamento artístico (1932), no ano da adoção da doutrina do “realismo socialista” (agosto de 1934)³³ e do início dos “processos de Moscou” (1934)³⁴ e cinco anos antes da assinatura do pacto “Molotov-Ribbentrop” (1939)³⁵. Ou seja, em um contexto de supressão das liberdades organizativas no campo artístico/político e associação estratégica do stalinismo ao nazismo. Para se contrapor criticamente a esses processos, Benjamin escolheu falar sobre a politização da arte usando como principal referência o fotógrafo e escritor S. Tretiakov (1892-1937). Também integrante do grupo LEF, Tretiakov foi preso sob a acusação de espionagem e assassinado, em 1937, pelo regime stalinista russo³⁶.

Em outras palavras, ao lançar mão dessa particular experi-

³³ O “realismo socialista” consistia na combinação de uma forma “realista” (naturalista e figurativa) com um conteúdo “socialista” (temas relacionado ao trabalho, à revolução e às figuras de Lênin e Stalin). Instaurado em 1934, a doutrina criou um regime de censura a qualquer produção que fugisse desse modelo.

³⁴ Processos de Moscou designam uma série de julgamentos e expurgos ocorridos na Rússia entre 1936 e 1938. O assassinato de Sergei Kirov (1886-1934), tido como possível sucessor de Stalin, serviu de pretexto para Stalin lançar o processo, que teria liquidado um terço do Comitê Central do Partido, grande parte da chamada velha guarda bolchevique, familiares e simpatizantes de Trotsky, e cerca de 5.000 oficiais do exército.

³⁵ O Pacto Molotov-Ribbentrop ou Pacto Nazi-Soviético foi um tratado de não-agressão entre a Alemanha Nazista e a União Soviética, firmado às vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O pacto gerou polemica entre os ciclos de esquerda.

³⁶ “Esse escritor operativo [definido e personificado por Tretiakov] proporciona o exemplo mais tangível da interdependência funcional que existe sempre entre a tendência [orientação] política correta e a técnica literária progressista”. BENJAMIN, W., “O autor.. *op. cit.*”, p.123.

ência revolucionária das vanguardas russas, Benjamin (enquanto um autor produtor) se posicionava frente às relações artísticas, políticas e produtivas de sua época (o que inevitavelmente para os artistas ligados aos círculos de esquerda implicava uma tomada de posição frente a URSS e aos rumos da Revolução de Outubro) e pontuava críticas acerca dos rumos da Revolução Russa no campo artístico cultural³⁷.

NEP e “NEP Cultural”

Os críticos que vivem da tradição da arte burguesa confundiram a luta implacável dos produtivistas contra a “arte de cavalete”, ou seja, contra a forma burguesa de arte figurativa, pela luta contra a arte figurativa em geral [em si]. [...]

Se a “arte de cavalete” pudesse ser aproveitada como forma de arte proletária, esses (os produtivistas) não protestariam. Todavia, a pintura de cavalete, que ensina a admirar passivamente uma ilusão e a fugir da realidade, é incapaz de ser uma arma de luta na mão do proletariado. [...]

Formulo: o problema da criatividade artística figurativa de transição do proletariado [ditadura do proletariado] é um problema da arte

³⁷ A afirmação acerca do posicionamento de Benjamin frente aos rumos e ao debate artístico russo ganha maior sentido se retomarmos o texto “O narrador” e uma carta dirigida a Horkheimer na qual ele fala abertamente sobre a URSS e seus posicionamentos (falaremos a seguir de tal correspondência). Benjamin escreveu “O narrador”, em março de 1936, justamente quando a montagem de “Lady Macbeth do Distrito de Mtsenk”, teatral do drama de Leskov (figura central do texto “O narrador”) foi censurada e envolvida num conflito entre artistas de vanguarda e o *politburo* bolchevique. A de se mencionar também que Lady Macbeth reitera o protagonismo feminino num período de resseção dos direitos de igualdade de gênero e libertação da mulher por parte do partido bolchevique. Assim como, também trata dos campos de trabalho forçado. Sobre a montagem de Lady Macbeth em 1936, ver: VILLELA, T., “Da música ao ruído: Shostakovich e o problema da emancipação feminina durante ao Grande Terror (1936)”, in Revista Outubro, Edição 25 (03/2016), disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/03/5_Thyago-Villela1.pdf.

propagandística, não apenas pelos temas mas, também, pelos procedimentos de imposição material [cultura material] ³⁸.

Por ora, voltemos um pouco ao debate russo. Se durante a guerra civil (1918-1921) os artistas de vanguarda gozavam de grande apoio e liberdade por parte do governo, o mesmo não aconteceu nos anos que se seguiram ao fim do “comunismo de guerra” ³⁹ e a adoção da Nova Política Econômica (NEP; 1921-1928)⁴⁰.

Para uma breve contextualização histórica, cabe mencionar que a NEP e o fortalecimento de uma cultura material *nepista* (burguesa) causou grande insatisfação entre os segmentos mais críticos do proletariado. Esses, mesmo quando convencidos da necessidade econômica e política desta, se ressentiam de seu impacto no modo de vida (*byt*) pós-revolucionário. Neste sentido, são ilustrativas as respostas dadas a Trotsky acerca da reação do operariado aos fenômenos da NEP (1923). Na

³⁸ ARVATOV, B., “Utopia o Scienza?” (1924), in ARVATOV, B., *Arte, produzione e rivoluzione proletária*, a cura di Hans Günther e Karla Hielscher, Rimini, Guaraldi, pp.90-97, 1973, p.93.

³⁹ “Comunismo de guerra” foi o nome empregado para designar as medidas econômicas e políticas bolcheviques do período da guerra civil russa – como as requisições forçadas de alimentos no campo. O “comunismo de guerra” visava o suporte e a manutenção do aparato militar e industrial voltado à defesa da revolução (guerra civil). Ver: TROTSKY, Leon. *A revolução traída*, trad. Henrique Canary, Rodrigo Ricupero, Paula Maffei, São Paulo, Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, p. 51.

⁴⁰ Adotada em março de 1921, no X Congresso do Partido, a Nova Política Econômica (NEP: 1921-1928) foi um giro radical na política econômica russa. Após o término da guerra civil (1918-1921), a Rússia estava devastada econômica e politicamente, o que levou a um recuo da política econômica bolchevique do já mencionado “comunismo de guerra”. A NEP reestabeleceu uma série de elementos capitalistas, como por exemplo, a remuneração salarial, a exploração e submissão do operariado e o capital privado na indústria e no comércio (empresas que haviam sido confiscadas poderiam ser arrendadas de volta por empresários individuais). Além da dinamização da economia, a NEP possibilitou o retorno de uma espécie de burguesia, os *Kulaks* (no campo) e os *Nepmen* (na cidade). Sobre a NEP, ver: BROUÉ, P., *O partido Bolchevique*. trad. Henrique Canary e João Simões, São Paulo, Sundermann, 2014.

ocasião, a queixa principal do operariado versava sobre o descolamento entre o aspecto tático (econômico) e o aspecto prático (o cotidiano da NEP e suas implicações políticas)⁴¹.

O operário tem consciência de que deu ‘liberdade’ aos ‘nepmen’, e que, quando as circunstâncias o permitam, transformará essa liberdade em servidão. [...] deve-se notar que o operário se sente por vezes ofendido, visto ser ele, que tomou o poder, quem mal se alimenta, ao passo que aquele a quem retirou o poder vive na abundância. Receia-se que se tenha escorraçado uma burguesia para criar outra⁴².

Também conhecida como “Nova Exploração do Proletariado”⁴³, a NEP foi recebida com discórdia também no campo das artes. Grande parte dos *lefistas* uniu-se aos operários na denúncia do novo modo de vida *nepista* e seus impactos no *byt*⁴⁴.

⁴¹ O livro *Questões do modo de vida* foi escrito a partir de um questionário que Trotsky aplicou a vinte e cinco operários bolcheviques. O Comissário do Exército visava identificar as críticas dos operários ao modo de vida soviético e, com base no material coletado, respondê-las politicamente. A edição portuguesa de *Questões do modo de vida* traz em anexo algumas das perguntas (e respostas) feitas por Trotsky nas reuniões que embasaram o livro. A pergunta número três se referia à relação entre o operariado e a NEP. Trotsky perguntou: “Como reagem os operários aos fenômenos da NEP?, Fala-se muito da nova burguesia?, Manifestam-se receios sobre o possível restabelecimento do domínio burguês?”. As respostas apontam para um claro descontentamento dos operários frente à NEP e mais precisamente à nova classe de comerciantes burgueses, apelidada de “nepmen”. Ver: TROTSKY, L., *Questões do modo de vida (1923)*, intro. Anatole Kopp, trad. A. Catro e Margarite Bonnet, Lisboa, Edições Antídoto, 1979, Apêndice (Respostas aos questionários), p. 118.

⁴² Apud: TROTSKY, L., *Questões... op.cit.*, Apêndice (Respostas aos questionários), pp. 120-121.

⁴³ VILELLA, T., *O Ocaso... op. cit.*, apêndice.

⁴⁴ O grupo LEF denunciou a NEP e *byt nepista* em seus textos e produções artísticas, como seria o caso do livro de Maiakovski e Rodchenko *Pro Eto* (1923), a peça de Maiakovski o *Percevejo* e mesmo um artigo “Em quem finca seus dentes a LEF?” publicado na revista Lef de 1923. “Já lutamos com o velho cotidiano. Vamos lutar agora com os vestígios desse cotidiano nos dias de hoje. Com aqueles que substituíram a poesia da casa própria pela poesia do comitê de casa própria”. MAIAKOVSKI, V., “Em quem finca seus dentes a LEF?” (1923), in SCHAIDERMAN, B. (org.), *A poética de Maia-kóvski*, São Paulo, Perspectiva, 1971, p. 227.

Segundo denúncias do LEF, além dos impactos no *byt* e no *psiquismo* revolucionários, a NEP teve também consequências diretas nas organizações de grupos e produções artísticas. O *byt nepista* teria reintroduzido um gosto e uma produção artística “de cavalete” (burguesa) para suprir as demandas desta nova pequena-burguesia *nepista* (*nepmens*) e a NEP teria, também, fomentado a criação de grupos de artistas “revolucionários” que, para sair da ociosidade, passaram a produzir simulacros da revolução para ornamentar repartições públicas e compor acervos dos novos museus estatais⁴⁵.

Com o término da guerra civil e a adoção da NEP, a atenção do partido, até então dirigida ao fronte de batalha, passou para as esferas da economia, da política e da cultura. Havendo assim uma maior intervenção do mesmo no campo da arte e da cultura, o que culminou no fortalecimento de práticas artísticas mais tradicionais (pintura e escultura figurativistas, ornamentais etc.) e em uma espécie de marginalização e, posteriormente, com a ascensão do stalinismo, criminalização de produções artísticas de vanguarda⁴⁶.

Neste sentido, pode ser elucidativo retomar o debate realizado entre integrantes de duas correntes artísticas rivais russas: C. Katsman (1890-1976), secretário da AKhRR⁴⁷, e B. Ar-

⁴⁵ Ver: BRIK, O., “The photograph versus the painting”, (*Sovetskoe foto*, n. 2, 1926), in PHILLIPS, Christopher, *Photograph in Modern Era*, New York, Metropolitan Museum/ Art-Arerture, pp. 213-218, 1989, p.215.

⁴⁶ Na esteira do decreto de 1921 (que proibia a existência de frações políticas no interior do partido bolchevique, considerados “desvios sindicalistas e anarquistas”), em 1932 o Comitê Central do Partido Comunista decretou a abolição de todos os grupos artísticos e suas publicações – criminalizando definitivamente a já marginalizada produção de vanguarda artística. Ver: CARR, Edward Hallett, *Revolução russa de Lênin a Stalin 1917-1929*, trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 39.

⁴⁷ AKhRR é a abreviação do russo de Associação dos Artistas da Rússia Revolucionária. AKhRR (1922-1932) foi um grupo de artistas russos que pregava o retorno do figurativismo pictórico e escultórico. Eles se declaravam representantes do “realismo heroico” – uma espécie de antecessor do “realismo

vatov (1896-1940), ligado ao grupo LEF. Entre junho e agosto de 1926, Katsman e Arvatov escreveram artigos nos quais trocaram acusações e traçaram um breve panorama dos processos de circulação e produção da arte de vanguarda russa de sua época⁴⁸.

Fundada em janeiro de 1922, a Associação dos Artistas da Rússia Revolucionária (AKhRR) propunha o retorno da pintura e da escultura figurativista. AKhRR adotou um estilo artístico denominada “realismo heroico”. Uma contradição em termos, o chamado “realismo heroico” consistia na suposta documentação “realista”, monumental e heroica dos feitos da revolução. A AKhRR rapidamente se tornou a associação artística do período que mais se alinhava às demandas governamentais (como, por exemplo, na ornamentação de repartições públicas e acervo de museus). Devido ao tema (exército vermelho, camponeses, os heróis do trabalho etc.) e ao estilo pictórico elegido (figurativismo naturalista), suas obras tinham um forte teor propagandístico e possibilitavam a assimilação rápida, fácil e contemplativa – ou passiva – por parte do observador.

socialista”. Falaremos com maior detalhamento sobre a AKhRR no decorrer do texto. Ver: AKhRR, “Declaration of Association of Artists of Revolutionary Russia”, (1922), in BOWLT, John (edit.) E., *The Documents of 20th-Century Art/Russian Art of the Avant-Gard: Theory and Criticism 1902-1934*, The Viking Press, NY, pp. 265-267, 1976.

⁴⁸ Em 6 de junho de 1926, C. Katsman (1890–1976) escreveu, no número 27 da revista *Zhizn iskusstva*, o texto “Que Respondam”. O texto era um ataque à publicação do livro *Arte e Produção: o programa do produtivismo* (1926), de Arvatov. Em 24 de agosto de 1926, no número 34 da mesma revista, B. Arvatov responde Katsman. Ver: ARVATOV, Boris, *Arte y produccion: el programa del productivismo*, trad. José Fernandez Sanchez, Madrid, Alberto Corazon, 1973; KATSMAN, C., “Que Respondam”, (1926) pp. 214-216, in ARVATOV, Boris, *Arte y produccion: el programa del productivismo*, trad. José Fernandez Sanchez, Madrid, Alberto Corazon, 1973; e, ARVATOV, Boris, “Respuesta al camarada Katsman”, (1926), pp. 217-221, in ARVATOV, Boris, *Arte y produccion: el programa del productivismo*, trad. José Fernandez Sanchez, Madrid, Alberto Corazon, 1973.

O artigo iniciador do debate (“Que respondam”) de Katsman consistia em um ataque ao livro recém-publicado *Arte e Produção: o programa do produtivismo*⁴⁹ (ARVATOV, 1926) e em uma defesa da AKhRR como a representante por excelência da arte do Estado proletário em construção (URSS). A argumentação de Katsman fundamentava-se em dois pontos: 1) Os chamados ‘esquerdistas’, tendo todo o apoio oficial, não fizeram nada; 2) A AKhRR, com o ‘cavelete e o pincel’, fez quase tudo”. Segundo o secretário da AKhRR, antes do surgimento da mesma, “os pintores que se chamavam revolucionários de “esquerda” eram os futuristas, suprematistas, cubista e cezannistas”, enquanto os pintores “realistas” (sic), “eram chamados de ‘direitistas’”, alheios à revolução. No entanto, argumenta Katsman, a despeito do apoio oficial, o inverso teria se mostrado verdadeiro; “os (pintores) ‘direitistas’, resultaram ser mais necessários à revolução” que os “esquerdistas”⁵⁰.

Katsman afirmou que os pintores “esquerdistas” tiveram um poder enorme, “em suas mãos estava a direção dos assuntos de arte de toda a enorme URSS” e ainda assim teriam dado

⁴⁹ ARVATOV, Boris, *Arte y producción: el programa del productivismo*, trad. José Fernandez Sanchez, Madrid, Alberto Corazon, 1973.

⁵⁰ KATSMAN, C., “*Que... op. cit.*”, p. 115. A designação “esquerdista” e “direitista”, na época, era um campo de disputas políticas que variava seu significado de acordo com quem a empregava. Apesar de utilizar ao longo de todo o texto a terminologia “esquerdista” para designar de forma generalizante os artistas de vanguarda (cubo-futuristas, construtivistas, suprematistas etc.) e “direitista” para designar os artistas figurativos ou naturalistas (ligados à AKhRR, por exemplo), Katsman criticava a utilização desta terminologia e propunha uma nova forma de categorizar esses dois grupos: artistas de pequenos grupos (vanguardas) e artistas de massa (AKhRR). Nas palavras de Katsman: “Não ‘direitistas’, é claro. É preciso abandonar esta terminologia aventureira. Existem pintores de massa e pintores de pequeninos grupelhos. Os realistas são pintores de massa. Os da AKhRR são pintores das massas operárias e camponesas”. Por sua vez, em sua “Resposta ao...”, Arvatov questionava a aplicação imprecisa do termo “esquerdista” e “direitista” por Katsman e propunha uma redefinição do que seria a arte “esquerdista” – ou seja, ligada aos princípios revolucionários de Outubro.

à revolução apenas “hipóteses vazias”. O que, segundo o secretário da AKhRR, explicaria o crescente “padecimento” da arte de vanguarda e a ascensão da AKhRR. “Quando a revolução começou a se ocupar de ‘sua’ arte, ela, a revolução, expulsou os pretensos ‘esquerdistas’ e apontou energicamente a necessidade do realismo, em particular da AKhRR”⁵¹.

Para além da diatribe de integrantes de correntes artísticas rivais, o artigo de Katsman apontava questões interessantes para pensarmos o debate, as condições de produção e os rumos da arte na Rússia pós-revolucionária. Katsman registrava a suposta falência do projeto das vanguardas russas em detrimento do retorno de formas artísticas tradicionais (por tradicionais leia-se, pintura e escultura de cunho ornamental, litúrgico, naturalista e figurativo).

A resposta de Arvatov à suposta falência do projeto esquerdista, alegada por Katsman, partiu exatamente da compreensão da produção artística como trabalho. Além do apoio ideológico e organizacional dado pelas entidades governamentais e sindicais russas, Arvatov enumerou 8 fatores que teriam contribuído para a ascensão da AKhRR e similares. Os 8 fatores enumerados dizem respeito às esferas da circulação e da produção artística, como: facilidade de assimilação de métodos antiquados e tradicionais; carência material e cultural russa; expansão da NEP e do *byt nepista* – por *byt nepista* entenda-se uma série de modos de vidas e gostos capitalistas (consumo de objetos supérfluos luxuosos; prostituição; exploração do trabalhador etc.) que foram reintroduzidos ou fomentados pela adoção da NEP e criação de uma nova pequena burguesia⁵².

⁵¹ KATSMAN, C., “*Que... op. cit.*”, p. 115.

⁵² Em seus diários de Moscou, Benjamin registrou esse novo *byt nepista* pautado em uma nova pequena burguesia com suas confeitarias e lojas e na apatia do proletariado prostrado diante das vitrines. Ver: BENJAMIN, W., *Diário... op.cit.*, p. 32. Ainda sobre a NEP e o modo de vida *nepista*, vale retomar as denúncias e produções artísticas do LEF em obras como a comé-

Segundo o LEF, a preferência (por parte do partido e de associações sindicais) por produções calcadas no gosto e modo de vida pré-revolucionários (obras contemplativas que, dado o seu modo de produção e circulação, reiteravam a divisão social do trabalho e a passividade do público) expressariam os limites e o atraso do campo artístico russo e da atuação do partido bolchevique neste âmbito.

Conforme explica o *lefista*, teórico e escritor produtivista, S. Tretiakov (o mesmo citado por Benjamin em “O autor como produtor”), a arte pré-revolucionária era vinculada ao sistema capitalista de produção (permeado por uma divisão social do trabalho alienante e por uma cisão entre a esfera da circulação e da produção) e tinha como finalidades e a contemplação, também individual e sedimentada na divisão entre público e o espectador.

dia *O Percevejo* (1928), de Maiakovski. Maiakovski, ao falar sobre sua comédia, questionou inclusive a sua própria autoria, em função do substrato social da mesma. Na esteira da noção de “encomenda social”, *O Percevejo* teria sido produzido para questionar um problema concreto (a saber, o desmascaramento da burguesia atual – ou seja, dos *nepmens* e do modo de vista *nepista*), com base em um “amontoado de fatos pequeno-burgueses” que chegavam até ele (Maiakovski) durante o seu trabalho jornalístico e publicitário. Maiakovski ainda afirmou que, derivada da matéria histórica de seu tempo, a peça deveria ser aprimorada pelo coletivo enquanto uma arma de luta de classes. “A peça é uma arma de nossa luta. É preciso aperfeiçoá-la e poli-la através da grande coletividade”. MAIAKOVSKI, V., *O Percevejo*, (1928) trad. Luis A. M. Corrêa, posf. Boris Schnaiderman, editora 34, São Paulo, 2009, p.79. Ainda sobre *O Percevejo* e a crítica à NEP e a denúncia de que o grupo LEF fazia a produções artísticas como as da AKhRR (simulacros pictóricos da revolução), pode ser interessante refletir sobre as conotações que a cor “vermelho” adquire ao longo de alguns diálogos de *O Percevejo*. Neles, a cor que simbolizaria a revolução e os ideais revolucionários aparece como um elemento decorativo, nos lacres das garrafas e nas roupas da noiva. A própria noção de “consciência de classe”, em alguns diálogos jocosos de *O Percevejo*, é esvaziada – evidenciando seu uso meramente retórico e decorativo, como uma pintura de cavalete.

Nas condições da sociedade burguesa, estes dois aspectos [a criação da obra de arte e a sua apreciação] foram distribuídos entre dois grupos distintos. O grupo daqueles que fruía – um público passivo que devotava a maior parcela de suas vidas ao trabalho (que era indesejado e sem sentido) e que se esforçava por preencher seus momentos de lazer com uma atividade que oferecesse algum prazer e interesse e que elevasse seus espíritos com o mínimo dispêndio de energia. As pessoas procuravam algum lugar para onde pudessem escapar da monotonia do dia a dia e pintores, poetas, musicistas e atores vieram para resgatá-las. (...) [A arte] era um narcótico que criava na mente humana uma vida distinta, paralela à vida real⁵³.

Apesar de até 1934 (ano da adoção do “realismo socialista” como doutrina artística)⁵⁴, o partido bolchevique não possuiu uma diretriz artística clara, como podemos perceber no debate entre Katsman e Arvatov, o mesmo privilegiava grupos como a AKhRR⁵⁵. Em suas produções e reflexões teóricas, como já discutido, os *lefstas* rebatiam tais práticas e denunciavam a importância da “cultura material”, na construção do *byt* e do *psiquismo* revolucionário⁵⁶.

⁵³ TRETIAKOV, S., “Art in the Revolution and the Revolution in Art (Aesthetic Consumption and Production)” *October 118*, Cambridge, MA, MIT Press, pp. 11-18, Fall 2006, p. 15.

⁵⁴ Entre 17 de agosto e 1º de setembro de 1934, foi realizado o I Congresso da União dos Escritores Soviéticos. Neste congresso, discutiu-se e determinou-se os rumos da arte e da cultura na Rússia stalinista; o “realismo socialista”.

⁵⁵ Em 28 de fevereiro de 1928, a AKhRR recebeu uma espécie de reconhecimento extraoficial ao ser prestigiada com uma visita do birô político do PC em sua exposição - privilégio que até então não havia sido concedido para um grupo de artistas.

⁵⁶ Num artigo de 1924, “Utopia ou ciência”, Arvatov questionou os posicionamentos e concepções artísticas do partido bolchevique e alertou o mesmo sobre a importância da cultura material, na construção do *byt* e do *psiquismo* revolucionário. Neste texto, Arvatov rebateu nominalmente alguns posicionamentos de Trotsky, Lunacharsky e outros dirigentes do partido bolchevique, assim como denunciou a indefinição do partido no campo artístico e a proximidade do mesmo a práticas artísticas antirrevolucionárias: “Não se pode satisfazer-se como marxista, de conhecer bem Marx, e enquanto isso boiar entre as correntes artísticas do presente”. ARVATOV, B., “Utopia o Scienza?” (1924), in ARVATOV, B., *Arte, produzione e rivoluzione proletária*, a cura di Hans Günther e Karla Hielscher, Rimini, Guaraldi, pp. 90-97, 1973.

Para os *lefstas*, o partido bolchevique possuía uma visão muito restrita da arte e da cultura que o levava a subestimar a “cultura material” e seu impacto ideológico. A “cultura material” de uma sociedade, conforme o LEF, seria a responsável pela formação do tipo cultural da mesma. Assim, ignorar esta frente de ação significava privar-se de uma alavanca importante da luta ideológica (a formação do *psiquismo*) justamente num momento termidoriano⁵⁷ das frentes econômicas e sociais – colocando em risco os rumos da própria revolução⁵⁸. “Seria possível uma NEP cultural, quando na frente da arte a revolução não está realizada?”⁵⁹

⁵⁷ O termo ‘Termidor’ era uma referência histórica ao 9 de Termidor do Ano II da Revolução Francesa (27 de Julho de 1794) – a data em que Robespierre e seus adeptos [jacobinos] foram derrubados [pela reação girondina, pondo fim ao período do ‘Terror’ e abrindo caminho para o ‘Diretório’]. O evento marcou uma inflexão crítica na revolução, inaugurando um período de acentuado declínio na atividade política de massa e um recuo da parte do governo em relação às medidas sociais radicais. [...] Muito antes da formação da Oposição Unificada, os Bolcheviques já eram assombrados pelo prospecto de que a Revolução Russa poderia experimentar um destino similar”. Thomas Marshall TWISS, *Trotsky and the problem of soviet bureaucracy*, op. cit. (2009), p. 250. Para um quadro geral da discussão, ver p. 249-252.

⁵⁸ Conforme registrado em documentos de época (textos, relatos e diários) e em debates internos, a partir de 1921, com o fim da guerra civil (e a vitória do campo revolucionário), a liderança bolchevique falava da NEP como uma espécie de termidor autoinduzido. Lenin teria discutido junto a membros do *politburo* o termidor como recurso da ditadura do proletariado – isto é, como uma guinada à direita dirigida pelo próprio Partido Bolchevique que visava assegurar as conquistas da revolução proletária. Nas palavras de Lenin: “Não devemos nos deixar ser guilhotinados. Devemos, nós mesmos, fazer um Termidor”. Lenin, citado por Victor SERGE, *Memoirs* (p. 131), *apud* Thomas Marshall TWISS, *Trotsky and the problem of soviet bureaucracy*, op. cit. (2009), p. 250.

⁵⁹ ALBERA, F., *Eisenstein... op. cit.*, p. 185. Por “NEP cultural,” entende-se o retorno, a adoção e o fomento de práticas artísticas de “cavalete”. Como as propagadas pela AKhRR ou mesmo a política artística adotado pela direção do partido, como seria o caso do culto de Lênin ou da aproximação do mesmo a grupos como a AKhRR. Sobre a crítica do LEF ao culto de Lênin, ver: FIGUEIREDO, C., “Não comercializem Lênin! A crítica da LEF ao culto de Lênin”, in Dazibao – crítica de arte, n. 4, 2016, disponível em:

“Ao lado da URSS”

Internamente, porém, e sobretudo (o partido) procura deter o comunismo militante, introduzir um período livre de conflitos de classe, despolitizar tanto quanto possível a vida de seus cidadãos. Por outro lado, a juventude passa por uma educação “revolucionária”, em organizações pioneiras, no *Komsomol*. Isto significa que o revolucionário não lhes chega como experiência, mas apenas como discurso⁶⁰.

Em 3 de agosto de 1938, Benjamin escreveu uma carta para Horkheimer na qual falava sobre o posicionamento dele e de Brecht frente à URSS. Ele afirmou que ambos seguiam “considerando, por enquanto, embora com reservas importantíssimas, a União Soviética como agente de nossos interesses” e, na ocasião de uma guerra, estariam “perfilados ao lado da URSS”. Embora esse posicionamento fosse “bastante custoso”, uma vez que sacrificavam seus próprios “interesses como produtores”. Ele concluiu afirmando que “apesar de reconhecer os horrores que se verificam no atual regime do governo russo, pessoal e autocrático”, Brecht não havia cogitado rechaçar a URSS⁶¹.

Como já mencionado, a fala de Benjamin ocorreu num período de supressões políticas e artísticas em favor da constituição de um programa político e artístico monolítico (“socialismo num só país” e “realismo socialista”). Na mesma direção da confissão feita em carta para Horkheimer, Benjamin, ao mesmo tempo em que se posiciona “perfilado ao lado da URSS”, critica as diretrizes artístico-produtivas adotadas pelo partido bolchevique.

<http://dazibao.cc/textos/nao-comercializem-lenin-a-critica-da-lef-ao-culto-de-lenin/>.

⁶⁰ BENJAMIN, W., *Diários... op. cit.*, p. 67.

⁶¹ WIZISLA, Erdmut, *Benjamin e Brecht: historia de uma amizade*, São Paulo, EDUSP, 2013, p. 109.

Neste sentido, cabe retomarmos os 3 pilares da produção artística revolucionária defendidos por Benjamin na conferência em questão: a tendência política (conteúdo), a tendência artística (forma) e a inserção na produção. Ao discutir uma abordagem materialista da produção artística, Benjamin insistiu na insuficiência da noção de “tendência” (orientação política) de uma obra. “A tendência, em si, não basta”, afirmou ele. Conforme Benjamin, seria necessário que, junto à tendência, fosse pensada também a qualidade artística da obra. Seria necessário refletir sobre como dada obra se inseriria dentro do debate artístico de sua época, qual seria sua “tendência literária”. Pois a “tendência literária [em si] pode consistir num progresso ou num retrocesso da técnica literária”⁶². Cabe lembrar que, em “O autor como produtor”, a compreensão do papel econômico e artístico da obra dentro das relações produtivas (e artísticas) de sua época responderia precisamente à tentativa de uma abordagem dialética entre tendência e qualidade (ou conteúdo e forma) de uma obra literária (e artística, como um todo).

Uma vez mais tangenciado o debate do LEF, Benjamin, ao reforçar a relação entre tendência política e tendência artística de uma obra, aponta não só a superação de uma obra meramente propagandista e conteudista (como em muitas produções do “realismo heroico” e do “realismo socialista”), mas também o papel ativo desta no campo artístico e na organização da “cultura material” de uma sociedade.

O que caracteriza essa literatura [burguesa] é a metamorfose da luta política, da vontade de decidir em objeto de prazer contemplativo, de meio de produção em artigo de consumo.(...)
Sua função literária é gerar modas, e não escolas, sua função econômica é gerar intermediários e não produtores. (...)

⁶² BENJAMIN, W., “O autor... *op. cit.*, p. 123.

O autor consciente das condições de produção intelectual contemporânea está muito longe de esperar o advento de tais obras, ou de desejá-las. Seu trabalho não visa nunca à fabricação exclusiva de produtos, mas sempre, ao mesmo tempo, a dos meios de produção. Em outras palavras: seus produtos, lado a lado com seu caráter de obras, devem ter antes de mais nada uma função organizadora. Sua utilidade organizacional não precisa de modo algum limitar-se à propaganda. A tendência em si não basta⁶³.

Para uma melhor compreensão do posicionamento de Benjamin frente à URSS, aqui, uma vez mais, retornaremos ao debate russo de 1928 e 1929 e ao texto de Brik “Não uma teoria, mas uma palavra de ordem”. O texto foi publicado em 1929, ano da adoção dos planos quinquenais e coletivização forçada e um ano após a extinção oficial da Oposição Unificada (1926-1928), deportação de Trotsky e reconhecimento extraoficial da AKhRR (1928). Inserido em um dos muitos debates acerca dos rumos da arte e da cultura na URSS, o texto de Brik tinha dois pontos centrais: a tentativa de sistematização da noção de “encomenda social” e a defesa do caráter autônomo e divergente da mesma.

Se o comitê de Belas Artes de Moscou quer encomendar bustos e monumentos para embelezar a cidade e os lefistas se recusam e, refutando essa encomenda sugerem pavimentar as estradas, esses se opõem ao comitê não como a um outro grupo social: a diversidade de opiniões vai colocada no interior dos dois grupos de mesma natureza social que compreendem de maneira diferente as necessidades da mesma classe⁶⁴.

Num momento de esmagamento da oposição, adoção de uma propaganda massiva para a celebração das forças produtivas e do “socialismo num só país”, Brik ressalta a necessidade da compreensão das relações de produção e alinhamento ideológico de uma “obra de arte” e da existência de divergências e disputas internas.

⁶³ BENJAMIN, W., “O autor... *op. cit.*”, pp. 130-131.

⁶⁴ BRIK, O., “Não uma... *op. cit.*”, p.298.

Em outras palavras, Brik publicou um texto no qual, por meio da noção de “encomenda social”, resgata os princípios de Outubro e a necessidade de uma reflexão acerca de qual seria a encomenda real de um projeto artístico (e político) que se posicione ao lado dos camponeses e operários nas trincheiras da luta de classes. Pois, como sintetizaria Benjamin em “O autor como produtor”, “a luta revolucionária não é uma luta entre o capital e o espírito, mas entre o capital e o proletariado”⁶⁵.

“Um casamento vermelho”

Camarada Baian, eu queria deixar bem claro uma coisa. Se eu estou gastando dinheiro é para um casamento vermelho! Vermelho, hein?
Camarada Skrípkin, eu compreendo muito bem este seu dom e esta sua virtude!

(...)

Eu vejo, como que por através de um prisma, o triunfo de sua classe, cheio de grandeza, de energia, de elegância! Vejo também um casamento com consciência de classe! A noiva desce da carruagem, ela está toda vestida de vermelho! Uma noiva vermelha!

(...)

A mesa! A mesa está coberta de presuntos vermelhos e todas as garrafas têm um lacre vermelho!⁶⁶

A denúncia *lefista* da adoção de uma prática artística de cavalete, como discutido anteriormente, não se tratava de um “infantilismo esquerdista”, mas de uma denúncia dos reflexos da revolução e dos perigos de um termidor autoinduzido – o qual teria implicações reais no *byt* russo e na propagação de um *psiquismo* burguês travestido de vermelho, como no vestido da noiva e nos lacres das garrafas do casamento de um operário com a filha da pequena burguesia russa, retratados por Maiakovski em *O Percevejo* (1928)⁶⁷.

⁶⁵ BENJAMIN, W., “O autor... *op. cit.*”, p. 136.

⁶⁶ MAIAKOVSKI, V. *O Percevejo... op. cit.*, pp. 18-19.

⁶⁷ Ainda sobre o *byt nepista* e o impacto da NEP no cotidiano russo, podemos citar, uma vez mais, as respostas dadas a Trotsky por Kazakov, Borissov e Lagutine e Kazanski (operários e agitadores sindicais), na ocasião da pro-

Assim, e agora nos encaminhamos para a conclusão do presente texto, a conferência de Benjamin (1934) ecoa os debates do LEF e, ao retomar a contrapartida crítica dos simulacros stalinistas da revolução no interior de um instituto ligado ao *Comintern* (a URSS), posiciona-se criticamente (e a duras penas) “ao lado da URSS”⁶⁸. Num momento de acirramento da luta de classes e proliferação do fascismo, Benjamin parece acionar o sinal de alarme opondo a “estetização da política” – isto é, o uso de meios de massa (rádio, fotografia, cinema etc.) para a reprodução do fascismo e o impedimento do protagonismo real das massas – a “politização da arte”.

Nos grandes desfiles festivos, nos comícios monstruosos, nos eventos de massa esportivos e na guerra, que hoje são todos conduzidos ao aparato de registro, a massa se vê em face de si mesma.

A crescente proletarização dos homens de hoje e a crescente formação de massas são dois lados de um mesmo acontecimento. O fascismo procura organizar as massas proletarizadas recém-surgidas sem tocar nas relações de propriedade, por cuja eliminação elas pressionam. Ele

dução do livro “Questões do modo de vida”. Segundo Kazakov, “fala-se da pequena burguesia unicamente quando o operário vê que lhe são usurpados os seus direitos, isto é, os dias feriados, quando os locais das suas digressões [sic] são assaltados por viaturas cheias de damas bem vestidas”. Já Borissov apontou que “o operário se sente por vezes ofendido, visto ser ele que tomou o poder, quem mal se alimenta, ao passo que aquele a quem retirou o poder vive na abundância”. Mais incisivos que os primeiros, Lagutine e Kazanski declararam que “a aversão e a irritação para com a nova burguesia são fortes em extremo”. Apud: TROTSKY, L., *Questões... op. cit.*, pp. 118-121.

⁶⁸ Sobre a crítica de Benjamin a supressão dos conflitos de classe por meio do esvaziamento da política e da estetização da revolução em curso na Rússia stalinista, cabe mencionar algumas passagens do “Diário de Moscou”, nos quais Benjamin registrou uma tendência, por parte do governo, de propagação do revolucionário como discurso, e não como experiência: “*Isto significa que o revolucionário não lhes chega como experiência mas apenas como discurso*”. BENJAMIN, W., *Diários... op. cit.*, p.67. Ainda sobre os simulacros revolucionários russos, vale mencionar, também, as anotações de Benjamin sobre o culto de Lênin. “O culto da imagem de Lênin em particular vai incrivelmente longe aqui [em Moscou]. Existe uma loja na *Kusnetzky most* especializada em Lênin, onde se pode encontrá-lo em todos os tamanhos, poses e materiais”. BENJAMIN, W., *Diário... op. cit.*, p.63.

vê sua salvação em deixar as massas alcançarem a sua expressão (de modo algum o seu direito). Essa é a situação da estetização da política que o fascismo pratica. O comunismo responde-lhe com a politização da arte.⁶⁹

Por uma questão de tempo e recorte do metodológico, não discutiremos aqui o conceito de “estetização da política”, no entanto, como uma espécie de consideração final, nos remeteremos de forma livre à oposição entre “estetização da política” e “politização da arte”.

Benjamin concluiu “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica” (1935-1936) descrevendo a “estetização da política” fascista e evocando, como sua contrapartida crítica e a antítese dialética a “politização da arte”. “Essa é a situação da estetização da política que o fascismo pratica. O comunismo responde-lhe com a politização da arte”⁷⁰.

“A obra de arte...” não tratava da experiência russa ou mesmo da politização da arte a ser praticada pelo comunismo – a qual, quando mencionada restringia-se à experiência dos anos 1920, a prática cinematográfica russa⁷¹ –, mas parece dialogar diretamente com as reflexões de “O autor como produtor” e as práticas e debates artísticos do grupo Frente de Esquerda das Artes (LEF: 1923-1928). Assim, se a “politização da arte” comunista e a “estetização da política” fascista assinalam sua implicação recíproca, pode-se perguntar se a política governamental, na URSS, de difusão de um simulacro da Revolução, também seria objeto da crítica da “estetização da política”?

⁶⁹ BENJAMIN, W., “A Obra de Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica”, in BENJAMIN, W., *Magia e Técnica, Arte e Política/ Ensaios sobre literatura e história da cultura/ Obras Escolhidas*, Brasiliense, 1994, p. 196.

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ BENJAMIN, W., “A obra de... *op. cit.*”, p. 25.

5. Os primeiros passos do comunismo no Brasil¹

Michel Goulart da Silva

¹ O presente texto é a versão modificada de parte da tese de doutorado intitulada *Entre a foice e o compasso: socialismo e maçonaria na trajetória de Everardo Dias na Primeira República*, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2016.

Em grande medida, a interpretação acerca dos primeiros passos do comunismo no Brasil foi apresentada por Astrojildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB). Essa interpretação começou a ser construída ainda no ano de fundação do PCB. Em 1922, no jornal *Movimento Comunista*, publicado pelo partido, Pereira escrevia que a Primeira Guerra teria desequilibrado “não somente o mundo capitalista, mas também o mundo proletário”, somente com a diferença de que “o desequilíbrio do mundo capitalista é um desequilíbrio mortal, de decadência de valores, ao passo que o desequilíbrio do mundo proletário é um desequilíbrio vital, de renovação de valores”².

Pereira utiliza a metáfora de que teria ocorrido uma “crise de parto”, que, no caso do proletariado, teria se manifestado em duas fases. Em uma primeira fase, teria sido “ocasionada logo de começo pela guerra”, caracterizando-se “pelo deslocamento do movimento operário do plano internacional para o plano nacional”³. O exemplo mais significativo disso seria o apoio da maioria das direções dos partidos socialistas e outras organizações operárias aos governos de seus países na guerra. Uma segunda fase estaria “marcada com o rebentar da Revolução Russa, seu fulminante desenvolvimento e sua transmutação de política em social com o advento do bolchevismo”⁴. Nessa fase, a pequena minoria internacionalista que se opôs à guerra “foi pouco a pouco tomando maior vulto, engrossando suas fileiras, até constituir-se, de algum modo, o elemento novamente preponderante, se não pelo número, pelo prestígio de sua ação e suas atividades mundiais”⁵.

² Astrojildo Pereira. Não nos assustemos com o debate. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, março de 1922, p. 69.

³ *Ibidem*, p. 69.

⁴ *Ibidem*, p. 69.

⁵ *Ibidem*, p. 69-70.

Esse processo de reorganização concretizou-se na constituição da Internacional Comunista, em 1919, em que

os partidos socialistas se fracionaram nitidamente, em cisões completas e absolutas: as esquerdas ingressando na Internacional de Moscou e as direitas permanecendo onde estavam, a montar guarda ao cadáver da II Internacional. As organizações sindicais igualmente se cindiram, senão organicamente, ideologicamente: as esquerdas pela ditadura do proletariado e as direitas contra, aquelas constituindo-se em Internacional Sindical Vermelha e estas continuando na Internacional de Amsterdã. (Deixo de parte aqui, por secundário, o dualismo existente, nas esquerdas sindicais, em torno do critério “político” e “apolítico” do movimento). Igualmente as agrupações anarquistas se fracionaram: umas por Moscou, outras contra Moscou⁶.

Essa reorganização das organizações operárias também teve impacto no Brasil, embora o “meio brasileiro” fosse considerado um “meio singular”, afinal “nunca houve aqui partidos ou correntes sistemáticas propriamente socialistas”, fazendo com que “todo o movimento proletário revolucionário no Brasil” tivesse “sofrido só a influência quase exclusiva dos anarquistas”⁷. Com isso, a crise de anarquismo, “latente desde o advento do bolchevismo, chega a um desfecho lógico, com a constituição do Partido Comunista composto, em sua quase totalidade, de elementos de formação anarquista”⁸.

Essa interpretação apresentada por Astrojildo Pereira e incorporada pela maioria da historiografia produzida acerca do comunismo no Brasil, ainda que não esteja incorreta, deve ser encarada com cautela, na medida em que não se resumem a antigos militantes anarquistas, os fundadores do PCB⁹. Embora os grupos comunistas, que de forma geral eram encabeçados por militantes oriundos do anarquismo, estivessem na base

⁶ *Ibidem*, p. 70.

⁷ *Ibidem*, p. 70.

⁸ *Ibidem*, p. 70.

⁹ Um dos exemplos da incorporação da interpretação limitada acerca da origem anarquista do PCB pode ser visto, entre outros, em Carone (1989, p. 102-3).

das organizações que fundaram o PCB, uma análise mais atenta na trajetória de seus membros ou inclusive dos próprios grupos mostra uma maior pluralidade.

Nas primeiras décadas do século, o marxismo era difundido de forma bastante limitada no Brasil. No período anterior à Revolução Russa, não se encontra “nenhuma análise, satisfatória ou não, do materialismo dialético e o mais curioso, nenhuma tradução de trechos ou artigos de Marx e Engels” (CARONE, 2004, p. 34-5). Chegavam ao Brasil, em língua estrangeira, algumas das obras desses autores, especialmente em francês e espanhol, fazendo com que sua leitura estivesse restrita a pequenos grupos, dificultando às organizações operárias a elaboração teórica e política partindo do método de análise marxista. Embora alguns socialistas se dissessem marxistas, no geral eram “partidários de um socialismo evolucionista e reformista” (JOFFILY, 2012, p. 120).

Parcialmente relacionado a essa limitação teórica, os partidos socialistas organizados durante a Primeira República defendiam um programa reformista, centrado em uma “transformação gradativa do sistema social existente”, que seria possível por meio “da ação política e do sufrágio, ou seja, a transformação social seria decorrente de reformas graduais e crescentes” (ADDOR, 2002, p. 69). Esse programa expressava, por um lado, a influência de setores do movimento republicano, como o positivismo, e, por outro, uma interpretação difusa do socialismo reformista desenvolvido na Europa pelos partidos ligados à Segunda Internacional.

Levando em conta a influência positivista e a difusão limitada do socialismo da Segunda Internacional, pode-se afirmar que o movimento operário brasileiro expressava formas de organização e ideologias muito mais complexas que a simples adesão de militantes anarquistas ao marxismo. No processo de consolidação da República, no final do século XIX e nas pri-

meiras décadas do século XX, manifestaram-se ideologias sociais das mais variadas, como o positivismo, o jacobinismo, o socialismo reformista, o anarquismo, o comunismo entre outras. Soma-se a essas expressões ideológicas “o reforço das influências positivistas e evolucionistas no socialismo internacional da época (incluindo, depois, o próprio ‘marxismo-leninismo’ da III Internacional) que não abandonará tão cedo o pensamento socialista brasileiro” (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 132-3).

Essa pluralidade também pode ser avaliada pela análise das trajetórias individuais de uma parcela de militantes que construíram o PCB, encarnando tradições, contradições e ideologias das mais diversas. Entre os fundadores ou membros que viriam a se incorporar ao partido, encontram-se militantes oriundos dos movimentos anticlerical (Everardo Dias) e tenentista (Luiz Carlos Prestes), além de ter um maçom entre os delegados do congresso de fundação do partido (Cristiano Cordeiro). A esses setores, somam-se militantes oriundos do anarquismo ou do sindicalismo revolucionário, como Astrojildo Pereira, Joaquim Pimenta e Octávio Brandão.

Em 1922, essa complexidade de trajetórias convergiu na fundação do PCB, ainda que os grupos comunistas, criados nos anos anteriores por militantes oriundos do anarquismo, tenham sido o principal elemento na organização de um conjunto de experiências que se aproximavam em função do apoio à Revolução Russa (SILVA, 2016). Trata-se, portanto, de um conjunto de setores que, oriundos de diferentes trajetórias – anarquistas, positivistas, socialistas ou correntes republicanas – apontavam para a defesa da possibilidade de transformação social, ainda que, mesmo neste caso, houve diversidade de opiniões.

Um primeiro PCB

O ano de 1919 marcou a primeira tentativa de formação de uma organização comunista no Brasil. Em 9 de março de 1919, no Rio de Janeiro, e em São Paulo, no dia 16 de junho do mesmo ano, fundou-se um partido “que admite em seu seio anarquistas, socialistas e todos os que aceitarem o comunismo social”¹⁰. Por ocasião da reunião de fundação do núcleo de São Paulo do Partido Comunista, o jornal *A Plebe* relatou que, “perante avultada concorrência, três camaradas fizeram uso da palavra, expondo as ideias do comunismo anarquista e os modernos princípios da liberdade, sendo aclamados pelos presentes os princípios expostos e bases da nova organização”¹¹. O relato afirma ainda que muitos dos presentes se inscreveram como membros da nova organização.

O núcleo do Rio de Janeiro desse primeiro Partido Comunista publicou, a partir de 2 de agosto de 1919, o jornal *Spártacus*, contando com José Oiticica e Astrojildo Pereira entre os responsáveis pela publicação. No primeiro número, em que se explica a dificuldade de realizar a publicação diária do jornal, os leitores são informados de que sua periodicidade seria provisoriamente semanal. Parece que esse informe é uma maneira de prestar contas pelas contribuições financeiras recebidas em função do apelo feito “aos camaradas militantes nesta cidade”, que se constituía em “incentivo bastante para que perseveremos no propósito em que estamos”¹². No segundo número do jornal comentava-se que “esgotaram-se os 4.000 exemplares do primeiro número de *Spártacus*. Deste segundo número

¹⁰ Primeira Conferência Comunista. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 19, 28 de junho de 1919, p. 1.

¹¹ *Ibidem*, p. 1.

¹² Explicação. **Spártacus**, RJ, Ano I, Nº 1, 2 de agosto de 1919, p. 1.

saem 6.000”¹³. Pelo que se divulgou nas páginas do próprio jornal, o número de exemplares teria chegado a oito mil¹⁴.

Foram publicados pelo jornal *Spártacus* textos de uma grande quantidade de militantes, entre os quais alguns que viriam a participar de organizações comunistas, como Olgier Lacerda, Antônio Bernardo Canellas e Octávio Brandão. O financiamento constituía-se das assinaturas e da contribuição de militantes e organizações, como a Liga Comunista Feminina e o próprio Partido Comunista. Essa questão é mencionada em uma edição do jornal, em texto publicado no dia 4 de outubro de 1919:

Ora, *Spártacus*, como todos os jornais anarquistas, não tem renda de anúncios, não faz cavação, nem qualquer publicidade (...). Por isso, além da receita, sempre insuficiente, das assinaturas e das vendas avulsas, *Spártacus* há de contar forçosamente com o auxílio dos amigos e camaradas interessados na sua obra de propaganda¹⁵.

O partido realizou uma conferência nacional no Rio de Janeiro de 21 a 23 de junho, que tinha como objetivo “estabelecer de um modo claro e decisivo a nossa organização, bases de acordo e programa”¹⁶. Em abril, foram expedidas “circulares para todas as localidades do país onde existem grupos comunistas ou militantes comunistas isolados, convidando-os a participarem dos trabalhos dessa conferência, fazendo-se nela representar por camaradas mandados ao Rio especialmente para esse fim”¹⁷. Segundo Edgard Leuenroth, “além dos elementos das organizações cariocas, estiveram presentes no Congresso os representantes dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro

¹³ Ibidem, p. 2.

¹⁴ Ibidem, p. 1.

¹⁵ Ibidem, p. 1.

¹⁶ Primeira Conferência Comunista. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 19, 28 de junho de 1919, p. 1.

¹⁷ Ibidem, p. 1.

ro e São Paulo” (LEUENROTH, 1963, p. 131). Compareceram à conferência vinte e dois delegados, “sendo 17 deles brasileiros natos e outros 5 estrangeiros com longa residência no Brasil”¹⁸.

Na conferência, aprovaram-se um conjunto de resoluções. Em uma delas os presentes afirmavam “a sua calorosa e entusiástica solidariedade com o proletariado revolucionário do mundo, o qual, a esta hora em luta aberta contra o Estado e o Capitalismo, se empenha na imensa e fecunda batalha pela implantação do Comunismo”¹⁹.

Parte dessas ideias foi exposta à conferência por José Oiticica, em texto produzido para discussão naquele espaço e publicado posteriormente, em que afirma, entre outras coisas, que “cada indivíduo deve trabalhar segundo as suas forças para receber segundo as suas necessidades”, que “a propriedade particular nasceu do roubo à mão armada e se mantém pela violência dos possuidores sobre os não possuidores”, que “o regime de apropriação e acumulação dos bens terrenos gera naturalmente a concorrência econômica” e que “o Estado, órgão sustentador da propriedade particular, baseia-se em *leis* impostas aos não possuidores”.²⁰

Em *Spártacus* foram divulgadas algumas atividades do núcleo do Rio de Janeiro do PCB. No dia 16 de agosto de 1919, o jornal noticiou a realização de reunião do partido, onde foram debatidos assuntos “da maior importância”, como a “formação dos subnúcleos pelos arrabaldes”²¹. Em praticamente todos os números do jornal foram publicados rápidos informes de atividades do PCB, inclusive de alguns subnúcleos criados no Rio de Janeiro. Em um desses subnúcleos, em Encantado, reali-

¹⁸ Ibidem, p. 1.

¹⁹ Ibidem, p. 1.

²⁰ José Oiticica. Princípios e fins. **Spártacus**, RJ, Ano I, Nº 3, 16 de agosto de 1919, p. 1.

²¹ Partido Comunista do Brasil. **Spártacus**, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 3, 16 de agosto de 1919, p. 2.

zou-se uma palestra com Álvaro Palmeira, intitulada “A questão social”. Conta-se no jornal o seguinte episódio:

Um numeroso grupo de camaradas residentes no centro da cidade havia seguido em trem da Central, cantando nossos hinos durante toda a viagem, distribuindo jornais e boletins pelas estações.

Para não relaxar os seus velhos processos e as suas antiquadas bravatas, a polícia lá compareceu, na pessoa de algumas dezenas de beleguins, de soldados e de cavalos, formando com grande aparato em frente à sala da conferência, pretendendo, ao que parece, amedrontar os ouvintes. Mas enganou-se redondamente, porque ninguém arreudou o pé e a conferência se fez com pleno êxito, sob aplausos gerais²².

Coube ao núcleo de São Paulo a elaboração do programa do partido, vindo a se noticiar, no começo de agosto de 1919, a realização de “uma numerosa e animada reunião convocada para assentar as bases do programa do partido”.²³ Em agosto de 1919, foi publicado o “Projeto de Programa do Núcleo de São Paulo”, o qual apontava alguns fins imediatos, entre os quais “promover a propaganda do comunismo libertário”, “fomentar a cultura das classes populares” e “prestar solidariedade às organizações operárias nas suas lutas pelas reivindicações econômicas, política e morais”²⁴. Entre os fins econômicos, o partido defendia a abolição da “propriedade rural, urbana e industrial, salvo as pequenas propriedades, as quais serão utilizadas pelos atuais proprietários, se assim julgarem conveniente”²⁵. O documento defendia a socialização das terras, fábricas, estradas de ferro, oficinas e meios de transporte. Nesse item afirmava ainda que “a coletividade garantirá a todos os indivíduos, de qualquer sexo ou idade: a manutenção, vestuá-

²² Proveitosa jornada de propaganda. **Spártacus**, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 10, 4 de outubro de 1919, p. 1.

²³ Partido Comunista do Brasil. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 24, 2 de agosto de 1919, p. 4.

²⁴ *Ibidem*, p. 3.

²⁵ O Partido Comunista em atividade. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 3.

rio, alojamento, assistência, instrução, bem como os instrumentos de trabalho a todos que estejam em condições de trabalho”²⁶. Propunha ainda que nas diversas “comunais” se estabeleceriam armazéns públicos onde os trabalhadores depositariam seus gêneros e os consumidores se abasteceriam segundo as suas necessidades.

O programa apresentava o trabalho como uma “necessidade vital”, não devendo ninguém “esquivar-se de prestar os seus serviços, a não ser por motivos de ordem racional, como insuficiência de idade, de invalidez, de enfermidade ou velhice”²⁷. O documento era categórico em afirmar: “Quem não trabalha não come”²⁸. Afirmava também, entre outras questões, que ninguém poderia viver de funções religiosas e que cada um teria a liberdade de escolher o trabalho que mais lhe agradasse, desde que não prejudicasse as necessidades da coletividade. O trabalho noturno somente seria tolerado em situações de “imperiosa necessidade” e a jornada de trabalho seria “estabelecida pelos diversos grupos produtores, tendo em vista as necessidades de produção”²⁹.

O partido ainda afirmava suas finalidades, entre as quais “a abolição do Estado e todas as leis e instituições políticas: exercício, magistratura, parlamento, polícia”, bem como “todas as associações hierárquicas e autoritárias”³⁰. Na nova sociedade, as resoluções de ordem geral seriam tomadas em assembleias públicas.

O programa do partido também defendia a abolição de todas as leis e o estabelecimento de uma completa liberdade política, econômica, religiosa e moral. Em âmbito privado, as coletividades procurariam “remover todos os fatores sociais,

²⁶ Ibidem, p. 3.

²⁷ Ibidem, p. 4.

²⁸ Ibidem, p. 4.

²⁹ Ibidem, p. 4.

³⁰ Ibidem, p. 4.

religiosos ou morais que constituam obstáculo à livre e consciente realização do matrimônio”, considerando que “as afinidades físicas, intelectuais e morais dos cônjuges são a melhor garantia para perpetuarem de maneira honesta e afetuosa a sua união até a morte”³¹. Concluía-se o documento afirmando: “a ordem social será mantida pelos diversos grupos sociais e por todos os indivíduos, os quais terão cuidado de impedir qualquer ato de violência ou atentado ao bem estar individual e social”³².

Dos grupos comunistas à fundação do PCB

Como parte da influência da Revolução Russa sobre o movimento operário, começaram a se organizar pequenos grupos comunistas em diferentes regiões do Brasil. Um dos primeiros grupos a ser fundado foi a União Maximalista de Porto Alegre em 1º de novembro de 1918. Em seu manifesto de lançamento, que conclamava os operários a seguir o exemplo russo, afirmava-se que “o mundo só deve ser daqueles que produzem; e todo aquele que não produzir é parasita e como tal não lhe deixareis consumir vosso produto”³³. O referido documento, contudo, mostra um conhecimento limitado de informações acerca do processo revolucionário russo ou da dinâmica de transformação daquela sociedade. Fundada por Abílio de Nequete, a União Maximalista passou a se chamar Grupo Comunista de Porto Alegre a partir de 1921.

Em 7 de novembro de 1921, com a presença de doze militantes, entre os quais Astrojildo Pereira, foi fundado o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, como “primeiro passo para a pró-

³¹ Ibidem, p. 4.

³² Ibidem, p. 4.

³³ Manifesto da “União Maximalista” aos operários. In: PETERSEN, Sílvia & LUCAS, Maria (Org.). **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 211.

xima e definitiva constituição do Partido Comunista Brasileiro”³⁴. Entre os fundadores do Grupo Comunista estavam: Astrojildo Pereira, Antônio Branco, Antônio de Carvalho, Antônio Cruz Júnior, Aurélio Durães, Francisco Ferreira, João Argolo, José Alves Diniz, Luís Peres, Manuel Abril, Olgier Lacerda e Sebastião Figueiredo (DULLES, 1977, p. 143). Como parte do processo de organização do grupo, decidiram-se pela “publicação de um mensário de doutrina e informativo sobre o movimento revolucionário internacional, intitulado *Movimento Comunista*, o que de fato aconteceu, começando a sair logo em janeiro de 1922” (DIAS, 1962, p. 111). Foram publicados um total de vinte e quatro números da revista até junho de 1923, com uma tiragem total de trinta e seis mil exemplares, numa média de mil e quinhentos exemplares por edição (REBELO, 2003, p. 35).

O Grupo Comunista do Rio de Janeiro buscou contato com militantes de outras cidades, divulgando as vinte e uma condições para a adesão dos partidos à Terceira Internacional e recomendando a formação de grupos comunistas. Entre as condições votadas, seria possível destacar o fato de que toda organização desejosa de aderir à Internacional Comunista deveria afastar de suas posições os dirigentes comprometidos com o reformismo; que o dever de propagar as ideias comunistas implicaria a necessidade absoluta de conduzir uma propaganda e uma agitação sistemática e perseverante; que todos os partidos desejosos de pertencer à IC deveriam romper completamente com o reformismo e a política do centro, que todo partido deve realizar uma propaganda perseverante e sistemática nos sindicatos; que devem ser construídos com base no princípio do centralismo democrático; que devem defender todas as repúblicas soviéticas nas suas lutas com a contrarre-

³⁴ Astrojildo Pereira. Não nos assustemos com o debate. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, março de 1922, p. 69.

volução; que devem modificar o nome e se intitular “Partido Comunista” (CARONE, 1989, p. 93).

Nos meses seguintes, foram criados grupos comunistas no Recife, Juiz de Fora e Cruzeiro (São Paulo). Convergiu no processo de construção do PCB uma grande quantidade de grupos regionais, com dinâmicas e características diversas. Edgard Carone ressalta que “o fato de pulularem em regiões geograficamente distantes prova que há uma demanda social comum a todo o Brasil, e é isto que irá explicar o caráter nacional que tomará o PCB” (CARONE, 1989, p. 89). Um dos exemplos mais significativos desse caráter nacional vem no Recife, onde contribuíram para a formação do partido a publicação do jornal *A hora social* (1919) e a estruturação do Centro de Estudos Sociais. Cristiano Cordeiro, um dos articuladores da criação do partido em Recife, assim narrou o processo:

Correspondi-me em 1921 com Astrojildo Pereira que, no Rio de Janeiro, editava o jornal *Spártacus*. Conhecíamos-nos somente de ideias. Combinamos criar, ele no Rio de Janeiro e eu no Recife, embriões de futuros comitês do partido. Como eu já atuava no meio sindical, não tive dificuldades de atrair os operários mais aguerridos. Assim, se comprometeram com ele, entre outros, o carvoeiro Joaquim Francisco, o padeiro José Caetano machado, o pedreiro José Amaro, o estivador Pedro Lira e até pequenos burgueses como o farmacêutico Pedro Coutinho. O Grupo Comunista do Recife estabeleceu-se no dia 1º de janeiro de 1922, com uma reunião realizada em minha casa na Rua da Concórdia. Lá, na ocasião, os chamados “21 pontos de Moscou”, condição para adesão à Internacional Comunista. A ata de fundação foi assinada por cerca de 35 pessoas que decidiram, ainda, que eu seria o delegado de Pernambuco ao encontro para a criação do PCB³⁵.

Realizado entre os dias 25 e 27 de março de 1922 no Rio de Janeiro, o congresso de fundação do PCB foi o resultado do “esforço de lideranças e facções dos movimentos operários de diversas partes do país” (CARONE, 1989, p. 90). O bolchevis-

³⁵ Cristiano Cordeiro. Depoimento a Ricardo Noblat. **Memória e História**, Nº 2, 1982, p. 83.

mo parecia ganhar, pouco a pouco, o apoio de setores da vanguarda operária, devido a um conjunto de fatores, como a simpatia pela Revolução Russa e a cisão ocorrida nas correntes anarquistas, o processo de reorganização do movimento operário, a criação dos grupos comunistas, entre outros. Parece que a iniciativa surgiu do Grupo Comunista de Porto Alegre, que teria escrito ao grupo do Rio de Janeiro sobre a necessidade “de se realizar, o mais cedo possível, um congresso nacional para a organização do partido comunista a tempo de ser representado no Quarto Congresso Mundial da Terceira Internacional” (DULLES, 1977, p. 146).

O anúncio oficial da fundação do PCB se fez por meio da revista *Movimento Comunista*, de junho de 1922. O congresso, realizado em março, contou com a presença de nove delegados, representando um total de setenta e três membros. Os delegados eram oriundos dos núcleos do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (CHILCOTE, 1982, p. 57). Os delegados eram Abílio Nequete (barbeiro), Astrojildo Pereira (jornalista), Cristiano Cordeiro (funcionário público), Hermogênio Silva (eletricista), João da Costa Pimenta (gráfico), Joaquim Barbosa (alfaiate), José Elias da Silva (funcionário público), Luis Peres (artesão), Manuel Cendón (alfaiate). Entre os delegados do congresso de fundação, não eram brasileiros natos Manuel Cendón, espanhol, e Abílio Nequete, libanês (BARTZ, 2008, p. 159; BRANDÃO, Octávio, 1978, p. 224).

Considerando a trajetória dos delegados, percebe-se que, em sua maioria, os militantes eram oriundos do anarquismo. Contudo, há igualmente trajetórias que não se enquadram nesse perfil. Manuel Cendón, acerca do qual não existem muitas informações, seria “o único advindo de fileiras socialistas”, dominando “de forma rudimentar o marxismo” (VINHAS, 1982, p. 6). Um personagem com uma trajetória bastante pe-

culiar é Abílio Nequete, cujo vínculo com o catolicismo teria sido um motivo de choque com organizações anarquistas (BARTZ, 2008, p. 163). Essa falta de relação com os anarquistas é confirmada por um dos contemporâneos de Nequete. Octávio Brandão (1978, p. 243) dizia que Nequete, um “fanfarrão e charlatão”, além de despejar “a cada momento, fora de propósito, citações de Lênin, extraídas de más traduções espanholas”, “sentia um ódio furioso dos anarquistas”.

Outra trajetória bastante diversa foi a de Cristiano Cordeiro. Embora tenha participado de organizações operárias associadas ao anarquismo, nunca fez parte dessa corrente (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 31). Cordeiro era maçom, em um período em que alguns setores da Maçonaria apontavam certa simpatia pelo socialismo, ainda que por sua versão reformista (SILVA, 2014). Esse setor da maçonaria parece ter em grande medida se aproximado do socialismo por conta de sua inserção no movimento anticlerical, como é o caso do também maçom Everardo Dias, que viria a aderir ao PCB pouco depois da fundação do partido (SILVA, 2016).

Considerações finais

Ainda que fosse preciso apontar outras informações acerca das organizações e dos militantes que convergiram na fundação do PCB, os elementos acima apontados indicam pelo menos duas conclusões fundamentais. Primeiro, que a cultura política compartilhada pelos diferentes setores do movimento operário na Primeira República convergiu também na fundação do PCB. Embora o impacto mais evidente seja a Revolução Russa e o processo de reorganização do movimento socialista internacional, setores oriundos das mais diferentes correntes políticas e ideológicas convergiram no processo que levou à

fundação do partido, como parte dos enfrentamentos políticos ocorridos nas primeiras décadas do século.

Segundo, que, embora os militantes que fundaram o partido tenham sua origem principalmente no anarquismo e no sindicalismo revolucionário, militantes com outras trajetórias teóricas e políticas também convergiram nesse processo. De um lado, há a aproximação com o comunismo de militantes oriundos de correntes republicanas afinadas com o positivismo, em especial os militantes oriundos do movimento anticlerical. Por outro lado, há também alguns militantes que têm sua origem nas pouco influentes e esparsas tentativas de organização socialista, portanto, setores influenciados pelo marxismo da Segunda Internacional e que, no Brasil, como parte do processo de reorganização do movimento socialista internacional, se aproximaram da Revolução Russa e da Internacional Comunista.

Embora essa interpretação não se coloque contra a narrativa difundida de forma recorrente, de que o PCB teria sido fundado por militantes oriundos do anarquismo, pelo menos permite relativizar o processo de construção do partido. Com isso, se percebe uma maior pluralidade em sua fundação, que permite inclusive compreender as análises e posições assumidas nos primeiros anos de fundação do partido, muito mais afinadas com a realidade política e social brasileira que com os modelos que viriam a ser impostos pelo stalinismo, por meio da Internacional Comunista, no final da década de 1920.

Referências

- ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- BARTZ, Frederico Duarte. Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. **História**

Social, v. 14/15, 2008.

BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.

CARONE, Edgard. **Leituras marxistas e outros ensaios**. São Paulo: Xamã, 2004.

CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CORDEIRO, Cristiano. Depoimento a Ricardo Noblat. **Memória e História**, Nº 2, 1982.

DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962.

DULLES, John Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

JOFFILY, Mariana. **O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)**. São Paulo: Alameda, 2012.

LEUENROTH, Edgar. **Anarquismo: roteiro da libertação social**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

PETERSEN, Sílvia & LUCAS, Maria (Org.). **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

REBELO, Apolinário. **Jornal A Classe Operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

SILVA, Michel Goulart da. **Entre a foice e o compasso: imprensa, socialismo e maçonaria na trajetória de Everardo Dias na primeira república**. 2016. 211 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

SILVA, Michel Goulart da. Uma análise da historiografia acerca da trajetória de Everardo Dias. **Revista de Estudos His-**

tóricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña, v. 6, n. 2, 2014.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

Z Aidan Filho, Michel. **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

Z Aidan Filho, Michel. **PCB (1922-1929)**. São Paulo: Global, 1985.

6. “Meu Brasil é brasileiro, — Comunista
— não senhor!”

A Revolução Russa e as representações anticomunistas no
Correio Riograndense (1945)

Daniela Sobierai

Mateus Gamba Torres

“Alertai a humanidade contra o comunismo”

É com essa manchete que o leitor do *Jornal Correio Riograndense* se depara no dia 28 de fevereiro de 1945, exortando às pessoas da pequena comunidade católica de imigrantes italianos da cidade de Garibaldi no Estado do Rio Grande do Sul, a ficarem atentas aos perigos que o comunismo pode trazer ao mundo!¹ Mas porque tanto medo do comunismo? Porque todos deveriam ficar alertas?

Na sociedade brasileira no século XX, o comunismo representava o ateísmo para os católicos, o estrangeirismo para os nacionalistas e o fim da propriedade para os liberais. Cada grupo via no comunismo um de seus inimigos principais. No Brasil, os valores religiosos católicos constituíram-se em um dos fundamentos principais para a mobilização anticomunista².

Para falar sobre o anticomunismo católico, devemos começar apontando as encíclicas papais que trataram do tema. Segundo Carla Simone Rodeghero,

Diversas encíclicas papais trataram da questão, entre elas a *Divini Redemptoris* de 1937, de Pio XI, em que ele afirmou ser o comunismo “um sistema que desconhece a verdadeira origem, natureza e fim do Estado e nega os direitos da pessoa humana, de sua dignidade e liberdade”³.

¹ *Correio Riograndense*, Garibaldi, 28 fev. 1945, nº 9, ano 36, p. 1 e 2. Disponível em <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>> Acesso em 15 jun. 2016.

² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

³ RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: UPF, 2003. p. 32.

A Igreja Católica estipulava como deveria ser o Estado, supostamente preocupada com direitos da pessoa humana e sua liberdade. Tais encíclicas criavam representações que faziam com que a Igreja se colocasse como a salvaguarda desses valores. Interessante perceber que no Brasil, no ano de 1937, havia um governo com características ditatoriais (estado de sítio, censura à imprensa etc.), – que nos meses seguintes iria se transformar em uma ditadura ainda mais repressiva com o Estado Novo – e que possuía total apoio da Igreja Católica no Brasil. Principalmente após o 10 de novembro de 1937, esse governo seria reconhecido na História do Brasil justamente pela repressão e pela tortura de seus opositores, assim como pela censura à imprensa e aos meios de comunicação, mas mesmo assim continuava apoiado pela Igreja Católica⁴.

Dialogando com Roger Chartier, as representações são construídas a partir de uma percepção do social que se tornam discursos e que assumem uma posição, tendo suas características próprias. Desse modo, grupos que tentam impor ou impõem sua concepção do social, os seus valores, se enquadram, segundo o autor, nas lutas de representações⁵. As relacionadas ao anticomunismo, divulgadas por meio das encíclicas e do jornal aqui mencionado, possuíam uma intencionalidade de caráter político, social e religioso. A imprensa católica foi essencial para a divulgação da posição da Igreja e para recomendar um modelo de condução das ações, escolhas e condutas da população, que deveria reprimir e evitar qualquer possibilidade de invasão e atuação comunista no país.

⁴ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Coleção **O Brasil Republicano. v II**. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006. p. 107-143

⁵ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre praticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

As Encíclicas de Leão XIII falavam sobre a forma “antinatural” do comunismo. Esse Papa coloca três direitos naturais inquestionáveis que seriam violados: a propriedade, a família e o poder paterno. A falta de propriedade faria com que os seres humanos dominassem de forma confusa a terra e que esta, dividida em propriedades, não deixaria de estar a serviço de todos. A família e o casamento – o adágio “Crescei e Multiplicai-vos” – estariam intimamente ligados com essa propriedade, pois um pai de família somente conseguiria mantê-la com suas posses, organizando e estruturando o futuro de seus filhos⁶.

Na região de Garibaldi, no estado do Rio Grande do Sul, o jornal católico *Correio Riograndense* assumiu o papel de divulgador dos ideais contrários ao comunismo. Ao se debruçar sobre o trabalho de análise dessa fonte como objeto de pesquisa histórica, é preciso considerar as razões que o levaram à publicação de tal assunto e atentar para a maneira utilizada pela imprensa para dar destaque aos fatos e aos locais dos quais se estava tratando, no caso na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Além disso, é importante perceber em que contexto se deu a publicação e analisar o discurso produzido, identificando quem são os responsáveis pela linha editorial⁷.

A imprensa católica no estado do Rio Grande do Sul surgiu a partir da década de 1890 e ao longo dos anos surgiram vários jornais, entre eles destacamos o jornal *Correio Riograndense*. Foi fundado em fevereiro de 1909, no município de Caxias do Sul – RS, pelo padre italiano Carmine Fasulo, e inicialmente era editado em italiano com o nome de *Lá Libertá*. O periódico

⁶ RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Op. cit. p. 32.

⁷ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. 3. Ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

iniciou com o propósito da divulgação de assuntos que diziam respeito à Igreja, já que era um jornal católico e abordava assuntos sobre a religião, economia, saúde, notícias regionais e internacionais. Devido às dificuldades encontradas, que ameaçavam o fim da circulação do mesmo, o Padre Giovanni Carlotto, com auxílio dos padres Capuchinhos e o católico Adolfo Moreau, realizaram a compra do jornal e transferiram a sede para o município de Garibaldi⁸.

Desde sua gênese, o periódico teve várias denominações, a saber: em 1911, o nome foi alterado para *Il Colono Italiano*; a partir de 1917, passou a ter o nome de *Stafetta Riograndense*, sendo a edição do semanário essencialmente assumida pelos capuchinhos; e em 1921, a propriedade do jornal passa a ser integralmente dos frades capuchinhos. Em 1941, o diretor faz a troca/tradução do jornal que passou a se chamar *Correio Riograndense*, assim passando a ser editado todo em português. Já em 1945, o jornal possuía sua sede no município de Garibaldi, tinha circulação semanal e assinantes distribuídos por várias regiões. Nesse período, os nomes dos responsáveis pelo periódico estavam estampados no alto da primeira página, mostrando que o proprietário era Thiago Benjamim Roncato⁹, o diretor-gerente Antônio Francisco Bianchi¹⁰ e, por fim, o re-

⁸ CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi (1870-1993)**. Porto Alegre: Edipucrs, 1993. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/irmaosmaristas/historiadegaribaldi.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

⁹ O jornal era propriedade da ordem dos capuchinhos, mas por questões legais e administrativas um frei geralmente assumia como proprietário. O nome religioso de Thiago Benjamim Roncato era Frei João Batista Roncato. Informações retiradas do livro: **Órgão Oficial da Província Sagrado Coração de Jesus Freis Capuchinhos do Rio Grande do Sul. Província dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul, 2011.

¹⁰ O capuchinho também era conhecido pelo nome religioso Frei Marcelo Bianchi. O frei administrou o jornal como diretor/gerente desde 1940 até 1946, como comprovado na carteira profissional que está em anexo. Ao assumir o cargo passou a editar duas páginas do jornal em português.

dator-secretário chamava-se Hermínio Horácio Tondello¹¹.

O Correio Riograndense era um jornal católico e não divulgava somente questões voltadas para a religião, mas também à agricultura, assim como notícias sobre a comunidade e região. Para adquirir o jornal, as pessoas deveriam realizar cadastros e os assinantes tinham que pagar Cr\$ 15 (quinze cruzeiros) anualmente, assim o receberia semanalmente. Nesse período, o jornal possuía agentes responsáveis para a distribuição, divulgação e pela cobrança do periódico¹².

Em relação à estrutura do jornal, pode-se afirmar que geralmente apresentava quatro laudas. Por ser um jornal católico, as primeiras páginas geralmente eram destinadas a informações voltadas à Igreja. Nos primeiros meses do ano de 1945, a estrutura do jornal não passou por muitas alterações, pois geralmente as duas primeiras laudas retratavam notícias sobre a Igreja, sobre os dogmas, assuntos voltados à vida religiosa, sobre os males que assombravam a igreja e os fiéis e recomendações sobre a importância da religião na vida do povo, além das informações regionais referentes às cidades de Garibaldi, Caxias do Sul e Flores da Cunha.

No início de sua criação, a circulação do jornal se dava especificamente na região nordeste do Rio Grande do Sul. Posteriormente atingiu outras regiões, como o norte do estado, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná, devido ao pro-

Informações retiradas do livro: Órgão Oficial da Província Sagrado Coração de Jesus Freis Capuchinhos do Rio Grande do Sul. **Província dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul, 2011.

¹¹ O nome religioso era Frei Ambrósio Tondello. Informações retiradas do livro: Órgão Oficial da Província Sagrado Coração de Jesus Freis Capuchinhos do Rio Grande do Sul. **Província dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul, 2011.

¹² Esses agentes eram escolhidos pelas lideranças das comunidades católicas, e deveriam dar prioridade para os alfabetizados, por isso, eram geralmente professores ou padres. RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Op. cit., p. 125.

cesso migratório ocorrido a partir da primeira metade do século XX. Assim sendo, mesmo morando em outras regiões, os imigrantes continuavam sendo assinantes do *Correio Riograndense*.

A escolha de se trabalhar com o ano de 1945 deve-se ao fato do jornal, neste período, intensificar seus ataques ao comunismo, chegando a criar em agosto uma coluna específica sobre o tema chamada “O comunismo ateu”. Isso não chega a ser uma surpresa, visto que o ano de 1945 foi de intensa luta que resultou na legalização do Partido Comunista do Brasil. Todavia, não serão utilizadas publicações somente dessa coluna, visto que anteriormente, em outras matérias do jornal, as publicações anticomunistas já aconteciam de forma intensa.

O periódico buscava reafirmar a identidade local e a religiosidade em contraposição às caracterizações que atribuíam ao comunismo. Segundo o jornal, o regime bolchevique destruiria os costumes, os valores da família e a religião. Para melhor exemplificar, vejamos a manchete a seguir, retirada da coluna com o título “O comunismo ateu”, que passou a ser veiculada a partir de agosto de 1945 com o título “Por que a Igreja Católica não admite o comunismo?”:

Porque o comunismo é ateu e antirreligioso; nega a existência de Deus e é inimigo da religião cristã. Porque o comunismo é ditadura sobre os operários que se convertem em máquinas do governo vermelho, instrumentos da vitória de um grupo privilegiado. Porque o comunismo quer subversão da família pela imoralidade do amor livre e arrancar os filhos ao poder dos pais para transformá-los em escravos do Estado¹³.

O jornal retratava o comunismo como “inimigo”, negando a

¹³ PORQUÊ a Igreja Católica não admite o comunismo. In: “O comunismo Ateu”. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 28 nov. 1945, nº 44, ano 36, p. 1. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

existência de Deus, além de ferir a constituição da família. O comunismo era considerado um sistema subversivo que escravizava as pessoas e as submetia ao Estado.

A Revolução Russa aparece com o nome de seus líderes e seus objetivos mundiais.

A Violência

Em 1918, Lenin fez uma profecia que não se realizou: ele profetizou que a consequência lógica, necessária, inevitável da grande Guerra seria a Revolução Universal; a Revolução do proletariado, contra os burgueses, e, portanto, a socialização de todos os meios de produção¹⁴.

Eric Hobsbawm irá trabalhar com o conceito de Revolução Mundial ao tratar da Revolução Russa. Não somente esse movimento modificou a vida da população desse país, como mostrou que a possibilidade de ocorrer uma Revolução que derrotasse o capitalismo existia. Pela mensagem colocada acima, é perceptível que os redatores possuíam essa visão, demonstrando que tal representação fazia parte de seu cotidiano¹⁵.

Continuando a trabalhar com a coluna, verificam-se então as representações negativas que se estabelecem ao se falar de uma eventual revolução comunista.

Não tendo surgido espontânea a revolução, nos anos de após guerra, os comunistas criaram a Terceira Internacional (Komintern), a fim de que a Revolução mundial se tornasse um fato concreto. E para torná-la um fato concreto deviam empregar os meios mais aptos. Num primeiro tempo pensaram os comunistas que o grande meio seria — A VIOLÊNCIA. — O Comunismo devia passar como um ROLO COMPRESSOR sobre todos os obstáculos e esmagá-los¹⁶.

¹⁴ VIOLÊNCIA. In: O Comunismo Ateu. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 12 set. 1945, nº 33, ano 36, p. 1. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

¹⁵ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: O breve século XX.

¹⁶ VIOLÊNCIA. In: O Comunismo Ateu. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 12 set. 1945, nº33, ano 36, p. 1.

Como a Revolução Mundial não ocorreu conforme os planos de Lenin, espontaneamente, os comunistas agora teriam um novo plano: utilização da violência para impor sua vontade. Percebe-se que tudo o que o jornal coloca que diga respeito à URSS e ao comunismo deve fazer parte de um conjunto de ideias que levam ao medo. Seria um regime impiedoso que passaria por meio de invasões como um “rolo compressor”, algo que esmagaria a população violentamente, contra a sua vontade, e instauraria um regime vermelho.

No contraponto de tal proposta, vemos o elogio ao que ocorreu na Espanha, onde o General Franco “purificou” a nação.

Aconteceu, porém, que aos movimentos de violência dos comunistas, surgisse um contra movimento de caráter nacional, para proteger, salvaguardar e defender os direitos da Religião, da independência nacional, da família e do indivíduo. Assim aconteceu na Espanha com o General Franco, que purificou a Nação espanhola dos terríveis germes de infecção comunista, que certamente a teriam conduzido à morte, apagando seu nome dentre as Nações livres¹⁷.

Um movimento nacionalista, contrário ao comunismo, ou seja, não era “estrangeiro”, segundo uma das representações do anticomunismo¹⁸, salvaguardando os direitos da Religião, sendo que o comunismo ou a “infecção comunista” levaria à falta de liberdade, que tiraria a Espanha do contexto de nações livres. É importante ressaltar que nesse momento a Espanha vivia a ditadura do General Franco, com a prisão de seus opositores em campos de concentração desde 1937¹⁹. Porém, a

¹⁷ Ibidem, p. 1.

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**.

¹⁹ SOLER, Jordi Garcia. **Los esclavos del franquismo**. In: Foro por la Memória. Disponível em:

representação do governo é extremamente positiva, visto que anticomunista e apoiado pela Igreja Católica da Espanha²⁰. O importante nessa citação é perceber que o jornal elabora duas representações: Franco, “o bem”, e o comunismo como “o mal”.

Diferente da violência antes mencionada, nesse momento, no Brasil, o jornal apresenta os comunistas ainda tentando convencer a população por meio de mentiras, de um belo discurso que não poderia ser levado a sério. E que a “verdade” do jornal se contraporía à mentira dos “vermelhos”.

Qual a verdade? Serão sinceros os comunistas, e queremos dizer os comunistas brasileiros, como Prestes, um Mota Lima, etc. etc., quando dizem que suas intenções são pacíficas?

Nossa repulsa ao credo comunista é a mais completa: tanto agora, como quando empregava métodos de violência. O Comunismo não mudou seus ideais; o que ele modificou, foi simplesmente a tática de propaganda; chegando ao poder: perseguiria a Religião; proclamaria a lei do divórcio; escravizaria os trabalhadores. O novo método tem um nome, é TAPEAÇÃO.

Nenhum dos que merecem o nome de brasileiro e de cristão cometa o hediondo crime de colaborar com os inimigos de Deus e do Estado²¹.

Segundo o jornal, os comunistas “tapeariam” os brasileiros com seus discursos e instalariam três contrapontos à fé católica: perseguiriam sua religião, proclamariam a lei do divórcio, contra a tradição da família brasileira, e escravizariam o trabalhador. O jornal, como veículo católico, coloca uma ordem: religião, família e trabalhadores. A representação da religião como mais importante, porém sem deixar de contemplar os

<http://www.foroporlamemoria.info/documentos/esclavos_franquismo.htm>. Acesso em: 25 mar. 2017.

²⁰ GRAHAM, Helen. **Breve História da Guerra Civil Espanhola**. Tradução de Vladimiro Nunes. Lisboa: Tinta da China. 2006.

²¹ COMUNISMO ateu. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 12 set. 1945, nº 33, ano 36, p. 1. Disponível em:

<<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>>. Acesso em: 15 jun. 2016

dois outros elementos valorizados por aquela sociedade: família e trabalho, afirmando que os cristãos estão proibidos de colaborar com os comunistas, inimigos de Deus e do Estado. Conservar talvez seja o verbo mais adequado a essa representação, conservar o Estado capitalista da maneira como era, conservar a religião católica na crença num deus específico cristão e católico, religião predominante na região.

“Não há salário na Rússia”

Destaca-se no jornal a importância que as representações anticomunistas assumiram e os mecanismos utilizados com o objetivo de divulgar uma imagem negativa do comunismo, incluindo as práticas e a organização social desse regime. É visível que as representações escolhidas por parte do jornal católico envolvem relações de interesse e de poder.

Além disso, reitera-se que as representações anticomunistas apresentam uma imagem, uma construção de uma realidade. Quando a representação do real é descrita no jornal, símbolo de uma “verdade letrada”, ela passa a ser um mecanismo de influência que faz com que as pessoas reflitam sobre o que era este “ser comunista”. Muitas das representações produzidas sobre o “inimigo” comunista estavam associadas às imagens, ideias e mitos.

O jornal CR era distribuído tanto nos centros rurais quanto nos centros urbanos e as publicações se direcionavam também para os diferentes públicos leitores. As representações anticomunistas, desse modo, se direcionavam também para os operários dos pequenos centros urbanos da região.

Dito isso, analisar-se-á outra publicação do CR, que transcreveu o artigo de uma revista de Recife chamada *Tradição*, direcionada aos operários, com o enunciado “Como é tratado o operário na Rússia”:

Não há salário na Rússia. O operário ganha pelo que produz. O operário não pode faltar ao serviço, sob penas severas. O operário russo não tem o direito de escolher o seu local de trabalho. Vai para onde o governo comunista determinar e muitas vezes se separa de sua família por anos a fio, pois é proibido de levá-la em sua companhia. O operário russo mora na casa que a autoridade soviética determina, a qual a maioria das vezes é anti-higiênica, pequena e sem qualquer conforto. O operário que vive na Rússia não tem direito de fazer reclamação de espécie alguma. Quando um deles tem a audácia de fazer isso é logo despedido, perde sua carteira, correspondente à nossa carteira profissional, e quando não vai parar na cadeia, o que é um milagre, morre de fome porque nenhuma fábrica o aceita. O operário russo é obrigado a votar nos candidatos do Partido Comunista, escolhidos pelo Governo. Do contrário, o seu voto é nulo²².

O referido texto divulgado e publicado também no CR traz muitas informações sobre a suposta situação em que se encontravam os operários na Rússia. Os elementos acima declarados, de que não existiria salário e que eles ganhariam só pelo que produzissem, além de estarem sob condições severas e serem tratados como escravos, são argumentos para deixar claro que esse regime de forma alguma deveria ser implantado no Brasil, pois se isso ocorresse seria seguido o exemplo da Rússia, deixando assim os operários condenados ao sofrimento. Pode-se inclusive perceber que a escolha do artigo e a menção à escravidão, tocavam fundo para aquela sociedade de pessoas que vieram para “substituir a mão de obra escrava” pela assalariada de imigrantes europeus brancos, vistos como “trabalhadores ideais”, “civilizados” e que se sentiam “racialmente superiores” aos antigos escravos existentes no Brasil²³.

²² COMO é tratado o operário na Rússia. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 24 out. 1945, n^o 39, ano 36, p. 1. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>> Acesso em: 15 jun. 2016

²³ WOODARD, James. De escravos e cidadãos: raça, republicanismo e cidadania em São Paulo. In, ABREU, Martha (et ali). **Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico**. Niterói: Ed. UFF, 2013, pp. 63-75.

Por isso, era preciso alertar à população, pois, se o comunismo fosse implantado, os trabalhadores seriam condenados à escravidão, sendo obrigados a trabalhar em qualquer lugar, pois os operários não podiam nem ao menos escolher o seu local de trabalho. Não era permitido que eles reclamassem em nenhuma circunstância. Em caso de reclamação, os operários poderiam ser penalizados, com punições que iam do grau mais brando ao mais severo. No caso deste último, poderiam ser despedidos e impedidos de trabalhar em outras fábricas, o que os fadava à fome e à miséria.

O exemplo mostrado acima faz parte do conjunto de representações de uma suposta realidade no país comunista e reafirmar o quanto era terrível a vida dos operários que viviam nas desconfortáveis casas das autoridades soviéticas. Além disso, seriam obrigados a seguir todas as ordens do Governo, como por exemplo, votarem exclusivamente nos candidatos do Partido Comunista, pois se isso não ocorresse o voto seria nulo.

O Brasil, no ano de 1945, já possuía leis trabalhistas que garantiam uma maior proteção e estabilidade. Por isso, as representações de comunistas como inimigos do povo trabalhador deveriam causar impacto na classe operária que, sob nenhuma hipótese, deveria defender um regime que escravizasse a população, privando-lhe de todas as suas liberdades, seus direitos e sua família. Falando assim da URSS, o artigo também passava a impressão de que no Brasil o trabalhador teria “liberdade” para “escolher” onde vai trabalhar, como se vivêssemos numa sociedade de pleno emprego, que os comunistas iriam desprezar.

Para declarar a veracidade da notícia, eles expõem o seguinte trecho:

Todas as afirmações acima encontram-se documentadas nos livros seguintes: “Entre os russos” do insuspeito William White em “Sele-

ções” de abril de 1945; “A URSS do DEAO” de Ildefonso Albano; “STALIN, czar de todas as Rússias” de Eugene Lyons, e em vários outros²⁴.

Os questionamentos são muitos em relação a essa publicação: será mesmo verídico aquilo que é apresentado ao leitor? Ou seja, quais são os recursos que possibilitam aos responsáveis pelo meio de comunicação o conhecimento acerca da realidade dos operários na Rússia? Aliás, que bases teóricas nortearam tais afirmações para serem consideradas como verdade? Essas perguntas inevitavelmente surgem ao se fazer análise das fontes. Para fins desta pesquisa, o fato de a realidade trazida pelo jornal condizer ou não com “a verdade” concreta não importa. O fulcro do artigo é mostrar como era representada pelo jornal uma suposta realidade acontecida na URSS para influenciar o pensamento da população daquela região.

Para complementação e reafirmação da situação em que se encontravam os operários com o regime comunista, o CR apresenta um discurso de um operário brasileiro residente na cidade de São Paulo, chamado Galdino Ramos, que, segundo o jornal, proferiu as seguintes palavras:

O comunismo não é e não pode ser o caminho para o operário livre e consciente. Só os loucos e os apaixonados, só os envenenados pela pregação comunista mentirosa, podem dizer ao trabalhador do Brasil que o comunismo lhes dará a solução que desejam. É preciso gritar aos ouvidos do operário que essa solução o comunismo não lhes poderá dar, que essa solução só nascerá da dignificação do trabalhador e nunca de sua opressão ao serviço de uma máquina de Estado, de uma ditadura tenebrosa comunista²⁵.

²⁴ COMO é tratado o operário na Rússia. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 24 out. 1945, nº 39, ano 36, p. 1. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>> Acesso em: 15 jun. 2016

²⁵ DISCURSO dum operário. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 24 out. 1945, nº 39, ano 36, p. 1. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>> . Acesso em: 15 jun. 2016.

O jornal utilizou como estratégia trazer primeiramente informações sobre a vida e condições dos operários russos para então relacionar com o discurso de um operário brasileiro e residente no Brasil. O objetivo tencionado era mostrar que o comunismo não defenderia as causas operárias, pois era um sistema opressor e uma ditadura tenebrosa. Dessa forma, aqueles que defendessem o comunismo serviriam à máquina de Estado, contribuindo para a sua própria decadência – se tornando escravos. O comunismo, então, por ser mentiroso, não iria ser a solução para a classe operária, como é afirmado nas citações acima, por isso, o operário afirma que “O comunismo não é e não pode ser o caminho para o operário livre e consciente”.

Para quebrar o mito de que a Revolução Russa foi feita para os operários, o jornal faz uma análise “econômica” do antes e depois do acontecimento, mostrando que o trabalhador soviético ganha menos e tem uma vida pior após a implantação do comunismo.

Ganho hoje 58 rublos (500 Cr\$, mais ou menos) por mês. Porém no dia do pagamento, quando me aproximo da caixa, mostraram-me uma longa lista de reduções ao meu salário... (assinaturas de jornais; socorros aos comunistas estrangeiros; propaganda dentro e fora da URSS etc.) Pagas as reduções, não me restam senão 40 a 45 rublos. Se eu protestar ou zombar desses jornais que se não leem, dessas festas estrangeiras... expulsam-me imediatamente da fábrica, ou mesmo me aprisionam. Isto aconteceu a três camaradas meus. Despediram-nos e a célula comunista local, que é a instituição mais totalitária que se possa imaginar, proibiu categoricamente dar-lhes trabalho ou qualquer socorro. Assim a gente se cala. Ganhando 40 rublos, que posso eu comprar com isto? Os preços triplicaram e muitas vezes quintuplicaram. Antes da revolução comunista eu ganhava 65 rublos e ganhava tudo. Era a idade de ouro. Tudo caminhava melhor. Como posso eu viver com 40 rublos? É uma existência satânica esta da Rússia. Que vá para ao inferno esse poder operário, sob o qual o mesmo operário russo agoniza. E os comunistas ousam dizer que trabalham em favor do proletariado! Quando tinham necessidade de nós, no tempo da re-

volução, berravam: habitareis todos nos palácios dos burgueses! Tudo será vosso! São belos os nossos palácios hoje!²⁶

Antes da Revolução ganhava mais, 65 rublos, não precisava pagar nada e ganhava tudo, diz o operário. Com o regime comunista teria os descontos e reduções nos salários. É perceptível a contraposição apresentada: a) capitalismo: liberdade de fazer o que quiser com o salário; b) comunismo: você não decide sobre seu dinheiro, tem que pagar reduções, inclusive socorro aos comunistas estrangeiros. O capitalismo seria o regime da liberdade, o salário somente pertenceria ao trabalhador, ao contrário do comunismo, em que o governo decide o que você irá fazer com seu dinheiro. Além disso, os preços estariam subindo e o salário, desvalorizando.

O totalitarismo da célula comunista impediria os opositores de trabalhar caso reclamassem, ou seja, o poder não era do operário, era do governo. O jornal tenta demonstrar também que o comunista usa da mentira para convencer os trabalhadores, dizendo que quando o comunismo precisava dos trabalhadores para fazer a revolução, falavam que tudo seria do proletariado. Mas a realidade, segundo o jornal, não era essa. Isso serviria como um exemplo para que o trabalhador brasileiro não se convencesse de que o comunismo era melhor. Afirma ainda que os comunistas seriam mentirosos inescrupulosos, que não cumpriram suas promessas, fazendo que o povo acabasse na miséria.

Interessante perceber que isso era reportado pelo jornal sobre a Rússia, fazendo supor que o Brasil da época seria uma maravilha, sem inflação, com trabalho para todos e com um governo democrático. Era o fim da Ditadura do Estado Novo.

²⁶ “TUDO será vosso”: In: O comunismo ateu. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 22 ago. 1945, nº 30, ano 36, p. 2. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>> Acesso em: 15 jun. 2016.

Segundo Capelato, a carestia foi progressiva durante o Estado Novo. As reclamações de trabalhadores eram inúmeras em 1941. Com a entrada do Brasil na Guerra, a situação se agravou ainda mais. Os salários cresceram pouco, o custo de vida triplicou entre 1935 e 1945. A renda das famílias operárias caiu, houve restrição na alimentação e somente era considerado cidadão quem trabalhava, pois desempregados eram marginalizados e perdiam a condição de cidadão. A única diferença que se percebe nas características apresentadas pelo jornal e por Capelato é a possibilidade de reclamação na justiça do trabalho do operário brasileiro. Apesar do desenvolvimento durante o Estado Novo, por meio de incentivos fiscais e estatais, a região pesquisada enfrentava problemas graves durante o período pesquisado, especialmente relacionados à restrita aplicação da poupança em investimentos produtivos, à carência de energia elétrica e à fragmentação do capital industrial, na medida em que representou uma restrição aos investimentos produtivos e ao crescimento da produtividade²⁷.

Além disso, percebemos que o jornal sabia lidar com o medo do trabalhador, pois falar que a célula comunista deixava o trabalhador que reclamava desempregado, significava dizer que perderiam sua cidadania e direitos, no contexto brasileiro da época.²⁸

Para completar, vemos nos jornais um elemento regional típico, o gaúcho, fazendo uma “trova” contando por que não é comunista e trazendo a “verdade” sobre o comunismo. O elemento regional aplicado a convencer os trabalhadores a não se

²⁷ HERRLEIN, Ronaldo Jr; CORAZZA, Gentil. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-85). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (Coord.). GERTZ, René (Dir.). **República: da Revolução de 1930 à ditadura Militar (1930-1985)**. História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 4. República (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007.

²⁸ CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** Op cit. p.107-143

iludirem com o comunismo pode ser sempre usado nessas situações como algo que faz a população se identificar com os versos e com a personagem. Abaixo apreciamos um trecho da “trova”.

Eu garanto: — No futuro, Teremos nosso quinhão! Operários, nossos filhos Terão leite, estudo e pão, Si o Brasil for. Brasileiro, Democrático e Cristão!! Eu sou um pobre operário, Tenho casa regular, Custou-me dez mil cruzeiros, Já acabei de pagar! Custou-me suor e sangue, Sacrifício de poupar! Nesta casa vive a esposa, Minha mãe e minha irmã! Se amanhã o comunismo se chegar com pés de lã, — De minha linda filhinha Que será nesse amanhã!? Pois, Lenin não quer família E o meu lar tão adorado... E minha casa querida Que com suor hei comprado, Será então repartida Com quem não tiver poupado, Que gastou o que ganhava Ou no jôgo ou no pecado!!!²⁹

Reafirma-se aqui a questão do trabalhador que, com muito esforço, conseguiu comprar uma casa e a ideia de que o trabalhador teria que dividir o pouco que tem com alguém que não poupou. É interessante também perceber a perspectiva de futuro na trova, quase que confirmando a situação descrita por Capelato, pois a melhoria do salário e a conquista de um futuro com leite, estudo e pão somente aconteceria se o Brasil continuasse brasileiro, democrático e cristão. Tal afirmação corrobora a ideia da autora de que, naquele momento, estudo e comida era algo de difícil acesso ao trabalhador e sua família. Percebe-se o objetivo do jornal em quebrar a representação da URSS como a pátria dos operários, divulgada pelos comunistas brasileiros³⁰. Por isso a insistência em chamar o trabalhador brasileiro para que se revoltasse contra o comunismo. Os trabalhadores, nesse momento, eram o público alvo do PCB, for-

²⁹ TROVA de um Gaúcho. In: Ideias dum operário. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 17 out. 1945, nº 38, ano 36, p.4. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

³⁰ MOTTA. Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. p. 106.

mando comissões de fábrica, quando consideravam que o sindicato oficial varguista não representava seus interesses. Esse inclusive pode ser considerado um dos motivos do sucesso eleitoral do PCB em 02 de dezembro de 1945³¹.

É importante reconhecer que o jornal escolheu, por exemplo, uma reportagem da revista *seleções*, que irá mostrar o pior dos mundos com a instalação do comunismo e de uma fonte relacionada à imprensa norte-americana de uma revista de renome internacional. Seria difícil para quem lesse a notícia reclamar de sua veracidade. No entanto, para fins desta pesquisa percebem-se as representações apresentadas pelo jornal como uma forma de divulgação de uma doutrina anticomunista.

“O Comunismo Ateu”

O conjunto de imagens negativas criado em torno dos comunistas representou, em grande medida, a divulgação da ideia do comunismo como sinônimo de ameaça aos valores morais e cristãos que norteavam a vida dos moradores daquela região, formada em grande parte por colonos católicos. Além disso, apresentavam ao público leitor o comunismo como a verdadeira força do “mal”, o demônio em si, e que destruiria a religião.

Os cristãos, após a Revolução Bolchevique na Rússia, tiveram alguns de seus temores concretizados: foram perseguidas as instituições religiosas, tendo sido presos e executados religiosos e fechados seus templos³².

³¹ NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 47-96.

³² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**.

Além disso, para piorar ainda mais a perspectiva e o medo católico, foi estimulada na Rússia a disseminação do ateísmo por meio do apoio a uma entidade chamada *Liga dos Sem-Deus*³³. A partir de agosto de 1945 o jornal cria uma coluna chamada “O comunismo ateu”, para demonstrar suas representações sobre o “perigo vermelho”. A coluna não trazia somente questões religiosas, mas também questões relacionadas ao trabalho, economia e vida nos países comunistas e principalmente na URSS³⁴.

Como todos os inimigos da Igreja Católica, o comunismo foi equiparado à figura do diabo. Utilizando o elemento demonológico já existente na sociedade católica e transpondo-o para o comunismo. Facilmente as imagens do satanás e do perigo vermelho se cruzariam na mente dos cristãos.

O comunismo era um demônio semelhante e, ao mesmo tempo diferente de outros que a Igreja já combatera: representava a força do mal que estivera presente no mundo desde a criação do pecado original, mas tinha características próprias e atuais, como o ateísmo e o materialismo, o objetivo de destruir a família, a propriedade privada e a pátria, de querer solapar todas as conquistas da civilização cristã. Por tudo isso, era considerado o inimigo mais poderoso e todos os tempos, o demônio mais aterrorizante e maldoso³⁵.

A utilização do elemento demonológico foi muito forte em outros momentos da história, sobretudo naqueles em que a Igreja se deparava com novas situações, que geravam novas concepções de vida e forma livre de pensamento. Isso pode ser visto nessa matéria elaborada no dia 14 de novembro de 1945:

³³ Ibidem. p. 21.

³⁴ O comunismo ateu. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 01 ago.1945, nº 28, ano 36, p. 1.

³⁵ RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). p. 34.

O Comunismo ateu, como legítimo representante sobre a terra do príncipe das trevas, SATANAZ, nada tendo que opor à esplêndida doutrina da Igreja, sai a campo com a arma do demônio: A MENTIRA. Durante mais de vinte anos, as fábricas de armamentos não descansavam nem de dia, nem de noite, em toda a URSS — e os Bolchevistas apresentavam-se ao mundo como sendo os paladinos da paz mundial. Era a arma da mentira, para encobrir suas verdadeiras intenções: o esmagamento dos povos livres, sob as patas do urso sanguinário³⁶.

Em contraposição à mentira dos comunistas, existiria a verdade cristã e católica. O diabo estaria por trás dos aspectos malévolos dos comunistas. A indústria de armamento soviética, segundo o jornal, teria o objetivo de fazer a guerra contra a sociedade cristã, contra os povos livres. As patas do urso representavam a URSS, o que inclusive ocorria em figuras, em desenhos de contrapropaganda comunista³⁷. Essas, novamente criadas para a população se alarmar e ter medo, pois os comunistas poderiam chegar com seu poderoso armamento e dominar a sociedade brasileira.

Ao final da passagem, concluem para contrapor-se a um dos argumentos dos comunistas brasileiros de que haveria liberdade religiosa.

ao mesmo tempo, nos países por eles dominados, enforcam Bispos, queimam vivos os Padres, condenam os católicos a morrerem de fome (Cf. o que foi publicado no n. 39 deste jornal, sobre as barbaridades comunistas contra a Religião, na Croácia). São fiéis discípulos do pai da mentira, **o diabo**(gn)³⁸.

³⁶ **O comunismo ateu.** Correio Riograndense, Garibaldi, 14 nov. 1945, nº 42, ano 36, p. 1. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>> . Acesso em: 15 jun. 2016.

³⁷ MOTTA. Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho.**

³⁸ **O comunismo ateu.** Correio Riograndense, Garibaldi, 14 nov. 1945, nº 42, ano 36, p.1. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>> Acesso em: 15 jun. 2016.

Os comunistas, malévolos representantes do diabo, “pai da mentira”, estariam na verdade matando padres e bispos por onde passavam. Essa representação tocaria fundo numa sociedade extremamente católica e religiosa. O padre e o bispo são representantes de Deus na terra, autoridades espirituais e morais, e matar padres seria uma suprema falta de respeito e mostrava o “verdadeiro” objetivo do comunismo: acabar com a religião.

É público que a Igreja Católica é um dos grupos de poder que possuem, desde a época colonial, maior influência na vida social e política brasileira. O comunismo seria um conjunto de ideias que poderiam se contrapor a todo o sistema de crenças que possuíam os católicos. Constituíam-se em um sistema de valores que fomentava uma nova moral a ser instituída na sociedade e não deixaria a religião encontrar espaço para se expandir.

A filosofia comunista opunha-se aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha o amor a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem embasada em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista levaria ao desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários³⁹.

Estabelecendo-se uma relação de bem e mal na sociedade, o cidadão deveria ser católico ou comunista; neste último caso era intrinsecamente mau, como o sistema que defendia. O medo de perder fiéis para essa nova filosofia causou apavoramento nos meios eclesiásticos⁴⁰.

³⁹ MOTTA, R. P. Sá. **Em guarda contra o “perigo comunista”**. p. 20.

⁴⁰RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). p. 23.

Os que se achavam nas Nações libertadas pelos comunistas, e puderam escapar e contar-nos o que está acontecendo, descrevem-nos as cenas mais horripilantes de massacres, torturas, sevícias de toda a espécie que estão sendo cometidas ainda hoje, sob a luz esplendorosa dessa Democracia universal. O que existe no mundo dos poderosos não é amor dos pobres, dos operários, dos povos; o que há, outra coisa não é, senão a exploração das massas que sofrem. Continuando nesse caminho o mundo prepara-se — ou à contrarrevolução universal, — ou a mais aviltante escravidão. Só a doutrina de Cristo, com seu preceito de amor ao próximo, poderá libertar-nos da escravidão ou do extermínio⁴¹.

O comunismo teria como característica principal o ódio em contraposição ao amor cristão. O amor cristão seria algo positivo e realizador, sendo o ódio a expressão da corrupção da natureza humana por eles elaborada. Todas as características de regimes ditatoriais comunistas são apresentadas, coisas que inclusive aconteceram no Brasil do Estado Novo. Vê-se nesse momento o medo da perda de poder por parte da Igreja Católica.

O catolicismo tinha, de forma declarada, uma doutrina que combatia seu espaço e seu poder, questionando o poder transcendental elaborado por meio do imaginário católico, contra a luta material, luta de classes que poderia modificar a ordem estabelecida. Era uma luta do transcendente contra o imanente, do bem contra o mal. A luta católica anticomunista assinalava imagens de luz e trevas, cristãos seriam *filhos da luz* ao passo que os comunistas eram os *filhos das trevas*⁴².

⁴¹ O comunismo ateu. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 07 nov. 1945, n^o 41, ano 36, p. 2. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>> Acesso em: 15 jun. 2016.

⁴² RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). p. 31.

O comunismo, assim, foi eleito como inimigo da Igreja Católica, último desdobramento das transformações da modernidade, atualização para o século XX dos *erros* iniciados no período do Renascimento⁴³.

Interessante também perceber o medo de que a “liberdade religiosa” fosse atingida, o que se verifica em várias partes dos jornais:

Não há liberdade religiosa

Na Rússia não há liberdade religiosa, na amplitude das concepções do ocidente. A Igreja Ortodoxa, que somente depois da guerra pôde movimentar-se com maior tolerância por parte do poder público, viu a quase totalidade dos seus templos fechados ou destruídos e milhares dos seus bispos e sacerdotes foram mortos pela polícia.

Claramente esse ponto é o que mais fazia tremer os católicos. Se a religião mais tradicional da Rússia tinha seus membros mortos e seus templos invadidos, por que isso não poderia acontecer com a Igreja Católica Brasileira?

Além do comunismo, outro inimigo tradicional da Igreja Católica aparece no jornal: o judaísmo. Nas passagens, o jornal tenta trazer a ideia de que o comunismo é uma elaboração judaica. Os hebreus que “mataram cristo” não poderiam deixar também de serem considerados inimigos e, como tal, ligados ao comunismo internacional. “Não é segredo para ninguém que o judaísmo internacional é a segunda força oculta, que age constantemente com o fim de destruir a RELIGIÃO DE CRISTO (grifo do autor)”⁴⁴. A segunda força, pois a primeira é o comunismo, então seriam duas forças contra a religião cristã. E continua a pregar que os judeus eram os verdadeiros elaboradores da Revolução Russa.

⁴³ RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). p. 31.

⁴⁴ O comunismo ateu. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 17 out. 1945, nº 38, ano 36, p. 1.

Pode-se afirmar, sem exagero, que a grande Revolução Russa foi obra dos judeus. A massa soturna e oprimida dos operários e dos camponeses russos conseguiria, por si só, sacudir o jugo da burguesia? Não; foram principalmente os judeus que levaram o proletariado russo à aurora da internacional e não só guiaram, mas continuam a dirigir a causa dos Soviets que conservam nas suas mãos.⁴⁵

Tal afirmação não deve gerar espanto ao leitor. Quem governava no Vaticano nesse momento histórico era o Papa Pio XII, lembrado na história por seu antissemitismo⁴⁶. Assim, não pode causar espanto que os editores de um jornal que já defenderam o fascista Franco e que segue os ensinamentos de seu Papa poderiam pensar de uma forma diferente. O judaísmo aliado ao comunismo seriam as duas formas de destruir a Igreja Católica.

Outro aspecto que se percebe nessa fala é sempre a desqualificação da inteligência ou capacidade cognitiva dos operários. Desconsideram a possibilidade de os operários se levantarem contra um regime autoritário por sua própria vontade, pensando por suas próprias ideias. Isso demonstra nas entrelinhas o que pensavam sobre o operário. Ele não teria condições de fazer uma revolução sem a ajuda do judaísmo ou de outros elementos. O trabalhador é alguém que é levado a fazer algo que não quer ou que foi enganado. No Brasil, seria enganado pelos comunistas, esses ligados ao judaísmo internacional, que usava os operários como massa de manobra para implantar seu regime e acabar com a “Religião de Cristo”.

Em síntese, todos os textos aqui analisados apresentavam um objetivo comum: convencer que o comunismo é intrinssi-

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ FRESSATO. Soleni Biscouto. **Em Amém, catolicismo rima com nazismo?** Política e história na postura do Papa Pio XII frente ao holocausto. Revista O OLHO DA HISTÓRIA, n7, dezembro. 2004. Disponível em: <<http://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/amem.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2017

camente mal, é o regime dos inimigos da religião de cristo, é o regime do diabo. A fidelidade à Igreja deveria ser inquestionável. Os católicos deveriam repudiar qualquer tipo de manifestação do comunismo.

“Partido russo a serviço de Stalin”

A preocupação se torna mais intensa no ano de 1945, quando o Partido Comunista do Brasil, ainda na ilegalidade, luta pelo seu reconhecimento na Justiça Eleitoral. A preocupação é exposta em 12 de setembro de 1945.

Estrangeiro e totalitário

Pela lei eleitoral vigente só podem ser reconhecidos como partidos políticos as agremiações partidárias de âmbito nacional e de finalidades brasileiras. Ora, o partido comunista jacta-se de ser um organismo de classe — a proletária ou ditadura proletária, — com caráter internacional e âmbito mundial; ele repudia, abertamente, os conceitos de pátria e de nação. Portanto, peca pela base e entra em conflito ideológico, jurídico, legal e de jurisdição com a nossa concepção cívica, com a nossa dicção nacional e com a nossa lei eleitoral. Portanto, o Partido Comunista no Brasil não pode ser reconhecido como partido político nacional brasileiro. Contenta-se de ser o que é: partido russo a serviço de Stalin⁴⁷.

Tal representação, de um partido estrangeiro, irá aparecer posteriormente na decisão da Justiça Eleitoral de cancelar o registro do partido em 1947⁴⁸ como a representação do comunismo como uma doutrina estrangeira, que não estaria vinculada aos interesses nacionais. Percebe-se assim a utilização de argumentos não somente relacionados à religião, mas todos os

⁴⁷ TELEGRAMAS contra o reconhecimento do Partido comunista. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 12 set. 1945, n^o 33, ano 36, p. 1.

⁴⁸ PANDOLFI, Dulce. **A cassação do Partido Comunista no cenário da guerra fria**. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>>. Acesso em: 02 ab. 2017.

argumentos possíveis, inclusive relacionados ao nacionalismo. Como mencionado, Patto coloca os grupos nacionalistas como de grande expressão na defesa dos símbolos pátrios contra estrangeirismos.

A nação, conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado. Nesse sentido, os comunistas seriam elementos deletérios, pois instigavam a divisão e a própria destruição do “corpo nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes”⁴⁹.

A nação seria cindida pelo comunista, não por uma ordem econômica injusta, herança do escravismo, latifúndios ou concentração de renda, mas sim uma divisão feita pelos comunistas de uma nação que em sua concepção viveria em harmonia.

No jornal, é estabelecida uma “análise” do estatuto do partido. Dentre as questões levantadas, aparece a Revolução de 1917 como o símbolo de algo contrário à nacionalidade, contrário ao Brasil, aos princípios e tradições do nosso povo.

O comunismo nos quer russificar

O capítulo, 1º artigo 2º dos estatutos do partido Comunista do Brasil, diz: <O Partido tem como objetivo superior organizar as massas trabalhistas do Brasil dentro dos princípios do marxismo-leninismo>.

Eis, pois, o objetivo do comunismo entre nós: organizar as multidões à moda sociológica russa, segundo o ideal russo, abraçando ideologia de Karl Marx e a revolução de Lenine. Portanto, é um partido que nos quer russificar, não correspondendo aos ideais e aspirações do povo brasileiro!⁵⁰

O jornal se arvora o direito de afirmar que o comunismo seria contrário aos ideais e às aspirações dos brasileiros. E se a

⁴⁹ MOTTA. R.P. Sá. **Em guarda contra o “perigo comunista”**. p. 30.

⁵⁰ Escravos do comunismo. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 29 ago. 1945, nº 31, ano 36, p. 1. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/Documentos/161>> Acesso em: 15 jun. 2016.

massa quisesse se unir? E se as “multidões” tivessem interesse em abraçar a doutrina de Marx? Isso não corresponderia às aspirações dos brasileiros? Nesse sentido, o jornal expõe que, se os brasileiros não se organizassem contra os comunistas, quando percebessem, contra a sua vontade, estariam dominados por Moscou.

O enunciado a seguir deixa clara a necessidade de combater o comunismo, pois o jornal destaca o seguinte subtítulo: “O que pensar do partido comunista” e, em seguida, “Aproximando-se no Brasil, agora época da propaganda eleitoral e das eleições, não esqueçamos que o comunismo é para o jornal intrinsecamente mau e não é lícita nenhuma colaboração com ele”⁵¹. No período dessa publicação, o PCB ainda se encontrava na ilegalidade, mas o partido já havia se articulado há um tempo, e, com a democratização, o medo iminente se estabeleceu. Conforme Rodeghero,

O comunismo é associado não apenas aos partidos que o têm como bandeira, mas também, como aconteceu no Brasil, a todos os partidos de esquerda, ou a alguns de seus membros em particular; aos indivíduos atuantes em movimentos sindicais, estudantis ou em qualquer outro tipo de movimento popular⁵².

Ao utilizar um conjunto de representações como o descrito acima, o jornal buscava alertar a população para o perigo da infiltração comunista nos meios eleitorais e nas propagandas, além de atentar para mobilizações que ocorriam concomitantemente a essas publicações, porque, segundo o periódico, o comunismo se infiltraria em vários setores da sociedade com objetivo de destruí-la.

⁵¹ O que pensar do partido comunista. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 28 fev. 1945, n^o 9, ano 36, p. 2.

⁵² RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964).

Ao longo do ano de 1945, o jornal tratava sobre o cuidado que o povo deveria ter ao escolher seus candidatos no momento das votações, fazendo recomendações e alertas:

Fatos e doutrinas recentes, indiscutíveis e inatacáveis, acerca dos propósitos dissolventes e sanguinários dos comunistas, teve a mais ampla repercussão, como o demonstra o fato de ter sido mandado transcrever em separado, como boletim de difusão, pela Ação Católica e pela Ordem Terceira de S. Francisco, de Veranópolis. Merece aplausos a louvável e patriótica iniciativa das Associações Religiosas de colaborar a fim de divulgar mais e mais entre o povo os sinistros propósitos do “inimigo número um do Brasil” e da Religião. As populações devem ser orientadas, para que tenham uma segura linha de conduta no pleito das eleições, que se aproxima⁵³.

Inúmeras manchetes deixavam claro o que era o comunismo na visão da ideologia católica da época e o que ele representava para a sociedade ocidental cristã. Por isso, eram escritas muitas matérias por padres e bispos que retratavam as características que compunham o imaginário anticomunista. O relato acima faz referência aos propósitos dos “vermelhos” na sociedade e dos outros grupos ligados à Igreja que estavam auxiliando nesse processo de divulgação. A instituição deveria alertar, informar e orientar a população para que prestasse atenção e não votasse em um comunista ou simpatizante do sistema ou regime que era “inimigo número um do Brasil e da Religião”.

Conforme a matéria acima, há uma necessidade de o “perigo” comunista ser amplamente divulgado, porque, para a Igreja, o comunismo representava uma ameaça aos valores estabelecidos, isso justificava o fato de a Igreja e seus fiéis estarem lutando contra a infiltração comunista.

Percebe-se a partir da reportagem que havia a participação de associações religiosas que auxiliavam no processo de divul-

⁵³ “O Comunismo”. **Correio Riograndense**, Garibaldi, 25 abr. 1945, nº 16, ano 36, p. 1.

gação “dos propósitos dissolventes e sanguinários dos comunistas”. Esse agradecimento exposto, sobre a contribuição dessas entidades religiosas, deixa a entender que era uma exaltação do ato de promover uma ação patriótica para o país.

As publicações do anticomunismo católico estiveram voltadas para a questão da estratégia eleitoral se notabilizando na defesa da tese de que os comunistas não deveriam ser eleitos e nem possuir nenhuma influência na sociedade.

Considerações Finais

O conjunto das representações presentes no jornal utilizava fortes expressões nas frases, enunciados e narrações. O temor era que o comunismo soviético fosse trazido por meio de militantes comunistas que pretendiam fazer uma nova “revolução russa” no Brasil. O povo seria guiado e enganado, não teria pensamento próprio, nem condições de analisar por si mesmo uma situação política.

Contrapondo justamente tal argumento os autores do presente artigo consideram que os brasileiros sempre tiveram algum tipo de consciência política construída dentro do espaço onde vivem, por meio do marketing, do medo ou das forças que regiam suas vidas cotidianas. Às vezes mais conservadoras, às vezes mais progressistas, mas a consciência do que é o político sempre existiu. Talvez não de forma conceitual, como quer a academia ou a mídia, ou nesse caso a Igreja Católica, mas, dentro de seu espaço e de seu modo de vida a população sabe, sim, o que é a política e o que pode fazer com ela. É um erro achar que os brasileiros são “alienados politicamente”. Os brasileiros sabem muito bem o que se passa na política nacional com maior ou menor profundidade. Pelo fato de estar inserido em determinado contexto social, o ser humano desenvolve uma capacidade de construção de uma estrutura política.

A pesquisa realizada foi uma forma de perceber quais eram as representações anticomunistas em um jornal católico no interior do Rio Grande do Sul em 1945. Elementos vistos nesse período ainda permaneceram com mais intensidade antes do golpe civil-militar de 1964 e do golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016⁵⁴.

Nota-se que atualmente ainda existe esse medo. As ideias diferentes que visam mudanças devem ser eliminadas. A polarização política atual no Brasil ainda faz pensar que haja um lado do bem e outro do mal. Assim, os movimentos sociais que visam lutar pelos direitos humanos e o bem estar social estavam em 2016 sendo caracterizados como movimentos comunistas, de esquerda, por estarem “rompendo” com os valores tradicionais brasileiros e esse seria o lado do mal. Dilma Rousseff e seu partido estariam querendo implantar uma ditadura comunista no Brasil. Existem milhares de pessoas que advogam essas ideias⁵⁵.

Já os movimentos que defendem a pátria e a conservação dos valores supostamente corrompidos estão sendo visto como salvadores, que lutam contra o mal, representado por movimentos que exprimem novas demandas sociais e por direitos, logo seria preciso detê-los. O anticomunismo ainda é hoje muito utilizado no Brasil. Essa informação é de fácil acesso. Pode

⁵⁴ Em 17 de abril de 2016, a Presidenta eleita Dilma Rousseff sobre um golpe parlamentar, travestido de um processo de impeachment, com a acusação de crime de responsabilidade por supostas “pedaladas fiscais”. O golpe foi apoiado por toda a grande mídia e teve, como em 1964 a inércia do judiciário perante flagrante inconstitucionalidade. O parlamento eivado de políticos acusados de corrupção, inclusive seu presidente Eduardo Cunha, que acaba de ser condenado a 15 anos de prisão, “condenou” a Presidenta Dilma sem prova de qualquer irregularidade cometida em seus governos.

⁵⁵ PT quer implantar regime comunista no Brasil, dizem 64% dos manifestantes de SP. In Último Segundo.

Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-04-14/pt-quer-implantar-regime-comunista-no-brasil-dizem-64-dos-manifestantes-de-sp.html>>.

Acesso em: 02 abr. 2017.

ser visualizada em *websites* na internet que mostram as manifestações ocorridas em 2016 que apoiaram o golpe acontecido contra a Presidenta Dilma⁵⁶. Basta um governo de esquerda expandir alguns direitos sociais à parte mais carente da população e essas representações afloram com mais força. Nessa hora é muito comum a dicotomia entre nacionalismo e comunismo, como no tema da ditadura militar “Ame-o ou deixe-o”.

Os cristãos, em 1945, tornaram-se o contraponto ao comunismo. Hoje, vermelhos contra verde-amarelos mostram como essa disputa ideológica e política ainda faz parte da cultura política brasileira, apenas com aspecto diverso. Tudo isso torna o debate político pobre e pueril. Pode-se dizer que existem diversas vertentes de catolicismo e de católicos e dentre elas aquelas que possuem o discurso anticomunista⁵⁷. Inclusive em declarações de votos no dia do golpe de 2016, o Deputado Jair Bolsonaro vota “contra o comunismo”.

Movimentos que apoiaram o golpe e que chamaram as pessoas às ruas, como o Movimento Brasil Livre, bradam contra o comunismo, colocando sob esse manto: conquistas sociais, feminismo, movimento negro, movimento LGBT, ou seja, tudo que nasce de pessoas que lutam diuturnamente para ter seus direitos respeitados e por isso são chamados de esquerdistas e comunistas.

Não, não era contra o comunismo, era contra as conquistas sociais dos últimos anos, das bolsas de assistência social concedidas à população de baixa renda para que estas pudessem

⁵⁶ A NOSSA bandeira jamais será vermelha. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=EjghOU7f4S4>>. Acesso em 19 abr. 2017.

⁵⁷ Exemplo de sites católicos anticomunistas atuais:
<http://catoliconacomunista.blogspot.com.br/2010/10/comunismo-x-igreja-nao-se-pode-ser.html> e
<http://www.apologistascatolicos.com.br/index.php/apologetica/ateismo/818-condenacoes-papais-contra-o-comunismo>

ao menos se alimentar, aos negros e pobres que ascenderam socialmente e economicamente, que entraram na universidade, e agora competem pelas vagas com a elite branca, contra a participação das mulheres na política, contra o reconhecimento de direitos LGBT. É contra tudo isso que foi o golpe de 2016.

7. Apontamentos sobre a influência de Lenin e da Revolução Russa na obra de Florestan Fernandes¹

Ricardo Scopel Velho

¹ O texto é a versão modificada de parte da tese de doutorado intitulada *As transfigurações da educação na teoria de Florestan Fernandes: Escola e socialização política na formulação estratégica da revolução socialista*, defendida em 2016.

Ao completar os 100 anos da Revolução Russa, o movimento revolucionário precisa fazer um balanço histórico das influências desse acontecimento para a efetivação da transformação socialista nos diferentes rincões do planeta. No caso brasileiro, penso, faz-se necessário avaliar qual a influência da Revolução Russa, especificamente da obra de Lenin, no pensamento de Florestan Fernandes. Esse artigo não tem como pretensão esgotar o assunto, mas somente elencar alguns aspectos a serem considerados no debate sobre a atualidade da revolução socialista e a contribuição do sociólogo paulista.

A influência da Revolução Russa no pensamento social brasileiro é marcante. Vários autores elaboram sua compreensão da via brasileira ao socialismo utilizando-se do paradigma russo. Florestan Fernandes incorpora dessa experiência a perspectiva leninista da mudança social.

A apropriação de Fernandes da experiência russa ocorre por meio da incorporação de conceitos como o de autocracia, de capitalismo dependente, de revolução ininterrupta, de partido revolucionário e, finalmente, de teoria revolucionária.

No livro *O que é Revolução*, de 1981, Florestan Fernandes faz uma rica e detalhada análise do processo de mudança social brasileira. Da mesma forma, aponta o caráter de classe desta mudança. A partir dessa compreensão indica quatro grandes momentos desse processo: 1. O de calibrar as palavras; 2. O de agir dentro da ordem; 3. O de conquistar o poder; e 4. O de iniciar a transição socialista após conquistar o poder.

Da compreensão desses quatro momentos e de suas articulações é possível derivar o entendimento de sua formulação estratégica.

No primeiro, aponta que é preciso localizar a atuação das classes em luta, descrever seus interesses e elucidar como a ação burguesa se materializa. No Brasil, de acordo com Fernandes, se

a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá que confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas (FERNANDES, 1984, p. 9 e 10).

O segundo, na avaliação do autor, é marcado pela ação conservadora da burguesia brasileira no interior da própria transformação capitalista. Ou seja, ela não é capaz, de acordo com essa análise, de concretizar as palavras de ordem liberais. Entre elas, a revolução nacional e a democrática. Por esse motivo, quaisquer reivindicações operárias dentro da ordem tornam-se explosivas. E, portanto, a classe dominante não pode ceder aos dominados, pois isso provocaria o risco de sua própria destruição. Dessa maneira, caberia aos dominados abrir o espaço político por dentro da ordem e reivindicar avanços imediatos e democráticos, ligados diretamente a existência cotidiana.

Desse impasse, a impossibilidade de a burguesia ceder às reivindicações democráticas, surgiria o terceiro momento: a conquista do poder. Ou seja, a derrubada da burguesia e subsequente alçamento do proletariado à condição de controle do Estado. Isso só seria possível quando os diferentes sujeitos organizados elevassem ao máximo as ações dentro da ordem, como por exemplo: a luta por escolas públicas de qualidade, por saúde pública, por reforma agrária, por reforma urbana, por melhores condições de trabalho etc.

O quarto momento é o mais complexo. Ele implica que, só após a conquista do poder, a nova classe dominante poderia exercer o seu poder para acabar com os fundamentos da exploração e da opressão. Ou seja, apenas com o uso do Estado a seu favor, o proletariado iniciaria o aniquilamento das relações

sociais determinantes da forma social do capital: a propriedade privada dos meios de produção, a divisão de classes e do próprio Estado.

Os quatro momentos diferentes se entrelaçam pela ação determinante das classes em luta. Cada passo é seguido de uma reação do inimigo em conflito, portanto, é resultante de um jogo complexo de análise da realidade e, conseqüentemente, da correlação de forças.

A construção de uma ferramenta de análise poderosa, dessa maneira, é fundamento da formulação estratégica. Por esse motivo, acredita-se que a interpretação do Brasil, elaborada por Fernandes, é o fundamento de sua compreensão da estratégia da revolução brasileira. Ao discorrer sobre a compreensão dessa realidade e do capitalismo subjacente a ela, nota-se claramente uma intencionalidade no professor Florestan Fernandes: a certeza de que sua sociologia é militante. A afirmação contém uma imprecisão, ao que parece, pois não é uma intencionalidade do método de pesquisa, mas sim uma visão do papel do intelectual nas sociedades de capitalismo dependente.

Para materializar essas mudanças profundas na sociedade, é preciso que a leitura das contradições geradas pelo capitalismo seja incorporada pelas organizações de classe. Para isso, é fundamental uma ação dirigida com precisão e objetividade, e uma estratégia política e revolucionária baseada na ciência social mais avançada.

Se a calibragem das palavras tem tanta importância, de acordo com a discussão do sociólogo paulista, um elemento teórico importante em nossa análise é o de evidenciar o conceito de “estratégia”. Segundo Clausewitz, general alemão que tornou clássica a atual compreensão sobre o termo, em seu livro *Da Guerra*,

(...) a condução da guerra é a formação e a condução da luta. Se esta fosse um ato único, não haveria necessidade de mais qualquer subdivisão, mas a luta compõe-se de um número maior ou menor, de ações separadas, completas em si mesmas que chamamos de combates, como mostramos no primeiro capítulo do primeiro livro, e que todos juntos formam novas unidades. Daqui resulta as suas atividades completamente diferentes, a da **formação e condução destes combates singulares de per si, e a combinação de uns com os outros tendo em vista o objetivo final da guerra**, ao primeiro dá-se o nome de tática e ao outro de estratégia (CLAUSEWITZ, s/d, grifos nossos).

Da compreensão rigorosa de tática e estratégia depende boa parte da elaboração teórica e prática do movimento revolucionário. A discussão sobre a estratégia revolucionária precisa, necessariamente, situar com clareza quais são: os combates táticos, os objetivos táticos, a combinação deles numa estratégia para alcançar o objetivo estratégico. Cada uma dessas ações não pode ser confundida com a outra, sob o risco de embaralhar a compreensão entre os meios e os fins.

Grosso modo e empiricamente, pode-se afirmar que as produções de organizações políticas, e também de teóricos marxistas nos dias atuais, contêm a afirmação de que a estratégia é socialista. No entanto, desenvolvendo a perspectiva de Clausewitz, pode-se concluir que o socialismo é um objetivo estratégico e não a estratégia. E mais, que é apenas uma transição para alcançar outro objetivo estratégico, o comunismo.

Assim, a condução da luta de classes, entendida por Fernandes como uma “estratégia global”, precisa ser apropriada de maneira integral. O risco que se corre ao não realizar essa complexa tarefa em sua totalidade é apreender a produção teórica do autor de maneira parcializada e, portanto, estéril para a luta política revolucionária.

Para Fernandes, a educação tem um papel importante na estratégia revolucionária. É preciso situar qual o seu papel em nível tático e estratégico. Mais uma vez traz-se o general ale-

mão: “De acordo com a nossa classificação, portanto, a tática é a teoria da utilização das forças militares em combate. Estratégia é a teoria da utilização dos combates para alcançar o objetivo da guerra” (CLAUSEWITZ, s/d). Seguindo essa categorização, pode-se questionar: Como Fernandes formula sua estratégia global rumo ao socialismo? Como se coloca a questão do poder? Qual a importância da educação como tática ou como estratégia em sua produção teórica?

Para responder, parcialmente, a essas questões é preciso retomar a apresentação das categorias explicativas da realidade brasileira e latino-americana. Na medida em que se quer localizar o papel da educação nesses processos de mudança social, mais especificamente, de mudanças revolucionárias, é preciso ater-se à compreensão do autor sobre as estratégias político-revolucionárias necessárias, nos diferentes momentos, para a realização de um projeto socialista.

Estratégias revolucionárias

Fernandes compreende a intencionalidade da ação humana na produção da história, mas isso não se dá no vazio ou ao acaso e sim dentro de determinadas tendências e conflitos. “O importante e decisivo não está no passado, remoto ou recente, mas nas forças em confronto histórico” (FERNANDES *in* CARDOSO, 1987, p. 242). Saber quais são essas forças em confronto é parte fundamental da tarefa científica e transformadora.

Ao pensar sobre a mudança social, é necessário tornar preciso o contexto da formação social onde essa ocorre. Na pista que o autor segue, sua pesquisa busca compreender o movimento do capital na particularidade brasileira e verificar onde esse desenvolvimento é mais completo. Daí seus estudos sobre a região de São Paulo. É nessa capital que está o capital!

Fernandes está seguindo o caminho metodológico herdado de Marx e Engels, buscando no mais alto grau de desenvolvimento da relação social determinante, os nexos explicativos da vida social. E, na busca de categorias que descrevam e expliquem a possibilidade de revolução, é encontrado em Marx uma passagem de sua *Introdução à Contribuição para a crítica da economia política*, que apresenta o momento em que podemos ler as mudanças qualitativas de determinada sociedade.

O resultado geral a que cheguei e que uma vez obtido serviu de fio condutor aos meus estudos pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. **Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social** (MARX, 1978, grifos nossos).

Nessa passagem, Marx nos brinda com uma teoria da mudança social, ou melhor, uma teoria da revolução em *statu nascenti*, que só pode ser compreendida com o conjunto de sua obra interpretativa do modo de produção capitalista. A menção das formações econômicas sobre as quais se erguem superestruturas jurídicas e políticas é a antessala para a afirmação de que, na produção da vida, existem relações que são necessárias e independentes de sua vontade. Portanto, são contextos nos quais os indivíduos não escolhem como viver, se numa socie-

dade com relações de produção escravistas, servis ou assalariadas.

Em seguida, surge a descrição da abertura de um processo de revolução social, quando as forças produtivas se chocam com as relações de produção. Exemplificando, podemos dizer que isso ocorre quando a vida não flui, quando as formas de produção da existência ficam ameaçadas. Onde há comida, mas também há fome; onde há vacinas, no entanto, as crianças morrem; onde existem alternativas e é decretado, de maneira fúrida, o fim da história.

O trecho nos mostra um conjunto de categorias as quais podem explicar o movimento de transformação da realidade ou, de outra maneira, quando podem ocorrer revoluções. Marx e Engels produziram essa elaboração de acordo com a realidade material da revolução burguesa, entretanto, deriva disso uma compreensão dos choques entre as classes como o motor da história.

Acredita-se que exista uma teoria da revolução, em sentido marxista, inerente à obra de Fernandes. E, assim, para descrevê-la, atem-se ao seu pensamento teórico e político sobre o capitalismo brasileiro e latino-americano. Como contribui para o movimento revolucionário, na medida em que aprofunda os elementos de análise concreta dessa formação social, arrancando do solo material as contradições específicas do modo de produção capitalista.

O autor estabelece um debate com a produção de Marx e Engels, indicando importantes fontes para a pesquisa de sua própria compreensão de história em processo e da revolução como movimento prático-político de classe. O diálogo se dá por meio das *Introduções* da coleção Grandes Cientistas Sociais, da editora Ática. Como podemos verificar no trecho a seguir:

A questão que se deve colocar aqui, como questão essencial, é clara: podia existir *uma consciência revolucionária da história* em uma sociedade capitalista que enfrentava os transe da revolução burguesa (Inglaterra e França) ou se debatia com a impotência da burguesia para soltar a sua revolução (Alemanha) sem surgir uma classe capaz de opor-se, como e enquanto classe, contra a ordem existente e encetar seu próprio movimento político revolucionário? (FERNANDES, 2012, p. 29).

O trecho evidencia a compreensão complementar das classes em formação, ou seja, só é possível descrever a ação burguesa em conjunto com a ação/reação operária. Entende-se que Fernandes situa a “fragilidade” burguesa em interface da “fragilidade” operária. Então, o questionamento acima, no qual está implícita a necessidade de uma potência de classe intrínseca ao desenvolvimento de relações capitalistas, encaixa-se na formação social brasileira como um dilema: como ter uma consciência revolucionária num contexto autoritário? A resposta é dada pela própria história na medida em que as relações capitalistas unificam os trabalhadores nas cidades e submetem todas as outras relações ao poder e à lógica do capital. Isso se desdobra em uma concentração e centralização das forças proletárias, sem que represente um salto de qualidade em sua organização, de forma espontânea.

Pelo viés da burguesia, as coisas se resolvem pela via nacional. Para o autor paulista, é a luta de classes o eixo organizador para se pensar o capitalismo. As expressões nacionais são mecanismos para a expansão das relações de produção mercantis. No Brasil, como já visto, essa classe é dominante sem ser revolucionária, durante a expansão capitalista e, por isso, sua forma de dominação requer o elemento político superconcentrado, nesse caso, no Estado.

Nesse quadro histórico, só uma teoria capaz de captar o movimento de transformação da realidade pode contribuir para a elucidação das contradições e do sentido da mudança na

sociedade brasileira. A luta de classes na ótica marxista é o fundamento da perspectiva de Fernandes, como indica a passagem a seguir, em que ele comenta sobre Marx:

Tal como convinha a alguém que enunciava a teoria da revolução social inerente à consciência de classe e ao futuro político do proletariado, dos quais participava intimamente – como militante proletário, como cientista social e como estrategista do movimento socialista revolucionário. O que interessa, aqui, é que o centro de gravidade de uma posição de classe, *por ser a posição de uma classe revolucionária em ascensão histórica*, assegurava ao cientista social uma extrema autonomia. Ele não precisava curvar-se às deformações ideológicas impostas pela ordem. Tampouco estava sujeito a novas deformações, porque uma classe social revolucionária não pode travar e vencer seus combates freando a contribuição da ciência ao alargamento e ao aprofundamento de sua consciência histórica e de sua capacidade de ação coletiva histórica (FERNANDES, 2012, p. 33, grifos no original).

Essa autonomia só pode ser conseguida quando o militante operário está em movimento de ascensão histórica em identidade com a classe revolucionária, o proletariado. Por esse motivo, compreender a formulação estratégica de Fernandes pressupõe compreender a teoria da revolução em Marx, Engels e, posteriormente, em Lenin.

Fernandes debate com um texto aparentemente conjuntural de Marx e Engels (2010) datado de 1850: a *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas*. No entanto, essa obra, com o desenrolar das experiências de transição socialista do século XX, tornou-se um clássico da teoria e da estratégia revolucionária. Fernandes sintetiza alguns pontos desse texto. Inicia assim:

(Mensagem da direção central à Liga dos Comunistas de 1850) uma circular política de K. Marx e de F. Engels. **Nela surge a ideia de “revolução permanente” e a condenação mais completa das práticas burguesas e socialistas reformistas.** Além disso, o texto é importante em virtude da análise histórica de situações concretas, evidenciando o quanto a prática subversiva foi decisiva para moldar a consciência revolucionária e vice-versa (FERNANDES, 2012, p. 35).

O autor busca na compreensão de Marx e Engels uma teoria da revolução, a qual pode ser expressa em uma orientação política concreta, para o proletariado e sua organização revolucionária. O critério básico é entender o padrão da luta de classes, numa determinada sociedade, e apreender o devir possível, traçando cenários e antecipando as intervenções concretas. Sobre a ação do proletariado:

Uma classe revolucionária, mas que se encontra ainda subdesenvolvida e fraca – como ocorria com o proletariado alemão -, descobre na prática subversiva um meio privilegiado de confrontação com as “ilusões da democracia” e de autoaperfeiçoamento (sic) através da luta de classes. O texto recomenda os dois níveis de luta do “partido operário” – **o legal e o secreto** – mas se constrói levando em conta o primeiro nível e os seus desdobramentos nas relações do proletariado com a pequena burguesia (embora, naturalmente, a atividade da Liga Comunista fosse altamente secreta e, por natureza, subversiva) (FERNANDES, 2012, p. 65, grifos nossos).

Fernandes deixa clara sua contrariedade com as “ilusões da democracia” e apresenta o caráter organizativo e operacional do partido, a partir da *Mensagem*. A forma de organizar os trabalhadores numa sociedade em transição precisa ter um elemento público, a parte legal, que se comunica direta e abertamente com a classe operária e demais segmentos sociais com interesses semelhantes. Mas sem deixar de lado a parte secreta, pois se trata de planejar a revolução que destruirá a totalidade dessa sociedade e seus fundamentos. Isso significa que os aliados de hoje serão os inimigos de amanhã e sabendo que na luta de classes os inimigos também jogam, é preciso estar preparado antecipadamente para esse cenário. Uma das ações do inimigo, no caso dessa transição de caráter democrático burguesa, a pequena burguesia, é a incorporação de todas as classes no processo de democratização da participação política no Estado e em algumas instituições dele. Nesse caso,

(...) os proletários não deveriam deixar-se corromper “com esmolas mais ou menos veladas” e tampouco deveriam trocar uma “melhoria temporária de sua situação” pela debilitação de sua própria força revolucionária. **A questão que sobe à tona é a das duas revoluções em presença.** A pequena burguesia tentava fortalecer e acelerar uma débil revolução democrático-burguesa. O proletariado constituía a única classe que poderia ser portadora de uma nova revolução social. Nesse contexto histórico, o que era um fim para a pequena burguesia, não passava de um meio para o proletariado. Assim se coloca o tema da revolução permanente: os benefícios da revolução democrático-burguesa não deviam desviar os proletários de sua própria revolução (FERNANDES, 2012, p. 65-6, grifos nossos).

Aqui, nessa passagem, Fernandes apresenta uma controvérsia entre os marxistas e uma das principais questões políticas concretas da formulação estratégica nas revoluções do século XX: a concomitância de duas revoluções. De um lado, a revolução burguesa em ascensão e de outro, a proletária, em gestação. Essa questão tem suas raízes na análise das contradições entre as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção. A seguinte passagem, do *Prefácio da Crítica da Economia Política*, de Marx, apresenta a possível raiz da polémica:

Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade” (MARX, 1978, p. 130).

Uma possível interpretação, herdeira do stalinismo da III Internacional, afirma que as transformações revolucionárias só ocorrem quando a estrutura econômica estiver saturada de desenvolvimento de forças produtivas. Por esse motivo, indica uma política de alianças pré-socialista com a burguesia, nessa fase da revolução. No entanto, outra interpretação possível indica que relações de produção de novo tipo, já incubadas no

seio da antiga sociedade, viabilizam ações de caráter socialista. Essa interpretação se aproxima da leitura do partido bolchevique sobre a revolução. A saída para esse dilema é fornecida por Lenin e está diretamente ligada às assim chamadas condições subjetivas da revolução proletária. E aqui a experiência concreta da Revolução Russa é fundamental para se entender a teoria da revolução em Fernandes, pois a Revolução de Fevereiro tem uma caráter democrático-burguês e as *Teses de Abril*, de Lenin, indicam a rápida passagem da ação operária em direção a uma revolução socialista.

Dessa maneira, a concomitância de revolução apresentada por Fernandes deita raízes na aparente similaridade da situação russa com a situação brasileira.

Ainda nos termos da *Mensagem*, sobre a necessidade de o proletariado manter-se independente, podemos verificar em Fernandes a seguinte afirmação:

Marx e Engels não endossavam as vantagens e as facilidades de uma união e de uma conciliação cegas. (...) **O objetivo central, no seu plano tático, não eram as vantagens imediatas e a sua magnitude, mas a “posição independente”** conquistada pelo proletariado, que poderia ser arruinada (FERNANDES, 2012, p. 66-7, grifos nossos).

Para garantir tal independência, é necessário um poder que emane da própria classe e que não seja simples representação, mas sim efetivo movimento de contraposição à burguesia e seu Estado. Portanto,

a saída pela **“dualidade de poderes”** é recomendada enfaticamente. Além das pressões necessárias para manter a pequena burguesia e o governo sempre acuados e dispostos a rodopiar de concessão em concessão, é proposta a formação, ao lado dos “governos oficiais”, de governos “revolucionários operários” (sob a forma de comitês e de conselhos municipais e de clubes operários e de comitês operários). **Mesmo a defesa armada independente** da classe operária é mencionada entre as condições ativas de resistência e combate à de-

mocracia burguesa. **As diferenças de objetivos impõem diferenças de métodos de luta revolucionária** (FERNANDES, 2012, p. 67, grifos nossos).

Fica cada vez mais clara a perspectiva altamente subversiva que Fernandes encontra no texto de Marx e Engels. O duplo-poder armado é a forma de a classe trabalhadora enfrentar o poder da burguesia e, assim, constituir-se como alternativa no devir histórico, inclusive enfrentando diretamente a democracia burguesa. O que nos permite dizer que não está presente, em Fernandes, qualquer ilusão democrática ou, o que seria o mesmo, dizer que sua obra é uma defesa do estado democrático e de direto.

A afirmação do duplo-poder configura-se como uma sociedade em *statu nascenti* e só pode realizar-se na medida em que superar a fragmentação da produção capitalista como autogoverno operário. Para a materialização disso, Fernandes afirma:

O problema básico, aqui, é o da centralização do poder de classe, do revigoramento e desenvolvimento do **partido operário** e da existência de condições para que o proletariado possa “opor-se energeticamente aos democratas pequeno-burgueses” (FERNANDES, 2012, p. 67, grifos nossos).

A questão da centralização do poder e do partido tem relação direta com a história de lutas em determinada formação social. No caso da Alemanha do final do século XIX, ainda não unificada, significava um avanço civilizatório grandioso, mas era fruto da ação do capital em desenvolvimento. No caso do proletariado alemão, tratava-se de aproveitar esse avanço para impulsionar suas tarefas. No caso da Rússia, no início do século XX, era uma necessidade de infringir um golpe certo e direto na autocracia czarista, sem cair em qualquer ilusão constitucional, como dizia Lenin, corroborado por Fernandes.

Em determinado ponto do transcurso histórico das revoluções burguesas, a burguesia, por meio do Estado, pôde alterar sua forma para tentar cooptar parte das exigências da sociedade de classes. Pode fazer isso por meio de aberturas democráticas, como por exemplo, as eleições. Nesse momento de luta entre as diferentes forças políticas pelo controle da transformação, Marx indica que o partido operário deve participar do processo. No entanto:

Sem temer “o triunfo da reação”, o partido teria, assim, um amplo campo político para lutar por vários tipos de medidas democráticas e “mais ou menos socialistas”, até chegar o momento de “propor medidas diretamente socialistas” (a circular arrola os tipos de medidas) (FERNANDES, 2012, p. 68).

Essas medidas, mais ou menos socialistas, são definidas pelo grau de autonomia alcançado pelo proletariado em movimento. Entende-se, assim, que se ainda não estiverem criadas condições subjetivas para impor derrotas ao inimigo, seguramente retrocede a patamares inferiores de luta e consciência de classe, como demonstrou na história as experiências: alemã, nos anos 1918 e 1923; italiana, entre 1918 e 1919; e iugoslava, no final dos 1980.

Podem-se sintetizar, em alguns tópicos, os ensinamentos do texto escolhido por Fernandes para derivar daí uma teoria da revolução:

1. A delimitação do caráter da revolução *in flux*, ou seja, qual o grau de contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção, comparando e descrevendo as diferentes experiências históricas;
2. A revolução é permanente ou, nos termos leninianos, a revolução é ininterrupta;
3. Constituir uma organização própria, independente e autônoma;

4. Essa organização deve possuir um caráter legal e também secreto;
5. Estruturar o duplo-poder nas suas diversas possibilidades históricas, inclusive armada;
6. Ação dentro da ordem (medidas democráticas) e contra a ordem (medidas socialistas). Concomitância de revoluções.

Esses elementos indicam que Fernandes trabalha teórica e politicamente com uma lógica subversiva, desenvolvendo em suas formulações o aprofundamento da estratégia socialista de revolução com base na teoria marxista e leninista.

A questão posta é fundante da problemática revolucionária nas transformações capitalistas, tanto as clássicas como as não clássicas. E, partindo da teoria produzida por Marx e Engels, Fernandes vai derivar a sua própria formulação estratégica para a revolução proletária nos países periféricos e dependentes. E ela nasce da aprendizagem histórica da luta de classes, primeiro junto à burguesia, no momento de derrota do antigo regime, e depois contra a burguesia rumo à construção do socialismo. Vejamos:

K. Marx e F. Engels estabelecem um paralelo entre o “movimento burguês” e o “movimento operário”. (...) A analogia localiza, apenas, o objetivo da luta de classes e a relação histórica que torna uma classe oprimida revolucionária. O princípio histórico explicativo nasce da situação histórica que está sendo vivida e do seu movimento para a frente, ou seja, das condições objetivas através das quais os proletários se organizam em classe e chegam ao patamar histórico de sua autonomia como classe, atingindo, assim, a “hora decisiva” da luta de classes, a conquista do poder, a “dissolução da classe dominante”. Esse processo histórico, que nasce da “sociedade antiga” e terá de desenrolar-se e amadurecer dentro dela, até explodir e engendrar a “sociedade nova”, é que deve merecer a maior atenção (FERNANDES, 2012, p. 142).

A explosão da sociedade antiga e o surgimento da nova exigem que os objetivos de classe fiquem claros. Se a burguesia tiver a direção política do processo, seus interesses serão vito-

riosos e, se o proletariado alcançar independência, poderá derrotar a burguesia e instaurar suas próprias formas de organização social. Nesse sentido, parece que Fernandes busca, na história, as experiências e teorias exitosas para fortalecer a perspectiva dos trabalhadores. Aqui, surge a exigência de o autor estudar as experiências revolucionárias, entre elas a da Rússia.

A influência de Lenin e da Revolução Russa

A experiência da Revolução Russa tem grande impacto na esquerda brasileira² e, em Fernandes, isso assume uma característica ímpar que o leva ao estudo sistemático da obra de Lenin. Crítico do stalinismo, Fernandes incorpora a perspectiva histórica e política do revolucionário russo.

No mesmo intento de sumarizar as contribuições de Marx e Engels, foi produzida, no interior da Coleção Grande Cientistas Sociais, uma edição sobre o pensamento de Lenin, da qual Fernandes é o organizador e escreve uma *Introdução*. Nesse texto é apresentado um conjunto de lições do líder bolchevique para os revolucionários modernos, o qual, ao que parece, Fernandes incorpora em sua formulação estratégica.

Fernandes afirma: “O marxismo, depois de Lenin, não é mais a mesma coisa, porque ele incorporou um ‘modelo’ de como passar da ditadura burguesa à ditadura do proletariado” (FERNANDES, 2012, p. 232). Essa primeira afirmação já impõe um patamar de diálogo diferenciado com a teoria da revolução, pois incorpora de Lenin a experiência concreta da Revolução Russa e todos os seus ensinamentos políticos. Continua Fernandes:

² Ver MORAIS, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil* - Vol. 1 - O impacto das revoluções. Editora da Unicamp, Campinas, 2007.

Atento às estruturas de poder e aos efeitos da dominação de classe inerentes à democracia burguesa, Lenin chegou rapidamente à conclusão de que a revolução proletária possui um padrão histórico. **Em contraste com a revolução burguesa, ela não pode iniciar-se antes da tomada do poder pelo proletariado e da dominação da maioria.** Por isso, o problema estratégico da luta pelo poder tinha de ser proposto em termos do uso revolucionário do espaço político que a classe operária pode conquistar e manejar com relativa autonomia, legal e ilegalmente, no seio da sociedade de classes. Como **a dominação burguesa também implica socialização ideológica e política do resto da sociedade pela burguesia**, tal uso do espaço político impunha, naturalmente, certas condições básicas: 1) formação de uma minoria contestadora fortemente organizada, capaz de atuar legal e ilegalmente, sem vacilações, como vanguarda revolucionária da classe operária; 2) a ruptura com todas as formas diretas ou indiretas e visíveis ou invisíveis de acomodação à ordem democrática burguesa; 3) **a educação política do proletariado** e, na medida do possível, das massas pobres e da pequena burguesia, **através de situações e de reivindicações concretas, do desenvolvimento da consciência de classe e da agudização (nos níveis econômico, sociocultural e político) dos conflitos de classe** (FERNANDES, 2012, p. 233 e 234, grifos nossos).

Essa passagem contém uma contribuição sintética para o pensamento revolucionário, pois aponta elementos concretos de intervenção na conjuntura política. Interessa em particular devido a importância do pensamento inerente a questão educacional, indicando que **a socialização ideológica e política ocorre durante a luta de classes, a partir de seus aspectos imediatos.** E mais, é através de reivindicações concretas que ocorre a educação política do proletariado.

Além, é claro, do apontamento sobre uso do espaço político ainda dentro da ordem, pois é só depois da conquista do poder, que se torna possível avançar à transição socialista. Por esse motivo, as tecnologias de conquista do poder são tão caras ao pensamento florestaniano.

A sumarização dos elementos da Revolução Russa e do pensamento de Lenin nos apresentam o patamar concreto da luta de classes no século XX em sociedades de transformação capitalista não clássica. Os chamados “elos débeis” do sistema.

Onde não haveria o desenvolvimento de todas as forças produtivas, mas que, no entanto, apresentaram aos revolucionários situações políticas capazes de fazer avançar a luta de classes a favor do proletariado. Os exemplos da Rússia, China e Cuba são afirmativos dessa caracterização. Situações revolucionárias surgidas em países que chegaram ao capitalismo por vias não clássicas e, dessa forma, com baixo desenvolvimento de forças produtivas.

Tendo presente esse raciocínio anterior, o autor afirma que a revolução proletária, entendida como transição ao socialismo, não pode começar antes da tomada do poder. A pergunta que se coloca é: como tomar o poder? O ponto zero da revolução resume-se à forma dessa tomada do poder, portanto, a ação política da classe trabalhadora e de suas organizações antes disso, é instrumental para esse fim.

A conquista de espaço político é uma das formas para ampliar a ordem burguesa e educar a classe na luta contra essa ordem. As conquistas democráticas são meios para a educação proletária em direção à revolução. Fernandes é pragmático ao apresentar determinadas tarefas para os trabalhadores:

(...) as tarefas de agitação e propaganda podiam irradiar-se por toda a sociedade, embora concentrando-se com maior intensidade na classe operária; e as tarefas políticas, imediatas e de largos prazos, podiam ser definidas segundo critérios específicos de flexibilidade e de eficácia. A ideia básica consistia em que a revolução não nasce pronta e acabada – o partido revolucionário do proletariado deveria travar suas batalhas, clandestina ou abertamente, tendo em vista **as combinações que poderiam favorecer, em determinado momento, ou o fortalecimento da democracia burguesa, ou o deslocamento desta no sentido de uma democracia operária, ou a tomada pura e simples do poder** (FERNANDES, 2012, p. 234, grifos nossos).

O pensador paulista elabora diferentes cenários de ação. Ao apresentar o fortalecimento da democracia burguesa ou o deslocamento para uma democracia operária está arrolando op-

ções históricas que não dependem apenas da vontade do formulador, mas sim das ações e desdobramentos concretos da luta de classes. Essas opções históricas surgem para os revolucionários que estão em permanente luta pela emancipação humana, mesmo quando não estão dadas todas as condições³ para essa luta. Outro aspecto relevante é seu entendimento sobre as combinações de diferentes batalhas, no campo burguês ou no operário, pois isso indica a clareza de seu pensamento relativo à estratégia. Desta maneira, o cenário da luta é determinante da tática a ser usada e a combinação desses combates configura e reconfigura uma ação estratégica.

A experiência russa e o pensamento leninista foram apropriados por Fernandes em sua teoria porque ela apreende a lógica dos movimentos de ida e vinda das ações táticas, de acordo com o momento político particular. Vejamos o que Fernandes diz sobre Lenin:

Ele ignorou *o peso paralisante* da existência ou inexistência de “condições objetivas” que permitissem a revolução proletária. Fez isso deslocando em várias direções o aproveitamento revolucionário das condições objetivas existentes (**na consolidação de democracia burguesa, na acentuação da influência operária dentro da democracia burguesa ou na criação de uma democracia operária sem a destruição do Estado democrático-burguês, na implantação do Estado operário, etc.**) sempre em direções que atendessem, em curto e em longo prazos, os alvos finais de des-

³ Para Lenin (1979), esse debate se insere na caracterização de uma situação revolucionária na qual existam: 1. A impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada: crise da “cúpula” (...). Para que a revolução estoure, não basta que “os de baixo não queiram mais” viver como antes, mas é preciso também que “os de cima não possam” viver como até então; 2. Um agravamento, além do comum, da miséria e dos sofrimentos das classes oprimidas; 3. Um desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas antes, da atividade das massas, que se deixam saquear tranquilamente nos períodos “pacíficos”, mas que, nos períodos agitados, são empurradas, tanto pela crise de conjunto como pela própria “cúpula”, para uma ação histórica independente

truição do capitalismo e de transição para o socialismo (FERNANDES, 2012, p. 235, grifos nossos).

A capacidade de Lenin indicar ações para abrir espaço político, mesmo numa sociedade autocrática, influenciou o pensamento de Florestan Fernandes. São perceptíveis algumas similaridades entre as descrições do Estado e da economia do tipo russo com a descrição de Fernandes sobre o Brasil. Uma dessas similaridades é o atraso relativo das relações especificamente capitalistas ou, o que dissemos anteriormente, um baixo desenvolvimento das forças produtivas, o que redundava em uma baixa intensidade de luta de classes. Isso implica que as condições objetivas para a revolução não surgem de maneira plena, forçando os revolucionários a se concentrar nas condições subjetivas:

A vantagem de dispensar maior atenção às “condições subjetivas” procedia de outro resultado previsível: a rápida transformação do proletariado em classe politicamente consciente e apta a **proceder à reeducação política** do resto da maioria (FERNANDES, 2012, p. 236, grifos nossos).

Percebe-se que a utilização do termo “reeducação política” tem um caráter amplo no que tange a ação do proletariado, pois o remete às relações entre ele e outras classes que ainda não adquiriram consciência política suficiente. Essa educação é de classe e instrumentalizada pelo Partido. Assim:

Em resumo, o partido revolucionário precisa comportar-se como uma vanguarda consciente, responsável e corajosa: cabe-lhe montar a tática e escolher as palavras de ordem ajustadas a cada situação, avançar sempre, estabelecer a melhor ligação possível e insuperável entre os *fins imediatos* e os *fins permanentes* ou gerais do movimento socialista. Se isso impõe uma constante recalibração política do partido revolucionário, também não deixa de exigir **uma incessante reeducação política dos militantes**, do proletariado e, através deles, da massa ou do povo (FERNANDES, 2012, p. 258, grifos nossos).

Essa educação também se direciona aos militantes, pois estes precisam ter claras as táticas e palavras de ordem, elementos esses que não surgem da espontaneidade das contradições na expansão capitalista. Dessa maneira:

O ponto de partida desse processo de luta política deve repousar na desintoxicação das massas populares, que precisam libertar-se do aburguesamento inevitável das condições de existência operária sob o capitalismo e das influências pequeno-burguesas; e o objetivo final, por sua vez, deve ser a criação e a emulação do espírito revolucionário das próprias massas, elevando sua consciência de classe e, concomitantemente, sua combatividade como e enquanto classe (FERNANDES, 2012, p. 259).

A interpretação desse trecho demonstra que, para Fernandes, a combatividade da classe é fator diretamente relacionado com a desintoxicação das massas. Isso tem importância para compreensão da estratégia quando colocada em movimento nas diversas organizações dos trabalhadores, desde os sindicatos, comitês, associações etc. O que estamos chamando de socialização política operária nada mais é do que o conjunto das ações que a classe trabalhadora desata ao entrar em conflito com as diferentes formas de manifestação do poder burguês, seja na fábrica ou nos espaços de negação da participação desses trabalhadores no usufruto dos bens produzidos pela humanidade. A exemplo disso, podemos inferir que as reivindicações por melhores condições de trabalho, assistência de saúde, escola pública, previdência social etc. são manifestações dos trabalhadores em movimento por sua própria afirmação como classe e, portanto, não se limita à tentativa de realização dessas reivindicações. Essas ações são educativas, no entendimento do pensador paulista.

A análise de Fernandes é muito similar à de Lenin.

A **verdadeira educação das massas** não pode ser jamais separada de uma luta independente, e principalmente da luta revolucionária

das próprias massas. **Só a ação educa a classe trabalhadora**, só ela lhe dá a medida de suas forças, alarga seu horizonte, aumenta suas capacidades, esclarece sua inteligência e tempera sua vontade. (...). **Educando o partido operário, o marxismo educa uma vanguarda do proletariado** capaz de tomar o poder e de conduzir todo o povo ao socialismo, de dirigir e de organizar um regime novo, **de ser o educador, o guia e o líder de todos os trabalhadores e explorados** pela organização de sua vida social, sem a burguesia e contra a burguesia (LENIN apud FERNANDES, 2012, p. 259 e 260, grifos nossos).

O revolucionário russo é um estrategista ativo e não pode acreditar em qualquer tipo de ação sem diretividade. A educação surge como um elemento unificador da ação revolucionária, que faz a ligação entre a intencionalidade do partido e a ação das massas em luta. O que remete a mais uma influência leninista no sociólogo paulista, percebida na seguinte afirmação: “Essa prática educativa não nasce nem conduz a qualquer *espontaneísmo das massas*” (FERNANDES, 2012, p. 260).

Além desse posicionamento sobre a educação proletária, para apreender a concepção estratégica de Fernandes, é preciso apropriar-se de sua concepção de método materialista. Diz o autor paulista:

A atualidade de Marx não reside nas obras que escreveu, mas no apelo para estudar e reinterpretar o concreto como totalidade histórica e descobrir nele a natureza da revolução. Atualidade significa “ir além”, seguindo os mesmos princípios e métodos interpretativos (FERNANDES, 1995, p. 145).

E continua:

Voltamos ao ponto de partida que Marx e Engels atravessaram. As revoluções de meados do século XIX falharam, dentro de uma ótica comunista. O que os dois pensadores fizeram? Debruçaram-se sobre a história para descobrir as fontes de seus erros. Puseram revolução e contrarrevolução face a face e buscaram novas interrogações para os problemas mal-entendidos ou para os processos em gestação. As evoluções do capitalismo monopolista hodierno são claramente reacionárias. Reação versus revolução. Temos de recuperar a noção de revolução permanente, que eles enunciaram. E verificar por que os cami-

nhos dessa típica reação, imersa sob inovações e “modernidade”, desembocam nos limites de uma civilização estática. E, principalmente, cabe-nos estudar se os dinamismos da revolução não estão alimentando, no substrato da sociedade capitalista mais avançada, algo diferente - uma civilização capaz de fomentar um mundo histórico que vá além dos tecnologistas e dos seus aproveitadores. Ou seja, liberar a imaginação inventiva, a ciência e a tecnologia das cadeias que as prendem à multiplicação da injustiça social (FERNANDES, 1995, p. 145).

Assim como Lenin o fez, o retorno ao marxismo não significa uma atitude anticriativa, muito pelo contrário, exige uma permanente retomada do concreto em sua manifestação particular e não uma bricolagem teórica. Desse ponto de vista, entendemos que a influência da Revolução Russa no pensamento de Fernandes é determinante de sua compreensão de ação tática e estratégica, assim como também seu entendimento de ação educativa.

Considerações finais

Até aqui se apresentou a influência que o pensamento de Lenin e a experiência da Revolução Russa tiveram na constituição de uma teoria da revolução em Florestan Fernandes. A questão que se pretende apresentar é: até que ponto a indicação de “ir além” a qual Fernandes faz sobre o método de Marx é levado a cabo pelo próprio Fernandes? Qual a aproximação entre a realidade russa e a realidade brasileira? Seria frutífero utilizar os conceitos leninistas para formular uma estratégia socialista para o Brasil?

Tais questionamentos são um exercício crítico necessário na medida em que se coloca em perspectiva histórica o conjunto das formações sociais capitalistas não clássicas. Principalmente as que de alguma maneira produziram uma luta de classes capaz de pretender superar a sociedade de classes pela via revolucionária. No Brasil, assim como na Rússia, pelo baixo de-

envolvimento de forças produtivas até meados do século XX, parecia impossível uma alteração profunda das relações sociais de produção. No entanto, a Rússia demonstrou a possibilidade da revolução, obviamente com consequências históricas longínquas. O elo débil não foi capaz de “transitar” ao comunismo, ficando preso às correntes de uma economia planificada estagnada.

As inúmeras vitórias que a humanidade conquistou com a Revolução Russa são inquestionáveis, como a derrota dos nazistas na II GM; a acelerada incorporação de setores marginalizados no capitalismo; o salto em diferentes áreas da ciência e da tecnologia; as inúmeras formas de arte experimentadas pelos trabalhadores russos, desde a poesia ao teatro e cinema etc.

A par dessas vitórias, o capitalismo foi obrigado a ceder a reivindicações operárias no mundo todo. O estado de bem estar social também é fruto das revoluções socialistas, sem elas o modo de produção capitalista não teria concedido melhores condições de vida e trabalho à classe trabalhadora na Europa.

Florestan Fernandes incorpora todos esses elementos presentes na disputa política entre burguesia e proletariado do século XX e esforça-se para criar uma estratégia própria ao socialismo no Brasil. O que coloca aos revolucionários do século XX os problemas teóricos e práticos colocados aos revolucionários do século passado: quais as atuais contradições entre forças produtivas e relações sociais de produção?; qual o grau de amadurecimento das formas organizativas da classe trabalhadora?; qual o balanço crítico se faz sobre a experiência russa e as transposições de estratégia para outras formações sociais?

São questões que esse texto não pretende responder, mas, sim, apenas apontar para a necessária reflexão.

Referências

FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FERNANDES, Florestan (Org.). **MARX e ENGELS: História**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Editora Ática, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Em Busca do Socialismo. Últimos escritos e outros textos**. Xamã, São Paulo, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels e Lênin: história em processo**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

MARX e ENGELS. Mensagem do Comitê Central a Liga dos Comunistas. In. **As lutas de classes na Alemanha**. São Paulo. Boitempo, 2010.

MORAIS, João Quartim de e DEL ROIO, Marcos. **História do Marxismo no Brasil**. Vol. 4/Visões do Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

8. Mészáros e a análise da revolução soviética de 1917

André Ricardo Oliveira

No filme *A Batalha de Argel*, produzido pelo italiano Gillo Pontecorvo, em 1966, retrata-se a luta argelina – dirigida pela Frente Libertadora Nacional – contra o domínio colonial francês. Em uma cena, Ali La Pointe e Ben M'hidi dialogam sobre o momento de greve geral. Ben M'hidi diz: “[...] começar uma revolução é difícil. Mais difícil ainda é continuá-la e, o pior de tudo, vencê-la. Mas é depois, quando tivermos vencido, que começarão as reais dificuldades. Ou seja, há muito a fazer”.

Neste trabalho, procura-se realizar um ensaio exploratório no qual lançamos questionamentos referentes às categorias que nortearam a compreensão de István Mészáros sobre a Revolução Russa de 1917 e seus desdobramentos. A intenção é problematizar, com caráter introdutório, à luz da teoria de Marx, a análise que Mészáros faz acerca da experiência soviética, em especial, na obra *Para além do Capital*.

Para tanto, no conjunto da obra de Marx e Mészáros, dedicamo-nos à análise da Crise Estrutural e do Valor de Troca¹, que parecem ser as categorias chave usadas por Mészáros para explicar suas interpretações e críticas ao processo revolucionário russo. Não se trata, portanto, de retomar as características da revolução vitoriosa de outubro de 1917, mas sim questionar algumas das críticas de Mészáros a esse processo revolucionário.

Mészáros e as categorias de análise da Revolução Russa

Revolução, involução e burocratização, como processo vivido em 1917, recebem o peso maior da crítica de Mészáros no que ele chama de “sistema do capital pós-capitalista do tipo soviético” (2011, p. 98). Essa definição, deslocada de seu contexto histórico – algo de fundamental importância nas análises de Mészáros, mas que são deixados em segundo plano na sua

¹ A taxa de utilização decrescente do valor de uso é outra tese fundamental que Mészáros desenvolve e que merece uma análise pormenorizada.

crítica à Revolução Russa – denota uma descaracterização da estratégia socialista na experiência vitoriosa da classe trabalhadora. Importante destacar que isso não significa afirmar que não houve problemas naquela revolução. Considerar isso seria uma visão romantizada e carente de objetividade histórica. Importa, de fato, apreender como esses problemas foram tratados por Mészáros, ao que indica, para sustentar sua tese de Crise Estrutural como fundamento primordial de abertura das condições objetivas para a revolução socialista.

Quando Lenin, em meio ao processo revolucionário soviético de 1917, escreve *O Estado e a Revolução*, apresenta um combate aprofundado com aqueles que tinham uma compreensão de Estado conveniente com seus interesses e deturpadores da fundamentação marxiana. A leitura conveniente de Marx e Engels, em especial de suas proposições sobre o Estado, esconde dela o caráter eminentemente revolucionário para torná-la aceitável à medida em que possa contribuir com os interesses da classe burguesa. Como isso é possível? Mascara a teoria de Marx, retirando dela os ensinamentos revolucionários e aliviando o peso de sua radicalidade (LENIN, 2010).

Lenin (2010) contextualiza e retoma, com o rigor de um revolucionário, as proposições de Marx e Engels e suas análises da Comuna de Paris, revolução que foi considerada por Marx como tomar o céu de assalto e que o fez rever alguns elementos de suas próprias compreensões expressas no *Manifesto do Partido Comunista*. Lenin (2010) ressalta que, de acordo com Marx, a chegada ao comunismo necessariamente não se daria pela abolição do Estado de maneira imediata, mas por sua morte à medida que os trabalhadores organizados lhe impussem seu fim com medidas que efetivassem a transição socialista e pavimentassem o comunismo. Lenin e os bolcheviques tinham clareza dos riscos que haviam assumido, ainda mais

quando a Revolução Alemã foi derrotada e colocou-se um ponto final na possibilidade de direção revolucionária naquele período. Mas o que fazer: devolver o poder ao Czar e se retirar de cena? Impossível para os bolcheviques. Nada mais tinha a classe trabalhadora a perder, necessário era lutar dentro das condições objetivas daquele contexto histórico. E isso aconteceu, até certo período, de forma vitoriosa. Mas acabou derrotado com o distanciamento cada vez maior da internacionalização da revolução. E Mészáros (2011, p. 790) compreende isso:

quando a onda de motins revolucionários se esgotou sem resultados positivos importantes em outras partes, Lenin observou racionalmente que não se poderia devolver o poder aos czares, e continuou o trabalho de defender o que fosse possível naquelas circunstâncias [...]. Foi o fracasso da revolução mundial que violentamente truncoou a sua estratégia, impondo-lhe os constrangimentos deformadores de uma defesa desesperada.

Os bolcheviques, após a Revolução, se depararam com problemas herdados do sistema anterior e com novos problemas. As respostas organizadas por eles, em especial o Comunismo de Guerra (1918 – 1921) e a Nova Política Econômica (1921 – 1928), são consideradas por Mészáros como “constrangimentos deformadores de uma defesa desesperada”. Essas medidas são, para o autor, provas de que não há um retorno ao capitalismo, mas a organização de uma sociedade pós-capitalista de produção de capital. Sua tese não segue no sentido de compreender os motivos dos “constrangimentos deformadores de uma defesa desesperada”? Isso porque buscaria situá-las como determinadas pela falta de condições postas pela Crise Estrutural do Capital? Seguiremos com a análise².

² “Veremos em um momento de que forma as potencialidades objetivas da ofensiva socialista são inerentes à crise estrutural do próprio capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 789).

Broué (2014), em seu livro *O Partido Bolchevique*, problematiza de maneira coerente o senso comum que reina sobre a burguesia. Essa classe procura expandir a compreensão de que os bolcheviques, o processo revolucionário soviético e a tirania de Stalin são a mesma coisa. Ou pior, que Stalin teria sido a expressão de um período revolucionário organizado pelos trabalhadores. Compreensão muitas vezes expressa por vários pesquisadores do campo da esquerda que não compreendem as especificidades de cada período que compunha o processo revolucionário soviético e que tentam enquadrar aquela realidade às suas teses. E isso não é característica apenas da análise da Revolução de 1917. Na compreensão do capital, isso ganha ainda mais elementos.

Na sociedade do capital, as relações sociais não podem ser compreendidas por uma análise superficial pautada na aparência. Marx e Engels, na *Ideologia Alemã*, apontam para a necessidade de entender a sociedade a partir de sua base material e não idealmente, como segue:

O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio. A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. Assim, para compreender a realidade, deve-se partir das condições materiais de vida. São essas condições reais que oferecem elementos para o entendimento da totalidade social como ela é, e não como se imagina (MARX e ENGELS, 2007, p. 93).

Nessa mesma perspectiva, Marx (1996), no prefácio do livro I de *O Capital*, afirma que o resultado de seus estudos apontou, entre outros aspectos, que os homens assumem relações que independem à sua vontade, ligadas diretamente a uma etapa de desenvolvimento das forças produtivas. E é nessa totalidade que tem sua base econômica, que surge uma superestrutura jurídica e política que corresponde às formas sociais determinadas de consciência. Assim, a única possibilidade de compreensão da realidade em que vivemos é por meio da prática comprometida e séria de estudos. E quem traçou a lógica do movimento de valorização do valor e da organização da produção social da vida no capitalismo foi Marx.

Nesse sentido, há de se mencionar a necessidade de domínio das obras marxianas. Os conceitos e as categorias que sustentam suas análises são sempre fundamentais para os que decidem analisar algum fenômeno além da aparência e, mais importante, para a compreensão da clara perspectiva de superação radical do sistema capitalista. Recomeçar com Marx, como afirma Tonet, supõe ir para além de correções e atualizações:

Considerando as variadas interpretações, extravios e deformações que este pensamento sofreu ao longo da sua trajetória, como resultado de todo um processo histórico, impõe-se a necessidade de recomeçar *ab initio*. Sabe-se que o pensamento marxiano se configurou com uma clara perspectiva revolucionária, ou seja, de superação radical da ordem burguesa. E foi precisamente este caráter radical e revolucionário que ele foi perdendo ao longo da sua trajetória. E entre as inúmeras deformações que ele sofreu está a redução desta radicalidade ao campo da política, quando a questão é muito mais ampla e profunda. Ser radical, como o próprio Marx diz, é ir à raiz. Ora, continua ele, a raiz do homem é o próprio homem. Trata-se, pois, ao nosso ver, de retornar a Marx, não para encontrar o “verdadeiro Marx” – tarefa impossível e sem sentido – mas, para buscar nele os fundamentos (a raiz) de uma compreensão radicalmente – e porque radical, revolucionária – do mundo dos homens (TONET, 2005, p. 90).

Algumas teses de Mészáros tem provocado incertezas no interior do campo marxista. O objetivo de Mészáros, como afirma em sua obra *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, é de “ser uma contribuição para a tarefa de reavaliação e esclarecimento teórico” (2011, p. 44). O autor se dedica a traçar uma teoria que se sustenta sob três sentidos:

1) O significado central da expressão “além do capital” pretendido pelo próprio Marx quando empreendeu a monumental tarefa de escrever seu *O capital*. Neste sentido, significa ir além do capital em si e não meramente além do capitalismo [...]. 2) Além da versão publicada de *O capital* de Marx, inclusive seu segundo e terceiro volumes impressos postumamente, bem como o *Grundrisse* e as *Teorias da mais-valia*. Todo o projeto a que Marx dedicou sua vida não permaneceu apenas inacabado, mas – segundo o plano rapidamente esboçado pelo autor em suas cartas e seus prefácios – só foi completado em seus estágios iniciais; portanto, não poderia refletir adequadamente suas intenções registradas. 3) Além do projeto marxiano em si, como ele poderia ser articulado sob as circunstâncias da ascendência global da sociedade de mercado no século XIX, quando as possibilidades de adaptação do capital como sistema de controle “híbrido” – que só se tornou plenamente visível no século XX – ainda estavam ocultas do exame teórico (2011, p. 45-46).

As propostas de Mészáros provocam apreensão e necessidade de análise pormenorizada. Isso porque suas teses têm influenciado muitas pesquisas e compreensões da realidade, inclusive no terreno teórico e político daqueles que se mantêm no campo da perspectiva de superação do capitalismo. Não se trata de um julgamento moral, mas do fundamental movimento de ir à raiz das questões que sustentam suas proposições.

Na Rússia do início do século XX, a organização do Partido Bolchevique, pública e clandestina, e o trabalho de base feito durante anos até culminar na Revolução vitoriosa de Outubro, com mais mortes relacionadas a acidentes pontuais do que com próprio processo revolucionário, revelam a real possibilidade e necessidade da classe trabalhadora rumo à revolução socialista. Sua involução e burocratização mostram que são as

condições objetivas que dão base para a efetivação desse processo, afinal, não são as ideias que determinam a realidade, como preconiza Marx (2007), mas as condições objetivas mundiais e não isoladas, com determinações maiores dos países capitalistas hegemônicos.

A superficialidade com que a luta de classes é caracterizada, por exemplo, na Rússia e em todos os outros países que tiveram trabalhadores organizados em processos revolucionários (Cuba, China, Alemanha, Espanha, Nicarágua, Hungria entre outros), expressa as contradições que podem ser identificadas nas análises de Mészáros, que supõe a ausência de condições objetivas para a efetivação da Revolução de 1917. O erro do “socialismo num só país” e sua influência sobre boa parte do movimento socialista não pode ser a síntese da história da luta de classes desse período. Nessa história, como afirma Coelho (2006, p. 153), é que se tem o ápice da luta pelo socialismo. O autor questiona: “seria possível admitir a ‘imaturidade das condições objetivas’ num século em que a revolução socialista foi posta efetivamente na ordem do dia em tantos países e em décadas tão diferentes?” Essa pertinente questão pode ser ainda ampliada: para Mészáros, condições objetivas para o processo revolucionário é o mesmo que Crise Estrutural?

Mészáros busca fundamentar em Marx sua concepção de Crise Estrutural como fator primordial para a abertura do processo revolucionário socialista. Isso gera, no mínimo, algumas novas questões. Vejamos o movimento de compreensão do autor:

Naturalmente, **Marx** não poderia imaginar os tipos de desenvolvimento que produziram a desintegração que testemunhamos no passado recente e em outro nem tão recente. Ainda mais que, **em sua visão, uma transformação socialista viável tinha de emergir – e somente poderia emergir – da crise estrutural do sistema do capital global**, com sua divisão social do trabalho internacional antagonica e um mercado mundial profundamente problemático (MÉSZÁROS, 2011, p. 705. Grifo nosso).

A Crise Estrutural do capital, de acordo com o autor, é uma crise que:

[...] afete o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social. Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontornabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral (2011, p. 100).

Para Mészáros (2011), a Crise Estrutural apresenta os limites absolutos do capital, condição esta que não existia no início do século XX e menos ainda no período vivido por Marx. Por isso, afirma o autor que:

Até mesmo o projeto socialista marxiano teve de sofrer as restrições de sua época. A crise do capital percebida por Marx em meados do século XIX no “cantinho europeu do mundo” por muito tempo não foi uma crise geral. Ao contrário, a continuação da ascendência histórica da ordem burguesa no “terreno bem mais amplo” do resto do mundo dissolveu durante todo um período histórico até mesmo a relativamente limitada crise europeia. Em consequência, o próprio movimento socialista inicialmente articulado por Marx e seus camaradas intelectuais e políticos foi fatalmente prematuro. *No momento de sua concepção, a teoria marxista lutou como pôde para se realizar, mas a própria realidade se recusou a lutar ao seu lado, da maneira esperada e estipulada por seu autor* (MÉSZÁROS, 2011, p. 219)

E completa:

Hoje, a situação é radicalmente diferente e chega a ser diametralmente oposta ao que foi enquanto Marx vivia. Embora o aprofundamento da crise estrutural do capital signifique que “a realidade está começando a se movimentar em direção ao pensamento”, parece que em consequência das derrotas e falhas do movimento socialista (em especial, no passado recente), o próprio pensamento – e as indispensáveis forças materiais e organizacionais, sem as quais nem o mais válido pensamento tem condições de “agarrar as massas” e tornar-se uma força material eficaz – se recusa a caminhar na direção da realidade e lutar por sua própria realização (MÉSZÁROS, 2011, p. 219).

Mészáros apresenta que essa Crise Estrutural teria inaugurado um período de abertura das possibilidades de revolução da ordem social do capital ou do fim da humanidade. No entanto, a crise é mais um elemento que, segundo Marx, permite constatar o agravamento das contradições do próprio sistema capitalista. Ela é inerente a esta lógica de produção da vida. Marx compreende que uma transformação socialista só seria possível a partir de uma crise estrutural? É possível que tal interpretação encontre sustentação na obra *O Capital* de Marx? Seria possível considerar um equívoco de Mészáros nessa afirmação ou seria intencional tal adequação?

Logo após essa afirmação, numa nota de rodapé, Mészáros busca uma citação de Marx no *Grundrisse* e continua a apresentar sua compreensão. A citação de Marx, na qual faz uma crítica a um economista estadunidense, é a seguinte: “O que Carey não compreendeu é que essas desarmonias do mercado mundial são unicamente as expressões adequadas últimas das desarmonias que [são] fixadas nas categorias econômicas como relações fixas ou que têm uma existência local em menor escala” (MARX, 2011, p. 40).

Dessa citação, Mészáros conclui o seguinte:

Assim, na visão de Marx, a determinação estrutural inerentemente antagônica do sistema do capital penetra em todos os níveis, dos menores contextos locais à dimensão global mais abrangente, caracterizando desse modo tanto as “micro” estruturas quanto as “macro” relações de todo o sistema como ordem internacional” (MÉSZÁROS, 2011, p. 705).

A partir do que conclui Mészáros, questionamos: é possível considerar que Marx, nessa citação retirada do *Grundrisse*, rascunho do *Capital*, tenha criticado Carey por este desconsiderar a determinação **estrutural** do Capital nas caracterizações da ordem internacional? Não teria Marx feito uma análise a partir da categoria de Totalidade para criticar Carey por sua

compreensão harmoniosa e acrítica em consonância com a sociedade burguesa? Determinação Estrutural e Totalidade são sinônimos ou seria a determinação estrutural a proposição de Mészáros para situar a Crise Estrutural? Afinal, o que é Crise Estrutural? Ela tem correspondência com a categorização³ feita por Marx sobre crise de superprodução de capital em *O Capital*?

Mészáros explica o que diferencia a Crise Estrutural das demais crises do capital, dividindo-as em quatro aspectos, mas não apresenta quais deles não teriam acontecido no início do século XX no período de revoluções, inclusive a russa:

(1) seu caráter é universal [...] (2) seu alcance é verdadeiramente global [...] (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente [...] (4) seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 796).

Sem dúvidas, a atual conjuntura impõe a necessidade de um acerto de contas com as teorizações marxistas que se propuseram a analisar a experiência soviética. As questões que permeiam esse artigo seguem nessa perspectiva crítica de servir, ainda, como elementos que compõem o ponto de partida para o conjunto teórico de reconstrução dos caminhos rumo ao socialismo. De fato, tal como propõe Mészáros, compreender a experiência histórica é um fator fundamental para a autocrítica do movimento socialista (MÉSZÁROS, 2009).

³ Lembrando que, para Marx, as “categorias exprimem, portanto, formas de modo de ser, determinações da existência [...]”. (Introdução à “Crítica da Economia Política”, *Os Pensadores*, São Paulo, Nova Cultural, 1996, p. 44). Ainda sobre o significado de categorias, no Livro II de *O Capital*, Marx definiu da seguinte forma: “Não se trata de definições nas quais se encaixam as coisas. Trata-se de funções determinadas que se expressam em categorias determinadas” (Rio de Janeiro, Editora Bertrand, p. 238).

Uma das categorias usadas por Mészáros para fundamentar sua interpretação acerca da sociedade pós-capitalista de produção de capital de tipo soviético é o valor de troca. Na parte III de *Para além do Capital*, Mészáros escreve sobre a “Crise Estrutural do Sistema do Capital”. O capítulo 14, primeiro da parte III, inicia com a discussão sobre “A produção de riqueza e a riqueza de produção” e tem como primeiro subitem “A disjunção de necessidade e produção de riqueza”. O autor defende que a riqueza de produção, e não a produção de riqueza alienante e reificada, é que deve ser a diferença predominante entre uma sociedade do capital e o socialismo. Expõe sua reflexão considerando que: “A completa subordinação das necessidades humanas à **reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital** desde o seu início” (MÉSZÁROS, 2011, p. 606, grifo nosso).

Mészáros segue sua análise sobre a produção de riqueza afirmando que:

Para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário **separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Esta característica, na verdade, foi um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital**, já que as limitações das necessidades dadas não tolhiam seu desenvolvimento. **O capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca**, e portanto poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa e agir como um estímulo poderoso para ela (MÉSZÁROS, 2011, p. 606 grifo nosso)

O Valor de Troca, para ele, aparece como sendo o objetivo da produção capitalista. A partir dessa interpretação, Mészáros conclui que “[...] quando a autoexpansão capitalista do **valor de troca** está em crise [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 612, grifo nosso), é o momento de combater a direção para onde se dá a

produção de riqueza no capital. Ele aponta que o capital subordina o valor de uso ao valor de troca de maneira radical.

Para o autor, o valor de troca parece ter o maior peso no processo de produção e reprodução de capital. A lógica dessa sociedade, para ele, está direcionada de modo “marcante” para o valor de troca. Há uma distinção clara entre essa compreensão com as proposições de Marx em *O Capital*, que considera o valor de troca como uma forma de valor, expressão do valor, veículo do valor. Para Marx, o ponto de partida foi o valor de troca para, saindo da aparência, buscar o valor ocultado (Marx, 2006). Essa diferença parece ser fundamental e possibilita alguns novos questionamentos: tratar o valor e o valor de troca como sinônimos poderia indicar uma análise de Mészáros voltada para a esfera da circulação? Isso teria implicações à compreensão do que seria a sociedade pós-capitalista de produção de capital de tipo soviético?

Se o entendimento apresentado anteriormente, segundo o qual a compreensão de Mészáros sobre o processo revolucionário russo de 1917 pode ter, de saída, alguns desvios teóricos na base categorial de suas teses, quais desdobramentos isso acarretaria nessas análises do autor? Centralizar os equívocos da Revolução Russa à falta de condições objetivas foi o caminho escolhido por Mészáros para lançar e justificar sua tese sobre Crise Estrutural? A situação revolucionária mundial estaria aberta apenas a partir de 1970 com os elementos postos da Crise Estrutural?

Todas as perguntas sistematizadas nesse trabalho demonstram a necessidade de seguir com pesquisas sobre essa temática, tomando como objeto as interpretações de Mészáros sobre as obras de Marx e as implicações que isso tem em suas análises.

Referências

- BROUÉ, P. **O Partido Bolchevique**. São Paulo: Sundermann, 2014.
- COELHO, E. A crise estrutural segundo Mészáros: notas críticas. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 23, 2006, p. 148-155
- LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, K. **O Capital** - crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. [1857-8] São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência** – a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- TONET, I. Recomeçar com Marx. **Cadernos CEMARX**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 89-93, 2005.

9. Sete questões sobre a restauração capitalista no Leste Europeu¹

Fábio José de Queiroz

¹ Uma versão do presente texto foi publicada originalmente no blog Esquerda OnLine.

Introdução

Mais de um quarto de século depois, os acontecimentos do Leste Europeu e, particularmente, como esse processo se deu na ex-URSS, ainda produzem polêmicas e leituras variadas a respeito do seu significado. Neste texto, há o retorno a essa questão que ainda reclama novos esforços de análise e interpretação.

Desse modo, o nosso foco está no exame reinterpretaivo dos acontecimentos do Leste Europeu que resultam na restauração do capitalismo nos países da região².

O que aconteceu no Leste?

A restauração do capitalismo não é um episódio, um fato isolado, perdido e sem nexos, mas um processo de média duração, que se consolida no começo dos anos 1990. Eis o ponto de partida de qualquer tentativa de examinar o que aconteceu no Leste.

Desse modo, entendemos a restauração não como um processo solitário e concentrado em alguns poucos anos. Na realidade, nos apoiando em Moreno, supomos que ela se deu ao longo de diversas etapas, a começar (1) pela fase de isolamento dos estados operários; em seguida, (2) pelo seu intercâmbio raquíptico com o imperialismo e, finalmente, (3) pelo aumento do intercâmbio comercial e financeiro com países imperialistas. Nessas diversas fases, a burocracia adota medidas que,

² Centramos o foco no Leste (particularmente, na URSS), mas as conclusões gerais, não raro, podem ser estendidas, pelo menos em parte, aos casos da China, de Cuba e do Vietnã, que, no entanto, devem ser objetos de estudos específicos mais aprofundados, o que não será possível no âmbito deste documento.

progressivamente, debilitam os pilares da economia social. A dependência financeira, a dívida externa e a entrada em cena do FMI são partes desse movimento contraditório cujo corolário é o retorno desses Estados à condição de países capitalistas. Mas, o salto de qualidade só acontece quando o imperialismo se arma de uma política consciente e articulada com o objetivo de recapturá-los para o circuito regular do capital.

Ao ampliar o raio de ação das primeiras medidas regressistas, que correspondem aos anos 1980 e, em alguns casos, até mesmo à década anterior, subestima-se o lugar da política imperialista e do salto de qualidade que isso representa para o processo de contrarrevolução econômica e social.

Os primeiros ensaios da política imperialista se dão na China em fins dos anos 1970, alcançando o conjunto do Leste na década seguinte. A burocracia comanda de dentro o processo, mas o imperialismo, inicialmente de fora, pouco a pouco, se apodera das rédeas do movimento restauracionista em curso. A nossa hipótese inicial é que a propriedade estatal da indústria, da terra e do comércio só sofre o ataque definitivo no começo dos anos 1990.

Num certo sentido, quando cai o muro de Berlim em 1989 e a URSS desaparece em 1991, o processo de restauração capitalista tinha se iniciado. Ter se iniciado não é o mesmo que ter se concluído; sequer é o mesmo que ter se desenvolvido. Em resumo, os anos 1990 – notadamente a sua primeira metade – correspondem ao período de desenvolvimento e conclusão do processo restauracionista.

Na ex-União Soviética, os últimos planos quinquenais, o duodécimo e o décimo terceiro, correspondem ao intervalo de tempo de 1986-1990 e 1991. Com a dissolução da URSS, o último plano dura menos do que míseros 365 dias. Sucede que o penúltimo plano já encerra aspectos declaradamente restauracionistas. O princípio da descentralização é o corredor pelo

qual avança celeremente o processo restauracionista. Inclusive, na esteira do duodécimo documento de planificação, afloram os ataques às empresas estatais e o princípio mercadológico do autofinanciamento. Quando veio o derradeiro plano (o mísero), o anterior já havia realizado o trabalho sujo.

É uma ilusão, no entanto, supor que essa é uma obra de cinco ou seis anos. As primeiras medidas nessa direção, no caso da URSS, são anteriores a 1986, ainda que sofram um incremento a começar desse trágico ano. Esse processo, entretanto, se consolida somente nos primeiros anos de 1990. Nessa década, a restauração capitalista (com democracia burguesa) se impõe de modo triunfante em todo lado oriental da Europa. A política do imperialismo, a serviço da restauração, é vitoriosa. Assim, a queda do stalinismo – como aparato mundial concentrado e centralizado – é acompanhada de uma contradição de ferro: o retorno de mais de 1/3 da humanidade ao regime social capitalista. Nesse contexto, a década de 1990 se afirma como a da suspensão do socialismo como ideologia e projeto de sociedade de amplas franjas da vanguarda proletária, uma vez que os Estados operários – e não o stalinismo – constituem fortalezas criadas pelo proletariado em sua luta contra o capital.

Confundir deliberadamente essas fortalezas com o stalinismo, não só é deseducativo, teórica e politicamente, como ensaja o emprego de um método estranho ao marxismo, no qual, de modo consciente, se atribui aos que adotam uma posição de defensismo revolucionário com relação ao Estado proletário, ainda que degenerado, a pecha de que embelezam o stalinismo. Em relação ao stalinismo, a estratégia é derrotá-lo e, sobre isso, não temos quaisquer ressalvas; no que concerne ao Estado operário, a estratégia é defendê-lo como progressivo e como vitória tática da revolução socialista mundial. Em referência a essas duas questões, não há qualquer senão da nossa parte. Há, no entanto, segmentos da esquerda que apresentam uma

série de senões no tocante à segunda questão. Esse fato reclama uma discussão mais aprofundada.

O trotskismo tinha um prognóstico e um programa com relação ao Leste, mas as coisas aconteceram de outra maneira e, evidentemente, sem o seu programa. Citando Trotski, Moreno (2007) declara que a história “nem sempre atua de acordo com um programa” (p. 225). No caso do nascente europeu, as mobilizações antiburocráticas, pelo menos no primeiro momento, não se apoiam em uma plataforma programática cristalina, muito menos no programa trotskista, ainda que, no caso do último, as demandas democráticas das massas coincidissem com algumas de suas formulações. A fraqueza absoluta do trotskismo como alternativa política fez com que a lacuna fosse preenchida pelas bandeiras da democracia burguesa, contidas no programa imperialista da restauração e no discurso de setores da burocracia já devidamente adaptados à estratégia de retorno ao capitalismo.

A *Glasnost* de Gorbatchev não é o programa da revolução política, mas o da reação democrática, do mesmo modo que a *Perestroika* é a expressão programática da vaga restauracionista. As massas que se levantam contra o Estado burocrático e as penúrias da economia em declínio, progressivamente, adotam parcelas significativas desse programa, o que explica o êxito da estratégia imperialista, que desvia as mobilizações multitudinárias para o pântano da democracia burguesa e da defesa do restauracionismo. Ademais, a combinação *Perestroika/Glasnost* demonstra que o esquema rígido, primeiro isso e depois aquilo, não se sustenta diante da análise mais detida da realidade da ex-URSS e do Leste.

A restauração não obedece a um só modelo e não se opera num só ritmo. Temos, porém, que tomá-la em sua globalidade. O determinante é que, nesse processo, a fase de transição ao socialismo retrocede brutalmente até porque a burocracia dei-

xa de ser o freio relativo à política restauracionista e se torna sócia de sua aplicação. No caso da ex-URSS, Trotski destaca que “a burocracia soviética reflete apenas a fase de transição entre dois sistemas de produção e de propriedade, o sistema capitalista e o sistema socialista” (1983, p.14). Ao deixar de refletir essa fase de transição, a burocracia abre caminho e, por meio dele, o Estado de transição retrocede ao sistema de produção e de propriedade tipicamente capitalista, realidade que se constata em todo Leste europeu.

O significado da restauração capitalista: classe, vanguarda, consciência histórica e ideologia

Ao longo do século XX, a ideologia socialista se torna forte no mundo inteiro. Ela move milhões de pessoas. Seu êxito não é o resultado da existência do stalinismo, mas, em grande medida, a consequência das revoluções anticapitalistas triunfantes em países tão distintos como Rússia, China e Cuba, e das conquistas daí decorrentes, que elevam a ideologia socialista a uma posição que exige do capital e de seus governos uma ação permanente com vistas a demoli-la da consciência das massas. Para isso, contam com os préstimos do stalinismo. Dessa maneira, o que é lamentável não é a derrocada do stalinismo (que deve ser saudada e reivindicada), mas a quase liquidação do socialismo da consciência histórica das massas do mundo inteiro, que tem relação com a demolição dos Estados operários, fase de transição em direção ao socialismo como sistema particular de produção e de propriedade. Ignorar isso é perder de vista o fato de que a ideologia socialista ganha o coração das massas e se torna força material, não por conta de Stálin, Mao e Castro, mas apesar deles. Com a restauração capitalista nos Estados operários e a fortaleza da reação ideológica imperialista, advém um retrocesso na consciência de milhões de homens

e mulheres, que perdem referência em um projeto alternativo de sociedade. Não por acaso, as revoluções do século XXI acabam na mão morta da democracia burguesa ou simplesmente no atoleiro de bárbaros regimes autocráticos, como vimos no Egito.

O problema é que se subestima o choque dos acontecimentos do Leste na consciência das massas. De certo modo, a amplitude do refluxo ideológico, que perpassa o movimento da classe operária, notadamente nos anos 1990, não se deve a que, por suposto, a luta de classes tenha arrefecido, senão pelo fato de que essa luta perde a referência no socialismo. A base desse retrocesso não é espiritual, mas material, qual seja: a contrarrevolução econômica e social ocorrida nos antigos Estados operários.

Assim, trata-se de analisar de que modo esse problema atua sobre a consciência de milhões de trabalhadores, uma vez que o ponto de partida não é a mudança na consciência, mas na realidade social. É essa mudança que impacta a consciência. Essa é a lógica do raciocínio marxista. Marx (2005, p. 145) explica que “o homem não é um ser abstrato, acorocado fora do mundo”. Por isso, não é absurdo que a vitória imperialista, assentada na destruição dos Estados operários, tenha atingido tão fortemente as convicções ideológicas de gerações de lutadores da classe trabalhadora, afinal esses Estados, durante décadas, funcionam como o campo material da transformação do mundo. Decorre daí o defensismo como política principista, indicado por Trotski, mesmo no momento em que Stálin assina o pacto germânico-soviético e uma onda de propaganda antissoviética se espalha pelo mundo. Para Leon Trotski, o fundamental é que essa política principista se realiza na defesa desse campo material do proletariado.

Assim expresso, em seus diversos níveis, os Estados operários são a expressão material de 150 anos de experiência histó-

rica do proletariado. A consciência do proletariado está atada por mil fios a essa experiência histórica de século e meio, que abarca o aparecimento do *Manifesto Comunista*, do marxismo, da ideologia socialista, da Comuna de Paris, da Revolução de Outubro, da III Internacional e, particularmente, dos Estados de transição. Neste caso, o desaparecimento desse campo material não teria como passar impune no terreno da consciência social, exatamente porque a consciência não é uma abstração. Ela é parte do mundo e das lutas de classe, pois as ideias são uma expressão da realidade e não o contrário³. Ademais, ela se move junto das classes e das pessoas. A começar dos anos 1990, ela gira em uma direção não favorável aos que, por dentro da luta de classes, querem mudar o mundo.

Para uma parte da esquerda, basta dizer que os Estados operários não são exemplos de países socialistas. Ora, isso é patente e não está em discussão. Nunca esteve. Não somos nós, mas Stálin, o criador da teoria do “socialismo em um só país”. Aprendemos com Trotski (1979) que “sem revolução internacional não se edificará o socialismo” (p. 80) e nos instruímos com Moreno que o socialismo é mundial ou não merece essa designação. Logo, a questão é outra.

O que se se discute é que os Estados operários são destacamentos avançados da revolução socialista mundial. O seu desaparecimento não ajuda, mas torna mais penosa e complexa a luta dos revolucionários no mundo inteiro. Esse é o nosso diagnóstico. Ao não medir os novos giros da vida política com um critério marxista, a tendência é abrir mão do que se conquistou como se isso não tivesse a importância que tem para os combates do presente e do futuro.

As demais questões devem ser examinadas contra esse pano de fundo.

³ Aprendemos com Marx e Engels (2003) que a consciência é parte de “mundo real, objetivo, e se acha condicionada por ele” (p. 215).

Primeiramente, não é certo conceber a consciência de classe como algo puramente estático ou passivo. Ou seja, como as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante, a consciência do proletariado era burguesa antes e é burguesa nos dias de hoje e ponto final. Trata-se de uma abordagem não dialética do problema, pois uma consciência burguesa com Estados operários é uma coisa e sem os Estados operários é outra. Uma classe que tem o socialismo como parâmetro não é semelhante a essa mesma classe sem referência socialista⁴. Dito de outro modo, aceitar a abordagem não dialética, é o mesmo que dizer que a consciência da classe trabalhadora, com orientação no socialismo, é semelhante a ela mesma com a perda desse parâmetro. Assim, se partíssemos de uma leitura puramente mecânica do que escreve Marx, certamente a nossa conclusão é que a consciência operária, todo o tempo, independentemente da etapa histórica da luta de classes, se reduz a uma aceitação passiva das ideias da burguesia.

Lênin sustenta na obra *Que fazer* (?) que só existem duas ideologias fundamentais: a burguesa e a socialista. Uma coisa é a consciência do proletariado personificada nas tradições socialistas. Outra coisa é quando essa consciência se despersonaliza de tais tradições. O choque dos acontecimentos do Leste produz uma erosão ideológica no movimento operário; erosão de tal modo profunda que a classe luta e não enxerga além do cotidiano e de seu nublado horizonte. Esse choque deriva do fato de que o movimento operário enxerga nesse tipo de Estado, com as suas conquistas sociais, um caminho pavimentado em direção ao socialismo.

⁴ Relacionar a pujança da ideologia socialista, nos tempos de hoje, à retórica chavista de socialismo do século XXI, ainda que não seja algo absurdo, contrasta com o fato de que, antes, o socialismo se associava à existência dos Estados operários, nos quais a propriedade privada capitalista é expropriada; na Venezuela de Chávez, ao contrário, o discurso se mistura com a manutenção das grandes empresas nas mãos do capital e do Estado burguês.

Depois dos acontecimentos do Leste, muda tudo e aflora uma nova consciência histórica, distinta da que até então prevalecera.

Em suma, a transição de uma situação histórica na qual existem os Estados operários e a ideologia socialista é parte do imaginário de trabalhadores, jovens e intelectuais não tem como se fazer sem provocar perturbações tremendas no terreno da consciência social. Essa passagem comporta tal grau de dificuldades que as lutas em curso avançam para em seguida recuar ao ponto no qual dera os seus primeiros passos.

Hoje, corremos o risco de ver se espriar no interior da esquerda a noção de que a ideologia socialista é supérflua e, logo, tanto faz se ela se torna força material nas mãos do proletariado ou se simplesmente ela se retira do horizonte da classe trabalhadora. O importante para esse tipo de juízo é que se reconheça que dois mais dois são quatro ou que a consciência do proletariado é burguesa. O problema é que se na matemática dois mais dois não representa a sua operação mais complexa, no terreno da história esse grau de complexidade é incomparavelmente mais pronunciado.

Evidentemente, não há qualquer lei universal que afirme que o socialismo não volte a gozar de autoridade junto à classe operária. Quando isso voltar a acontecer, por mais que as ideias dominantes sejam as ideias da classe dominante, a consciência das massas e, particularmente, da vanguarda proletária, não será igual à de hoje nem a de ontem.

A ideologia socialista na passagem da terceira para a quarta etapa

A queda dos Estados operários do Leste, bem como a restauração do capitalismo em outras partes do planeta, como

China e Cuba, explica em larga medida o êxito da propaganda do imperialismo e de seus arautos contra a ideologia e o projeto socialistas. Não é que existisse socialismo nesses países, mas, o fato de ali se registrarem experiências não capitalistas, com conquistas sociais e avanços no nível de vida das massas, alentava o movimento operário quanto à possibilidade de um mundo socialista. Isso não existe mais. Nesse quadro, a propaganda marxista perde a sua base material e a consciência da classe se verga ante essa nova realidade, assentada na ofensiva ideológica do imperialismo.

Se a estratégia do socialismo em um só país e a destruição da III Internacional golpeiam profundamente o internacionalismo proletário, o desmoronamento dos Estados operários influi decisivamente na consciência histórica das massas e opera no sentido de retrai-la a um plano no qual ela se afasta das aspirações socialistas. Mais do que a morte do socialismo, assiste-se à destruição das trincheiras avançadas do socialismo, os ex-Estados operários, pelas mãos criminosas da burocracia stalinista, que se amolda ao capitalismo – e aos planos do imperialismo – com a simplicidade de quem come um biscoito. Apesar disso, uma parcela da esquerda põe lente de aumento na derrota do stalinismo e, no caso da destruição dos Estados operários, decide curar um distúrbio refrativo de 5 graus tentando enxergar o mundo sem óculos e cada vez mais de longe.

Não é difícil medir o grau de recuo no terreno da consciência histórica. A classe luta, mas a consciência se congela nos limites impostos pelo regime social vigente. No que toca aos militantes socialistas, nos faltam exemplos que amparem o nosso discurso, até porque o discurso dificilmente se ampara no vácuo. Ele é parte de uma materialidade. Isso tem pouco ou grande importância na luta política e ideológica? O questionamento é válido porque há quem ache que os Estados operários não constituem uma via de passagem para o socialismo,

ou se acha, o faz de modo pouco enfático, como se não consistissem em ganhos táticos da revolução.

Antes de 1917, a tarefa era fazer com que as massas acreditassem em um projeto que se esboçava nas lutas e nas organizações sociais e políticas da classe operária. Agora, é convencê-las de que, malgrado o fracasso do mal denominado “socialismo real”, é preciso construir o socialismo de verdade e que o stalinismo, nascido da experiência soviética, é a sua antítese. Isso não é possível se, além de denunciar o stalinismo, não defendermos o significado mais profundo da experiência soviética, que, do mesmo modo que Trotski, nós consideramos como progressiva.

Engels nos ensina que tudo o que move o ser humano passa pelo cérebro. Essa discussão para um empírico, diferentemente de um marxista, parece vazia de sentido. O problema é que quando a vanguarda da classe operária adota como sua a ideologia socialista, essa se torna parte da sua consciência social e, em nome dessa ideologia, ela é capaz dos sacrifícios mais extremos. Hoje, de modo direto e objetivo, estariam as massas dispostas a se sacrificar em nome do socialismo?

É verdade que os trabalhadores não param de lutar. As condições objetivas de luta e resistência, no entanto, não são suficientes para vencer o capitalismo. É preciso um projeto de sociedade que a vanguarda proletária esteja disposta a sacrificar as suas energias para realizá-lo⁵. É evidente que as massas não se mobilizam em torno de um projeto definido de sociedade, mas, a vanguarda da classe necessita de uma referência que lhe dê uma bússola. Essa bússola não é o stalinismo, derrotado ou

⁵ Leiam o que o ciclo básico de formação marxista do PSTU(B) ensinava aos seus militantes: “o caráter objetivamente revolucionário do proletariado não é suficiente para realizar a revolução socialista, é preciso também desenvolver o fator subjetivo da revolução, ou seja, a consciência socialista, sem a qual a revolução socialista é impossível” (SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO, MARÇO DE 2008, p. 18).

cooptado pelo imperialismo, mas os Estados operários que a burocracia ajuda a aniquilar.

A questão é que o reagrupamento de forças não se mostra favorável aos marxistas revolucionários, pelo menos no nível que esperávamos em fins dos anos 1980 e começo do decênio de 1990. Isso quer dizer que a quarta etapa, que começa com a queda do stalinismo e a restauração do capitalismo nos Estados operários, revelou (até agora) que o elemento objetivo favorável (a queda do aparato stalinista) tem sido menos efetivo do que o outro fator – igualmente objetivo: a contrarrevolução econômica e social nas sociedades de transição e o abalo que causa na consciência do movimento operário.

Maalouf (2013), um autor liberal, afirma que “entramos no século XXI sem bússola” (p. 6). É verdade! Mas se ele começa sem uma bússola, melhor para o capitalismo, pois se todos se perdem e ninguém se acha, ainda que em meio a uma indescritível confusão, a sociedade permanecerá, no essencial, como se encontra nos dias de hoje. Mas, ele também alude às vitórias enganadoras e isso pode servir para tratar do triunfo imperialista no Leste e, assim, embora teorize sobre o que ele chama de aniquilamento político e moral do marxismo, se vê constrangido a constatar a existência da pior crise da história do capitalismo.

A pior crise da história do capitalismo, desde 1929, de modo efetivo, pode mudar qualitativamente a correlação de forças, em nível mundial, no plano da etapa, mas, até agora, isso não ocorreu. Estamos ainda perante mudanças quantitativas, o que não quer dizer que elas não possam vir a se constituir na antessala de transformações mais profundas, inclusive no terreno subjetivo. Só a luta de classe pode nos oferecer a matéria-prima para a manufatura da revolução.

Aliás, acerca do elemento subjetivo e de suas conexões com outros aspectos da realidade, pensamos que vale a pena sublinhar o seguinte:

Primeiro, para tentar dar uma dimensão maior à derrubada do aparato stalinista, se comete exageros como o de por um sinal de igual entre stalinismo e fascismo, sendo que, nessa interpretação, esse último deixa de ser um fenômeno histórico e político dos países imperialistas e se espria para os Estados operários. O fascismo e o stalinismo são fenômenos simétricos, mas, isso não equivale a dizer que o fascismo e o stalinismo são a mesma coisa. Para Trotski, o stalinismo corresponderia a um tipo peculiar de bonapartismo (“bonapartismo soviético”) e ele não despreza em sua análise a natureza da base social na qual ele se sustenta. Quando ele diz que, em muitos aspectos, o stalinismo e o fascismo “mostram uma fatal similaridade”, não quer dizer com isso que estamos perante um só e mesmo fenômeno. A expressão “em muitos aspectos” sugere exatamente a necessidade dessa prudência teórica. Esse tipo de argumentação (stalinismo = fascismo) é esgrimido, talvez, para diminuir o significado da perda dos Estados operários e sobrestimar o conteúdo da queda do aparato stalinista, estratégia enganosa que deve ser posta de lado por uma rigorosa interpretação marxista dos acontecimentos⁶. Esses exageros são desnecessários. O colapso de uma direção contrarrevolucionária é um fato tão grandioso que dispensa o uso de estardalhaços retóricos e ardis conceituais para medir a sua real significação.

Segundo, a queda do stalinismo não abre uma via ampla e bem asfaltada na qual o carro dos revolucionários viaja alegremente. Ao contrário, uma parte da estrada está bem esburacada e obriga o carro, às vezes, a andar pelo acostamento ou fazer ziguezagues. Na parte nova da estrada, os neorreformis-

⁶ Sobre a identificação absoluta de stalinismo e fascismo, veja-se Hernández (2015).

tas puseram redutores de velocidade e nos obrigam a dirigir em marcha lenta. O certo é que andamos em uma velocidade abaixo do que os nossos mestres previram.

Terceiro, as massas se mobilizam e o aparato stalinista precipita-se de seu pedestal, mas não há revolução política, tal como pensada por Trotski e Moreno. As mobilizações são desviadas, à luz da intervenção do imperialismo, e, em lugar do estabelecimento da democracia proletária, o que se vê é que as instituições da democracia burguesa, impostas ao oriente europeu, funcionam como cavalo de troia na reconquista das massas dos países da região para o capitalismo. Por certo, esse panorama histórico não ajuda na constituição de um reagrupamento de forças que seja nitidamente favorável aos revolucionários, apesar da persistência das lutas operárias, de seus esforços e combates.

Em termos objetivos, qual tem sido a outra face do ascenso do proletariado, que, no último período, não tem deixado um segundo sequer de lutar contra o capitalismo? A contraface tem sido amarga, uma vez que a esquerda revolucionária, marxista e antirreformista, tem encontrado novas e crescentes dificuldades para se organizar e crescer qualitativamente.

Isso quer dizer que a corrente de esquerda revolucionária está definitivamente condenada à solidão da vida política? Não há nenhuma norma que nos faculte a dizer que esse é o desenvolvimento “natural” dos fatos. Longe disso, a luta de classes frontal contra o domínio do capital e do imperialismo não deu ainda a sua palavra definitiva.

Trotski e a revolução política

É hora de situar essa discussão no marco teórico dos nossos mestres.

Para Trotski (2005), a revolução política é a derrubada da

burocracia, ou seja, a destituição das formações dirigentes, sem tocar nos fundamentos econômicos, ou seja, nas relações de propriedade; é a substituição da arbitrariedade burocrática pela democracia soviética. No caso do Leste, os fundamentos econômicos se mantiveram tal como postulado pelo velho revolucionário? Impôs-se a democracia soviética? Não é exatamente isso o que ocorre em fins dos anos 1980 e começo dos anos 1990. Ademais, podemos, por exemplo, chamar de revolução política a anexação do lado oriental pelo lado ocidental da Alemanha? A vitória de Yeltsin? A desintegração da URSS?

Existem outras questões que são partes da análise e dos prognósticos postos em *A revolução traída*, que servem de base para todo programa trotskista. À época de Trotski, a burocracia havia traído, mas ainda não havia destruído a revolução e as suas conquistas. Por isso, ele indaga: “O burocrata devorará o Estado Operário ou a classe operária se livrará do burocrata?” (2005, p. 250). A realidade responde a essa indagação do pior modo. O imperialismo devora os Estados operários com o auxílio de camadas inteiras de burocratas convertidos ao catecismo da economia de mercado. Confirma-se, então, o seu prognóstico: “Sem uma economia planificada, a União Soviética recuará dezenas de anos” (idem, p. 250). Não só recua como desaparece.

Para Trotski (2005, p. 223), o sistema soviético é progressivo. Essa caracterização segue válida ou não? Como desprezar o peso da destruição desse sistema progressivo para o proletariado e para revolução mundial? Como se dá essa destruição?

Na obra *Em defesa do marxismo*, o seu autor enfatiza o erro de se “acreditar que os fundamentos da sociedade podem ser modificados sem revolução ou contrarrevolução; desenvolvem o filme do reformismo ao contrário” (TROTSKI, s/d, p. 218). Para ele, o Estado operário é uma etapa que não pode ser ultrapassada a não ser pela revolução permanente do proletaria-

do internacional. A questão é: isso é o que acontece no leste europeu nos anos 1980 e 1990? Não é precisamente essa hipótese que se confirma. Ao acontecer de outro modo, ou seja, ao não ser parte da revolução permanente do proletariado internacional, em lugar de ser ultrapassado, o Estado operário retrocede em décadas e retorna à forma clássica capitalista.

Tomando como fundamento as análises e prognósticos de Trotski, é possível concluir que, no caso do Leste europeu, o determinante é o triunfo da contrarrevolução econômico-social e, em sua dinâmica, no lugar de uma revolução política triunfante, se impôs a reação democrática e, como resultante político-institucional, o regime democrático-burguês. Em vista disso, a história não caminha para frente, mas sofre o recuo de algumas décadas. A isso nenhum revolucionário há de aclamar.

A questão é simples: assim como não podemos identificar a burocracia com a classe, conforme nos educa Trotski, não devemos confundir a casta dirigente com o Estado operário. No programa trotskista, a revolução política não é contra o Estado operário. Ela “exige a demissão da burocracia através da regeneração da democracia soviética” (TROTSKI, 1983, p. 25). No fundo, Trotski se preocupa com o destino da URSS e espera que a “inevitável queda deste regime (stalinismo) não leve consigo para os abismos da história todas as conquistas sociais pelas quais várias gerações do povo russo pagaram o preço de inumeráveis sacrifícios” (Idem, p, 141).

De fato, um setor da esquerda trabalha com um esquema rígido: muda primeiro o Estado (se torna burguês) e, depois disso, as massas indignadas botam abaixo a casta burocrática (mudança progressiva do regime, de burocrático para democrático-burguês). Ora, a burocracia cumpre a sua tarefa contrarrevolucionária: a destruição da economia e das conquistas sociais. A sua demissão, que só ocorre em alguns casos, não

significa a regeneração da democracia soviética. O resultado final é a destruição do Estado operário e, na maioria dos casos, acompanhada da emergência da democracia burguesa. Essa é a revolução política que alicerça o movimento trotskista no mundo inteiro? Ao avaliar as coisas de acordo com as condições concretas, não há como não concluir que os acontecimentos não se coadunam com o programa que defende Trotski ao longo dos dez últimos anos de sua vida. Somente o triunfo desse programa poderia apresentar uma saída verdadeiramente progressiva para humanidade. O trotskismo ortodoxo nunca apresentou qualquer atalho com relação a esse enfoque programático que julgasse a retomada da economia de mercado como algo mais progressivo que o Estado operário, ainda que burocrático.

Não por acaso, no momento em que Stálin pactua com Hitler e trai grosseiramente o proletariado internacional é quando Trotski levanta com maior força a bandeira do defensismo como orientação estratégica com relação ao Estado soviético, sem se deixar levar pelas pressões imperialistas, democrático-burguesas e das classes médias. A maior seção da internacional – o SWP dos EUA – se divide em meio a essa polêmica e Trotski a toma, não como outra coisa, mas como defesa principista do marxismo. É com esse espírito que ele arma os trotskistas. Por que, agora, os trotskistas devem se apoiar em outra bússola?

Moreno e o Estado operário

Moreno (2007) prevê que “o imperialismo (trataria) de recuperar os Estados operários para sua órbita. O plano Carter já o está fazendo”, diz ele (p. 115). Observe-se que Moreno é cauteloso. Na sua visão, não é que o plano Carter já houvesse completado a sua obra contrarrevolucionária. Moreno não diz:

“já o fez”, mas “já o está fazendo”. Nesse sentido, ele adverte que “o trotskismo tem a obrigação de esclarecer as massas, assinalando as profundas diferenças entre seus planos democráticos e os do plano Carter, de denunciar a nova estratégia contrarrevolucionária do imperialismo e alertar sobre o conseqüente perigo de restauração capitalista nos Estados operários”. (2007, p. 115). Essa advertência antecede à ruína dessa conquista internacional do proletariado.

Décadas depois, cabe um balanço desse mundo social naufragado. Se os Estados operários então existentes consistem em avanços táticos da revolução, como acredita Moreno, a sua não existência representa um grande atraso para essa mesma revolução ou não? Uma coisa é começar de uma situação em que se expropria a burguesia e outra é tomar como ponto de partida um conjunto de circunstâncias em que se restaura o capitalismo.

Polemizando com uma resolução do Secretariado Unificado (SU), Moreno (2007) reconhece que o “principal problema”, de fato, é a necessidade da revolução política, mas que isso não deveria ocultar o grande perigo restauracionista. Para ele, a restauração não viria pelas mãos da antiga classe dominante, mas pelas mãos da burocracia e da política do imperialismo, que se aproveitando das mobilizações progressivas das massas, se empenharia em desviá-las para o terreno do livre mercado e da restauração capitalista.

Moreno acredita, no entanto, que com a derrota do imperialismo no Vietnã, se abre uma nova etapa da luta de classes, à escala internacional, na qual a vaga ascensional da revolução socialista mundial tende a generalizar a crise imperialista, conduzir ao triunfo da revolução política e, por fim, levar à “crise aparentemente definitiva do stalinismo” (p. 32). Ele trabalha com tendências que se confirmam apenas parcialmente, afinal ele não se remete a leis absolutas. O ascenso chega e é

canalizado pela reação democrática, eliminando a possibilidade de uma revolução política nos moldes pensados por Trotski e Moreno.

Assim, ao não se combinarem as variantes do prognóstico de Moreno, em lugar de “crise generalizada do imperialismo” e revolução política vitoriosa, de queda do stalinismo e etapa do trotskismo, se impõe uma situação geral em que o capital imperialista adquire sobrevida, com a restauração do capitalismo e o desvio da revolução política para o canal nebuloso da democracia burguesa. Aqui, é preciso bastante seriedade. Não podemos chamar de vitória da revolução política o que é um triunfo da reação democrática imperialista. Nem Trotsky nem Moreno postulavam a implantação da democracia burguesa na ex-URSS e nos demais Estados operários burocráticos, mas a democracia proletária. Nessas condições, para Moreno, torna-se possível construir o partido revolucionário com influência de massas e lutar por um novo outubro.

Se há dúvidas com relação a esse problema, vejamos se o que diz Moreno pode nos ajudar: “Se estas tendências se confirmassem – fundamentalmente, a crise crônica e acelerada dos Estados operários burocratizados e do stalinismo, junto com a intensificação do ascenso revolucionário – estaria aberta a época do trotskismo” (1992, p. 35). O problema é que nesse prognóstico está implícito que a resposta à “crise crônica e acelerada”, em curso, não é outra senão a vaga ascensional das massas se convertendo em revolução política. A crise crônica dos Estados operários conduz ao capitalismo e a do stalinismo se resolve pela intervenção do imperialismo mediante a política de reação democrática e pela adesão de amplos setores burocráticos a esse projeto.

Com a restauração combinada à reação democrática, o stalinismo definha (sem desaparecer) como aparato mundial da contrarrevolução, sem não antes cumprir a sua tarefa inglória

de coveiro dos Estados operários; nesse quadro, a etapa do trotskismo não se confirma e, em tais circunstâncias, não havia como se confirmar. A acumulação/reprodução capitalista, pela via da expansão para o Leste, no marco da restauração, é o terreno favorável à contrarrevolução econômica, social e ideológica do capitalismo, não o terreno no qual cresce o trotskismo como momento de superação da crise histórica da humanidade: a crise de direção.

A tradição da corrente morenista em tempos de revisão

A corrente morenista se torna conhecida por uma fecunda elaboração no que diz respeito ao tema dos Estados operários e, conseqüentemente, da revolução política. Mesmo depois dos trágicos acontecimentos, que se ligam ao fim desses estados proletários degenerados, essa vertente do trotskismo não deixa de contribuir com essa discussão, reafirmando o defensismo revolucionário, isto é, a defesa teórico-histórica incondicional dessa conquista do proletariado.

As novas orientações políticas, que decorrem de uma revisão na linha clássica do trotskismo (que embora parta do livro *O veredito da história*, extrapola bastante as suas mediações no terreno da análise), impõem a necessidade de retomar essa tradição, até para que essa possa cumprir minimamente o papel de suporte histórico do debate. Parodiando Trotski, diríamos que, às vezes, para levar a cabo uma revisão histórica, o revisor se sente na obrigação de apresentar o próprio passado com uma luz falsa. Daí a conveniência de retomar momentos decisivos da nossa elaboração a respeito do tema.

Entendemos que o legado de Moreno pode ajudar o trotskismo ortodoxo a interpretar corretamente o significado dos acontecimentos do levante europeu. Sucede que a restauração capitalista produz uma comoção na vanguarda proletária e nas

organizações revolucionárias de todo o mundo. Durante anos, a corrente morenista, sem grandes êxitos, busca apresentar conclusões sobre o Leste. Ao redor das elaborações, nos primeiros momentos acentuadamente otimistas, se impunha uma quadra histórica desfavorável no terreno da luta de classes. Essa situação mais geral não deixa de refletir a sua força nos debates internos. Não por acaso, o balanço da LIT, em seu Congresso de 2005, afirma que “En el año de 1994 defender el marxismo, la Internacional, e una relación con la clase, significaba nadar contra la corriente, tanto fuera como dentro da LIT” (p. 79).

Em 1994, os revolucionários nadam contra a corrente por conta do quadro desfavorável que se abre em decorrência da restauração capitalista e da suspensão do socialismo da memória histórica do movimento operário. Neste caso, nos parece muito justa a conclusão do VIII Congresso da LIT, quando assinala que “la burocracia no fue expulsada del poder por la revolución política e eso possibilitó la restauración del capitalismo la qual provocó una verdadera catástrofe en el terreno de la economía e la cultura” (2005, p. 81). O documento acrescenta, corretamente, que “la restauración del capitalismo em los ex-Estados obreros burocratizados provocó un aluvión oportunista en el conjunto de las organizaciones de izquierda” (p. 91). O mais grave é que, mesmo organizações que resistiram bravamente a esse vendaval oportunista, em larga medida, são alcançadas por crises e rupturas, desvelando o choque profundo dos acontecimentos da Europa Oriental (bem como de China, Cuba e Vietnã) nas correntes marxistas.

Para o senso comum, a restauração do capitalismo demonstra a superioridade desse regime social, enquanto a realidade prova exatamente o contrário, uma vez que as conquistas obtidas pelos trabalhadores nos países em que se expropria a burguesia não seriam possíveis se esses permanecessem no terre-

no da propriedade privada. A experiência da URSS e de países nos quais a burguesia é expropriada, malgrado os seus limites e contradições, revela que é possível – do ponto de vista do proletariado – se construir uma sociedade superior ao capitalismo, em que a propriedade social constitua o seu elemento mais decisivo. Ao se interromper essa experiência, abre-se um longo período de impasse na vanguarda socialista.

O movimento trotskista se desagrega e a maior parte dos agrupamentos políticos pertencente a esse arco de forças rompe com as duas estratégias que, para Moreno, caracterizam qualquer organização revolucionária que mereça esse nome: a defesa da mobilização permanente das massas até a conquista do poder e a construção do partido revolucionário. Decorre da rendição desses grupos o atalho de partidos anticapitalistas que, evidentemente, negam o programa da ditadura do proletariado.

Com efeito, a construção de um partido marxista para ajudar as massas a fazer a revolução e tomar o poder, sem dúvidas, encontra, depois da restauração, não dificuldades intransponíveis, mas obstáculos maiores do que antes era prognosticado, notadamente pela esquerda revolucionária antiburocrática. Em nenhum momento, a corrente morenista toma as dificuldades como se fossem impossibilidades. Inversamente, não se recusa a admitir essas dificuldades, ainda assentindo que, com a chegada do século XXI e, em oposição aos anos 1990, ocorre uma “modificação qualitativa da realidade” com “o ressurgimento de grandes processos revolucionários”, conforme descreve Almeida (2008).

Ainda assim, a análise prudente acompanha essa descrição das mudanças que se operam no plano da luta de classes:

No entanto, mesmo com essas modificações na realidade objetiva, seguiu existindo um atraso importante na consciência, produto da década anterior. Apesar dos avanços na consciência anti-imperialista e

antiburocrática, seguia havendo um questionamento sobre a estratégia socialista e revolucionária na vanguarda. A destruição do aparato stalinista internacional não foi seguida pela construção de uma alternativa revolucionária. A destruição do velho não foi acompanhada ainda no mesmo nível com o surgimento do novo (ALMEIDA, 2008, p. 31).

Depois desse quadro realista do cenário pós-queda do aparato mundial do stalinismo, Eduardo Almeida apresenta ao leitor um prognóstico otimista das possibilidades de reconstrução da IV Internacional. O realismo está no ponto de partida e o otimismo no ponto de chegada. Hoje, quem retoma esse fio da análise, é acusado de ceticismo, de abandonar o projeto de construção da internacional revolucionária e capitular ao neorreformismo.

A questão é outra. Não precisamos de autoengano, de embelezar a realidade, quando se faz necessário analisá-la e caracterizá-la adequadamente, tendo em vista a real correlação de forças entre as classes e o estado geral da luta política e ideológica.

Em suma, nós precisamos ter a mais absoluta ausência de ilusão sobre a atual etapa da luta de classes. Precisamos enxergar as coisas como elas são. Essa é a condição essencial de qualquer mudança. Não necessitar de ilusão não quer dizer desacreditar do projeto. É o contrário. Exatamente por não precisar de consciências iludidas é que a crença no projeto revela a sua força. Sabemos que se as condições se revelaram menos favoráveis do que supúnhamos ontem, isso exige de nós não menor entrega, mas uma entrega maior à construção da alternativa de direção para o proletariado. Esse propósito é hoje maior que era antes. E é maior porque confiamos que a classe trabalhadora voltará a lutar pelo socialismo.

As lutas em curso, e que renascem com força ainda no início do século XXI, começam a recuperar o protagonismo do proletariado e podem abrir “possibilidades para a reconstrução da

IV Internacional em condições muito superiores a tudo que aconteceu até agora” (Idem). É certo que esses processos, até agora, não geraram essas “condições muito superiores”, mas pode vir a acontecer. Essa estimativa não é desprezível. É essa análise marxista, objetiva, que oxigena o pensamento e o situa no patamar na qual se encontra hoje o quadro político, expresso nos elementos que seguem:

- Atraso importante na consciência;
- Questionamento sobre a estratégia socialista e revolucionária na vanguarda;
- A destruição do aparato stalinista internacional não é seguida pela construção de uma alternativa revolucionária.
- A destruição do velho não é acompanhada – no mesmo nível – do surgimento do novo.

Uma última questão

No que toca à discussão do Leste, a maior objeção da leitura feita no começo dos anos 1990, não é da teoria. A maior objeção é da prática. As dificuldades enfrentadas no esforço de construção do partido revolucionário não têm base subjetiva. Inversamente, as bases dos embaraços são de ordem objetiva e se ligam diretamente às características da etapa histórica.

Isso não significa dizer que é impossível mudar de estádio. Com efeito, já está em curso uma mudança na realidade. Os últimos quinze anos trazem sinais de modificações muito interessantes que animam aos que defendem a transformação radical da sociedade. A classe operária começa a mover o seu exército. Quando as mobilizações operárias alcançarem o seu ponto de ebulição, o encontro entre essas ações da classe e o programa marxista pode responder às provocações e aos deboches dos cétricos que, de há muito, largaram a luta pelo socialismo no mais escuro ponto de um velho e esquecido museu.

Não ganharemos a classe operária de uma só vez, como nos alerta Moreno, mas podemos avançar com ela e “ganhá-la num processo” (2008, p. 292). Para ele, “o regime capitalista e imperialista, com suas infâmias, provoca mudanças na consciência das massas”. Mas, elas chegarão sozinhas à compreensão de que é necessário tomar a vida novamente a sério e lutar pelo socialismo? Moreno é taxativo: “As massas não chegam automaticamente à consciência de classe universal e histórica” (2008, p. 259). As suas ações farão com que avancem e se aproximem dessa consciência, mas só a alcançarão mediante a atividade cotidiana do partido.

O problema é que se faz necessário começar admitindo que o movimento de massas tenha como ponto de partida uma situação histórica em que as posições conquistadas – os Estados operários – foram tomadas pelo inimigo (o capitalismo imperialista) e que, portanto, partimos de condições menos favoráveis, ainda que as lutas em curso ofereçam aos revolucionários mais que prometiam – em seu auge derrotista – os aterradores anos 1990. Aqui, não fechamos questão no que toca à caracterização da etapa, deixando essa questão em aberto e buscando entendê-la e precisá-la à luz do desenvolvimento do debate. No momento, talvez mais importante do que defini-la como não revolucionária ou revolucionária, é tomar a sua pressão, examinar as suas características e, só depois, concluir o debate à volta do signo, afinal a discussão teórica não cessa agora.

Podemos até testar hipóteses. Por exemplo, a luta de classes pode produzir – 25 anos depois da queda da URSS – uma inflexão de tal modo na correlação de forças que sejamos obrigados a reconhecer a primazia do signo revolucionário. Ou – em uma segunda hipótese – a crise do capitalismo com contestação de massas pode determinar o início de uma nova etapa na qual a luta entre capital e trabalho assumirá tons épicos. São

hipóteses bem maleáveis. É preferível manter tudo isso em aberto. O importante é admitir que a história “não andou para frente” com a perda de posições mediante a liquidação dos Estados operários. Por mais espetacular que seja a derrota do stalinismo como aparato mundial da contrarrevolução, esse fato não atenua o peso dessa causa momentaneamente perdida. Oxalá que esse passo atrás seja compensado com dois passos à frente. Sobre isso, a história ainda não deu o seu veredito.

Referências

- ALMEIDA, Eduardo. Apresentação. **Documentos de fundação da IV Internacional**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- HERNÁNDEZ, Martín. “1975 versus 2015”: um passado e um presente para refletir, in: blogconvergencia.org, 22/12/2015 (acessado em 26/04/2016).
- _____. **O veredito da história**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- LÊNIN, V.I. **Que fazer** (?), Lisboa, Portugal: Avante, 1978.
- LIGA INTERNACIONAL DE LOS TRABAJADORES. **VIII Congreso Mundial: resoluciones y documentos**, 2005.
- MAALOUF, Amin. **O mundo em desajuste**, Rio de Janeiro: Difel, 2013.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**, São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____; ENGELS, F. **A ideologia alemã**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **A sagrada família**, São Paulo: Boitempo, 2003.
- MORENO, Nahuel. **A ditadura revolucionária do proletariado**, São Paulo: Sundermann, 2007.
- _____. **Conversando com Moreno**, São Paulo: Editora Jose Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- _____. **El marco histórico de la revolución húngara**,

s/l, s/editora, s/d.

_____. **Teses para atualização do programa de transição**, São Paulo: CS Editora, 1992.

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO PSTU (B). **Ciclo básico de formação marxista**, São Paulo, março de 2008.

TROTSKI, Leon. **A revolução desfigurada**, São Paulo: LECH, 1979.

_____. **A revolução traída**, São Paulo: Sundermann, 2005.

_____. **Bolchevismo y stalinismo**. Buenos Aires/Argentina: Yunque Editora, 1975.

_____. **Em defesa do marxismo**, São Paulo: Proposta Editorial, s/d.

_____. **O programa de transição**, São Paulo: Instituto Jose Luís e Rosa Sundermann, 2004.

_____. **Os processos de Moscou**, São Paulo: Traço Editora, 1983.

_____. **Revolução e contrarrevolução na Alemanha**, São Paulo: LECH, 1979.

Sobre os autores

André Ricardo Oliveira

Professor do Instituto Federal Catarinense (IFC). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC).

Clara de Freitas Figueiredo

Doutoranda em Arte Visuais na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Mestra em Artes Visuais pela ECA-USP. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Daniela Sobierai

Graduada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professora da rede pública estadual de Santa Catarina.

Fábio José de Queiroz

Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Karen Capelesso

Graduada e mestra em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professora da rede pública estadual do Paraná.

Mateus Gamba Torres

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), atualmente em exercício na Universidade de Brasília (UnB).

Michel Goulart da Silva

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

Ricardo Scopel Velho

Professor do Instituto Federal Catarinense (IFC). Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Monitor do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio. Militante da Alternativa Sindical Socialista (ASS).

Vitor Rollin Prudêncio

Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

